



RELATÓRIO DE GESTÃO  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

2013

## Conteúdo

RELATÓRIO DE GESTÃO	1
Mensagem da Presidente	2
Síntese do ano 2013	4
2013 num relance	7
I. Relatório da Atividade	8
1. Conjuntura Económica	8
2. Atividade desenvolvida	9
3. Desenvolvimento do Negócio	16
4. Análise Económica e Financeira	16
5. Investimentos	25
II. Cumprimento das Orientações Legais	26
1. Objetivos de gestão	26
2. Gestão do risco financeiro	26
3. Prazo médio de pagamentos e divulgação dos atrasos nos pagamentos	27
4. Cumprimento das recomendações do acionista	28
5. Remunerações	28
6. Estatuto do gestor público	30
7. Contratação Pública	30
8. Sistema Nacional de Compras Públicas e parque de veículos do Estado	31
9. Medidas de redução de gastos operacionais	32
10. Princípio da Unidade de Tesouraria de Estado	33
11. Auditorias conduzidas pelo tribunal de contas	33
12. Informação divulgada no site do SEE	33
13. Sistematização da informação quanto ao cumprimento das orientações legais	34
III. Perspetivas para o futuro	35
IV. Factos relevantes após o termo do exercício	36
V. Proposta de aplicação dos resultados	37
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS	38
Demonstrações Financeiras	39

# SUMÁRIO

Balanço	39
Demonstração de Resultados	41
Mapa das Demonstrações das Alterações do Capital Próprio	42
Demonstração dos Fluxos de Caixa	44
Notas às Demonstrações Financeiras	45
1. Identificação da entidade	45
2. Referencial contábilístico de preparação das demonstrações financeiras	45
3. Bases de apresentação e políticas contábilísticas	46
4. Fluxos de caixa	56
5. Políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas, erros e reexpressões efetuadas	57
6. Ativos fixos tangíveis	58
7. Ativos intangíveis	60
8. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial	61
9. Participações financeiras – outros métodos	62
10. Inventários	62
11. Clientes	65
12. Estado e outros entes públicos	68
13. Outras contas a receber	69
14. Diferimentos	70
15. Capital realizado	71
16. Outros instrumentos de capital próprio	71
17. Reservas legais	71
18. Outras reservas	71
19. Resultados transitados	72
20. Provisões	72
21. Financiamentos obtidos	73
22. Outras contas a pagar	74
23. Fornecedores	75
24. Adiantamentos de clientes	75
25. Acionistas/Sócios	76
26. Adiantamentos a Fornecedores	76
27. Outros Investimentos Financeiros	76

# SUMÁRIO

28.	Vendas e serviços prestados	77
29.	Subsídios à exploração	77
30.	Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	78
31.	Variação nos Inventários da Produção	79
32.	Trabalhos para a própria entidade	79
33.	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	80
34.	Fornecimentos e serviços externos	80
35.	Gastos com o Pessoal	81
36.	Outros rendimentos e ganhos	82
37.	Outros gastos e perdas	82
38.	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	83
39.	Juros e gastos similares suportados	83
40.	Imposto sobre o rendimento do período	84
41.	Partes relacionadas	84
42.	Garantias bancárias	86
43.	Locações operacionais	87
44.	Matérias ambientais	87
45.	Contingências	88
46.	Acontecimentos após a data de balanço	88
	RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO	90
I.	Missão, objetivos e Políticas	91
II.	Estrutura de capital	92
III.	Participações sociais e obrigações detidas	93
IV.	Órgãos sociais e comissões	94
A.	Mesa da Assembleia Geral	94
B.	Administração e Supervisão	95
C.	Fiscalização	99
D.	Revisor Oficial de Contas (ROC)	102
E.	Auditor Externo	102
V.	Organização interna	103
A.	Estatutos e Comunicações	103
B.	Controlo Interno e gestão de riscos	103

# SUMÁRIO

C.	Regulamentos e Códigos _____	104
D.	Sítio da Internet _____	106
VI.	Remunerações _____	107
A.	Competências para a Determinação _____	107
B.	Comissão de Fixação de Remunerações _____	107
C.	Estrutura das Remunerações _____	107
D.	Divulgação das Remunerações _____	107
VII.	Transações com partes relacionadas e outras _____	108
VIII.	Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental _____	109
IX.	Avaliação do Governo societário _____	120



# RELATÓRIO DE GESTÃO



## Mensagem da Presidente

O exercício de 2013 foi marcado pelo início de mandato de uma nova equipa de gestão da EMEF, um desafio que aceitámos com entusiasmo e determinação.

Os objectivos estratégicos definidos para o mandato, assentam em três pilares fundamentais:

- Reestruturar para Valorizar
- Gerar novas competências
- Estabelecer Parcerias Estratégicas e Internacionalizar

Decorrido o primeiro ano de mandato, fruto de um verdadeiro trabalho de equipa a todos os níveis da empresa, e na firme determinação na criação de valor, foi possível avançar para a operacionalização dos objectivos estratégicos definidos.

No contexto de maior exigência financeira e da necessidade de melhorar a qualidade de serviço prestado, efectuámos o processo de reestruturação organizacional, que decorreu de forma tranquila e gradual, sem nunca afetar as atividades e compromissos antes assumidos.

O principal objetivo desta mudança, foi criar condições para que a EMEF consiga responder às necessidades de mercado de forma eficaz e em tempo real, prestar serviços com maior eficiência, maior competitividade e simultaneamente promover o desenvolvimento de todas as suas unidades produtivas de forma sustentada. Conseguimos, por esta via, reduzir o esforço financeiro do negócio para o Acionista CP-Comboios de Portugal, EPE.

É com satisfação que realço o facto de a empresa ter abraçado esta nova forma de estar, orientada para o Cliente e para o mercado. Está em crescente implementação uma necessária nova dinâmica comercial bem como a criação das condições indispensáveis para aumento da produtividade, orientação para resultados, alinhamento e cooperação entre as diferentes áreas organizacionais e serviços entre si e com os Clientes.

Determinados em oferecer uma maior disponibilidade a um menor custo, por via de uma continuada actualização técnica e tecnológica, bem como no desenvolvimento de novos conceitos de gestão do material circulante ferroviário, revelando-se fundamental a investigação e desenvolvimento, quer em parceria ou por meios próprios, foi o que fizemos para a geração e reforço das nossas competências.

No vetor Internacionalização, já em 2013, foram dados passos decisivos. No final do ano concretizámos uma importante Joint Venture internacional, Nomad Tech, Lda., o que torna irreversível o espaço que a EMEF passa a ocupar em novos mercados e em novas geografias. Uma verdadeira alavanca para a optimização e rentabilização da experiência acumulada, do know-how e expertise que a EMEF detém. Este é um trabalho que exige um contínuo e diligente esforço de aprofundamento e desenvolvimento de saberes, mas que estou certa todos estão comprometidos com o seu sucesso.

Conhecida a conjuntura financeira e macroeconómica que se arrastou ao longo dos últimos anos que impactou de forma definitiva o mundo como o conhecemos, e que levou os agentes económicos a



colocarem o seu foco no curto-prazo e na solução dos problemas imediatos das economias. A EMEF não ficou alheia a este quadro macroeconómico.

O que em termos de volume de negócio se traduziu numa diminuição de €12 milhões, como consequência nomeadamente de uma redução de 15% na carteira de encomendas do seu principal cliente, a CP, e de 56% do cliente CP Carga, bem como de uma manutenção dos preços praticados em 2012.

Do lado dos Gastos e apesar de ter existido a reposição no pagamento do subsídio de férias e de natal, fez-se uma gestão muito rigorosa dos recursos o que permitiu uma redução de custos superior a € 0,7 Milhões.

O Resultado Operacional obtido em 2013 foi negativo em €1,7 Milhões.

Cumpre-me com agrado registar, que apesar de todos os constrangimentos vividos, os colaboradores da EMEF continuaram a exercer as suas funções com dedicado zelo e diligência, louvando-se aqui o seu desempenho e profissionalismo que muito contribuiu para os resultados alcançados.

Este sentido de dever por parte dos seus trabalhadores permitiu à empresa, apesar das dificuldades acima mencionadas, manter o seu caminho de otimização de recursos e economia de custos, promovendo uma gestão responsável, eficiente, e virada para o Cliente, só assim é possível caminhar de forma firme para o alcance da desejada sustentabilidade económico-financeira.

Olho com optimismo para o ano de 2014 cuja prioridade é garantir maior competitividade ao nível da prestação dos serviços com uma continuada criação de valor para o Cliente; diversificar o leque de clientes no mercado nacional e internacional pois este é o caminho para a viabilidade, a rentabilidade e modernidade sustentável da nossa empresa.

Termino com um agradecimento ao nosso Accionista, a todos os Colaboradores, Parceiros e Fornecedores cuja colaboração ao longo deste ano foi imprescindível para os resultados alcançados, permitindo-me aqui transmitir-lhes uma mensagem de confiança quanto ao futuro e garantir um forte empenho e motivação para a prossecução dos objetivos traçados para este triénio por parte do Conselho de Administração.

Março de 2013

Cristina Pinto Dias

## Síntese do ano 2013

### JANEIRO

A EMEF foi convidada a participar no "GLOBAL FLEET MAINTENANCE OPTIMISATION CONGRESS 2013", que decorreu entre 22 e 23 de janeiro, em Londres.

Esta iniciativa teve como objetivo a troca de experiências sobre as melhores práticas e avanços tecnológicos, aplicados à manutenção de material circulante para obtenção de melhores resultados a menor custo.

A EMEF, através do Sr. Diretor da Unidade de Manutenção de Alta Velocidade, apresentou o projeto "RCM na manutenção do material circulante", que tem sido implementado na frota dos comboios de pendulação ativa CPA4000.



*Invitation To Join The Speaker Faculty Of Rolling Stock Maintenance Optimisation Congress*

A EMEF realizou, no dia 30 de janeiro de 2013, uma sessão comemorativa dos 20 anos de início de atividade. A iniciativa contou com uma sessão por videoconferência, que pretendeu aproximar os colaboradores da empresa das várias instalações oficiais do país, e com uma exibição da cronologia dos 20 anos da empresa elaborada com base em registos fotográficos existentes. Nesta sessão estiveram presentes o Conselho de Administração da empresa e colaboradores em representação dos serviços centrais e parques oficiais.



### MARÇO

Alteração dos estatutos e nomeação dos Órgãos Sociais para o triénio 2013/2015

Nomeação do Diretor Geral da empresa

### ABRIL

Nomeação dos Diretores Coordenadores da empresa

### MAIO

Cessação da atividade da EMEF Internacional

### JULHO

No âmbito do contrato de reparação de caixas de transmissão para os rodados dos comboios dos SBB (Caminhos de Ferro Suíços), similares aos CPA's 4000 da CP, a EMEF, através do Parque Oficial Centro, efetuou a reparação geral de mais 4 caixas de transmissão.

Os prazos contratualmente acordados foram cumpridos na íntegra, e os ensaios efetuados não detetaram qualquer não conformidade.



O trabalho desenvolvido permite, assim, à EMEF continuar a prestação de serviços de alta qualidade para fora de Portugal.

Aprovação e implementação do novo modelo organizacional na empresa.

## AGOSTO

Na sequência da auditoria realizada pela APNCF – Associação Portuguesa para a Normalização e Certificação Ferroviária, a EMEF obteve a Certificação de Função de Execução da Manutenção de vagões, de acordo com o regulamento (UE) nº 445/2011.

Este regulamento integra os requisitos obrigatórios de certificação do Sistema de Manutenção, a utilizar pelas entidades responsáveis e pelas oficinas de manutenção de vagões, nas redes ferroviárias da União Europeia.

O certificado atribuído junta-se à certificação, desde 2000, do Sistema de Gestão da Qualidade, conforme norma NP EN ISO 9001, à certificação do Sistema de Gestão de Recursos Humanos, conforme norma NP 4427:2004, à acreditação do Laboratório de Ensaios, Calibração e Metrologia do Entroncamento (LEM), conforme norma NP EN ISO IEC 17025, que contribuem para o reconhecimento externo das boas práticas implementadas na Empresa.



## SETEMBRO

A parceria EMEF/CP concluiu a implementação de um novo modelo de manutenção das carruagens do serviço Intercidades, baseado na metodologia de manutenção RCM (Manutenção Centrada na Fiabilidade), já aplicada com sucesso noutras séries de material circulante da CP. O projeto iniciou-se em 2010 e contou com o envolvimento de colaboradores das duas empresas.

A metodologia RCM, que se apoia no estudo intensivo dos equipamentos do material circulante, das suas falhas e respetivas consequências para definir tarefas de manutenção, foi a solução adotada para garantir a eficácia e a eficiência da manutenção das carruagens, após a alteração do contexto operacional das mesmas, em consequência do aumento da velocidade de circulação para 200km/h.



## NOVEMBRO

A EMEF foi distinguida com o 1º prémio, enquanto Melhor Empresa do setor de Equipamento de Transporte, atribuído pela revista Exame – 500 Maiores & Melhores – 2013.

No âmbito da distinção, a presidente do Conselho de Administração da EMEF, Dra. Cristina Pinto Dias, concedeu uma entrevista à revista Exame, onde afirmou que internacionalizar é o objetivo principal da estratégia de crescimento da empresa, mas sem descurar os maiores clientes do setor que são os principais operadores europeus dos serviços ferroviários.



Avançando com a estratégia de internacionalização delineada, a EMEF e a britânica Nomad Digital criaram a empresa Nomad Tech, o que permite à primeira evoluir dando mais um passo enquanto exportadora de bens e serviços, beneficiando da carteira de clientes da Nomad Digital, que opera já em 15 países em quatro continentes.

Além do mercado europeu, a Nomad Tech espera, a breve trecho, chegar aos mercados norte-americano e japonês.

## DEZEMBRO

A Fundação Museu Nacional Ferroviário apresentou publicamente no dia 12 de dezembro, o histórico Comboio Presidencial, que foi alvo de um profundo processo de restauro, inédito em Portugal e executado pela EMEF.

A viagem inaugural partiu pelas 10h da estação de Santa Apolónia, com destino ao Entroncamento, local onde o Comboio ficará em exposição no Museu Nacional Ferroviário e serão organizados passeios turístico-culturais, abertos ao público em geral.



No âmbito do desenvolvimento de negócio, a EMEF vendeu à Mota-Engil 25 vagões Facs de transporte de balastro, destinados às obras de modernização de vias-férreas no Malawi.

Num valor próximo de um milhão de euros, esta exportação inclui a compra da EMEF à CP Carga dos vagões, que estavam desafetados, e a sua reabilitação e transformação para bitola métrica, tendo sido utilizadas ferramentas como o Ansys (programa de simulação para engenharia) para confirmar a estabilidade do vagão na bitola 1067 mm.

Este negócio insere-se na estratégia de diversificação de mercados e clientes que a EMEF iniciou durante a segunda metade de 2013.



## 2013 num relance

Os resultados de atividade são expressos nos indicadores do quadro seguinte:

### Indicadores

(euros)

Indicador	2013	2012 (Reexpresso)	Δ %
<b>Resultados</b>			
Resultado Operacional	-1.686.613	8.045.256	-121%
Rendimentos Operacionais	54.501.673	64.886.844	-16%
Gastos Operacionais	56.188.286	56.841.587	-1%
EBITDA*	-509.944	10.166.794	-105%
Resultado Líquido	-3.390.285	6.114.870	-155%
<b>Negócio</b>			
Volume de Negócios	50.935.813	63.267.091	-19%
VAB	28.760.199	37.867.826	-24%
<b>Investimentos</b>			
Investimentos	44.760	330.162	-86%
<b>Recursos Humanos</b>			
Efectivo Final do Exercício	1.069	1.111	-4%
Efectivo Médio	1.100	1.167	-6%

\* Inclui rescisões por mútuo acordo e perdas por imparidade

## I. Relatório da Atividade

### 1. CONJUNTURA ECONÓMICA

As atuais projeções para a economia portuguesa apontam para uma recuperação moderada da atividade no período 2014-2015, após uma contração acumulada de cerca de 6 por cento no período 2011-2013.

Perspetiva-se uma progressiva recuperação da procura interna. A evolução do consumo público e privado continuará, no entanto, a ser condicionada pelo processo de consolidação orçamental e de desalavancagem do setor privado e pela manutenção de condições desfavoráveis no mercado de trabalho.

As exportações deverão manter um crescimento forte, suportado pela recuperação da procura externa, embora com um ritmo inferior ao observado no período anterior à crise financeira.

Prevê-se igualmente, para os próximos anos, um aumento dos excedentes da balança corrente e de capital, o que constitui uma das características mais marcantes do processo de ajustamento da economia portuguesa.

#### Cenário Macroeconómico 2013-2015

(Projeções do Banco de Portugal 2013-2015)

(%)

	Taxa de Variação		
	2013	2014	2015
Produto Interno Bruto	-1,5	0,8	1,3
Consumo Privado	-2,0	0,3	0,7
Consumo Público	-1,5	-2,3	-0,5
Contributo para o crescimento do PIB (em p.p.)			
Exportações Líquidas	1,1	0,7	0,4
Procura Interna	-2,7	0,1	0,9
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor	0,5	0,8	1,2

Fonte: Boletim Económico - Inverno 2013, Banco de Portugal

As atuais projeções do Banco de Portugal confirmam as perspetivas de uma recuperação gradual da economia portuguesa.

A partir do final de 2013, a economia deverá registar taxas de variação homólogas do PIB positivas. Em 2014 e 2015, o crescimento da economia portuguesa tenderá a aproximar-se dos valores atualmente projetados para o conjunto da área do euro. Esta evolução favorável deverá assentar na robustez das exportações de bens e serviços e na aceleração da procura interna, com destaque para o investimento empresarial.



A correção dos desequilíbrios acumulados nas últimas décadas deverá persistir ao longo dos próximos anos devido:

- À reafetação de recursos a favor das empresas produtoras de bens e serviços transacionáveis que continuará a refletir-se na estrutura das transições no mercado de trabalho, na orientação das decisões de investimento e na evolução dos fluxos de novos créditos concedidos pelo sistema financeiro;
- Às atuais projeções que sublinham a natureza predominantemente estrutural da correção do desequilíbrio das contas externas;
- Ao significativo ajustamento dos custos salariais observado no setor privado nos últimos anos, perspetivando-se uma evolução salarial consistente com o crescimento projetado para a produtividade;
- E ao processo de consolidação orçamental que deverá continuar, no quadro dos compromissos assumidos ao nível europeu.

O processo de ajustamento deverá assumir uma natureza permanente, não apenas no que se refere à trajetória de consolidação orçamental a médio prazo como também ao conjunto de reformas estruturais em curso.

A 17 de maio de 2014, Portugal cessa o programa de ajustamento assinado entre o FMI / BCE / CE / e o Estado Português. A forma como Portugal vai enfrentar esta realidade será determinante para perspetivar os riscos futuros e as medidas de política orçamental que os acautelem e que, direta ou indiretamente, impactarão na empresa.

## 2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

Os serviços prestados pela EMEF continuaram a caracterizar-se por uma oferta de manutenção integral das frotas dos seus Clientes, abrangendo três segmentos principais:

- a reparação e a modernização de veículos ferroviários, e dos seus componentes e equipamentos, o segmento mais importante com características predominantes de produção industrial;
- a atividade de manutenção corrente, com características de resposta orientada para o serviço de suporte direto aos comboios, adotando parâmetros de flexibilidade e dinâmica ajustada ao ritmo das necessidades do operador de transporte;
- a atividade de fabrico e reabilitação de material circulante.

Complementarmente à sua atividade principal, a Empresa continuou a assegurar o serviço de prevenção permanente para quaisquer intervenções de emergência sobre o material circulante, e operações de socorro na linha, sempre que necessário.

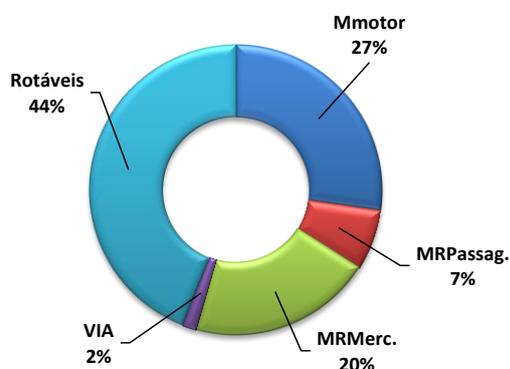
Os aspetos mais marcantes das atividades desenvolvidas em cada um dos segmentos de intervenção da empresa são seguidamente apresentados.

## Reparação

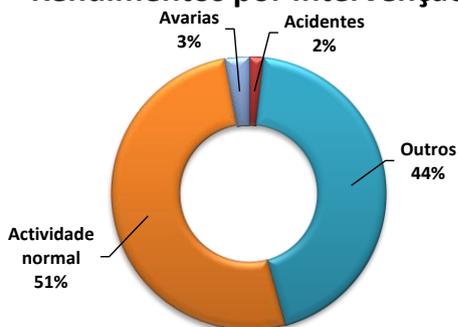
Esta atividade continuou a ser desenvolvida nos três Parques Oficiais localizados em Contumil, Entroncamento e Barreiro.

O seu âmbito continuou a integrar os clássicos tipos de reparações programadas nas unidades e nos equipamentos (R's e RG's), outras reparações por causas imprevistas ou acidentais sobre os veículos ferroviários (RAV e RAC) e ainda modificações/modernizações no material circulante de acordo com o pedido específico dos clientes. No seu conjunto o segmento da reparação permitiu à Empresa realizar, em 2013, rendimentos de 24.335 milhares de euros, o que correspondeu a 48% do valor de rendimentos globais da Empresa.

### Rendimentos por tipo de Material



### Rendimentos por Intervenção



Em termos de reparação em *material motor e equipamentos*, salientam-se as seguintes reparações concluídas no ano de 2013:

- 5 reparações do tipo R2 às UQE's 2300/2400
- 5 reparações do tipo R2 às UDD 450
- 2 reparações do tipo R3 às UDD 9630
- 1 reparação do tipo R2 à UTD 592 da RENFE
- 2 reparações do tipo R às USD 350



- reparações gerais aos bogies de 4 unidades CPA 4000
- 6 modificações das caixas Voith das UDD 450

Destaca-se ainda a montagem do sistema WI-FI nas UTE2240 que efetuam o serviço intercidades.

No que concerne ao **material rebocado de passageiros**, foram realizadas 7 reparações do tipo R2 e 5 reparações gerais de bogies.

Relativamente ao **material rebocado de mercadorias** (vagões) foram efetuadas 264 reparações do tipo REV para o cliente CP CARGA e 16 para outros clientes. É também de salientar a execução do contrato com a Mota-Engil de alteração para bitola de 1067 mm em 25 vagões FACS 694 para utilização em África. Este projeto constituiu um marco relevante pela qualidade evidenciada e pela demonstração da capacidade técnica instalada, o qual permitiu encarar de forma positiva novos negócios similares.

### Manutenção

O objetivo nas atividades de manutenção corrente continuou centrado na procura permanente da eficácia de resposta às necessidades de fiabilidade e disponibilidade das frotas dos nossos clientes, dando especial prioridade ao cumprimento do programa anual de manutenção em todas as séries de material circulante ferroviário da CP.

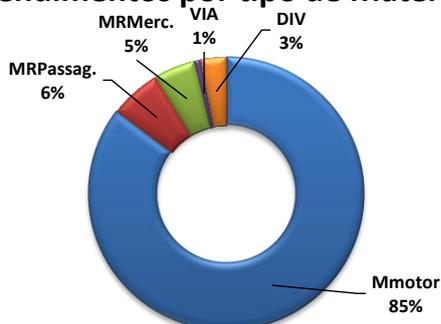
Continuaram dedicados ao desempenho dessa atividade os estabelecimentos oficiais de Manutenção localizados no Norte (Contumil, Guifões, Sernada do Vouga, Livração, Régua e Mirandela), no Centro (Entroncamento), no Sul (Barreiro, Poceirão, Vila Real de Santo António, Campolide, Santa Apolónia e Oeiras).

Paralelamente a empresa continuou a prestar em Guifões os serviços de manutenção corrente ao Metro do Porto.

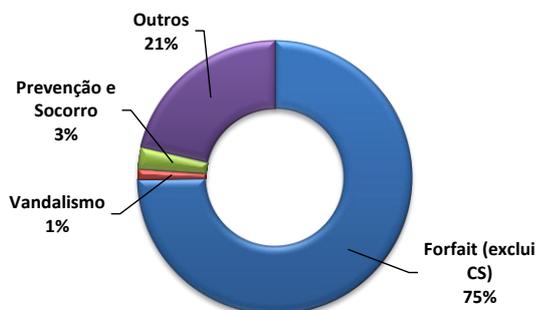
Destaca-se ainda a continuidade dada ao projeto de manutenção remota sob condição, reforçando-se a potencialidade desta ferramenta para o apoio remoto e em tempo real ao Troubleshooting de veículos imobilizados na via, tendo sido possível recoloca-los ao serviço com a assistência remota que este sistema permite.

No segmento da manutenção corrente a Empresa realizou rendimentos de 26.585 milhares de euros, o que correspondeu a 52% do valor de rendimentos globais da Empresa representando uma quebra de 3% em relação ao valor do ano anterior neste segmento. Tal quebra resulta da redução do nº de unidades em serviço comercial no ano de 2013.

### Rendimentos por tipo de Material



### Rendimentos por Intervenção



Continuou ainda a ser prestado o serviço de manutenção ao comboio turístico sazonal no Douro, produto do acionista CP com forte impacto na sua imagem. Foi realizada uma visita sazonal, intervenções de manutenção periódicas e intervenções corretivas resultantes do serviço comercial das carruagens de via larga da composição histórica.

Por solicitação da FMNF foi também efetuada a visita trimestral ao comboio presidencial no Entroncamento iniciando assim o ciclo de manutenção proposto e aprovado.

### Reabilitação

Foi concluído o restauro/reparação do comboio Presidencial, utilizando desta forma o know-how qualificado existente para esta atividade específica, sendo esta uma mais-valia na promoção da imagem da EMEF para outros mercados específicos.

Realizados ensaios dinâmicos com composição presidencial de modo a validar/homologar este material circulante junto do IMT.

Efetuada a entrega formal do comboio presidencial à FMNF no Entroncamento.

## Inovação e Desenvolvimento

Nesta vertente na atuação da empresa é de destacar as seguintes atividades:

- Projetos financiados Europeus e Nacionais

A empresa participou ativamente em projetos europeus e nacionais ao abrigo do Sétimo Programa Quadro - FP7 (Interail, CargoVibes e Secur-ed), QREN (Intrain, SIEF) e FCT (LightTrain, Wearwheel, MAXBE) que consistem em incentivos a projetos de Investigação e Desenvolvimento, com forte ligação à indústria.

Os projetos incidiram sobre o desenvolvimento de metodologias e equipamentos que têm como objetivo a melhoria nas diversas áreas do setor ferroviário, nomeadamente, segurança da circulação, conforto quer dos passageiros quer do meio ambiente circundante às infraestruturas ferroviárias, redução de custos de manutenção e aumento dos parâmetros RAMS.

Nos projetos acima referidos participaram várias entidades, nacionais e internacionais como por exemplo: Universidade do Porto/FEUP, ISQ, IST, MIIT, Alstom, CP, Evoleo, REFER, TWI-Ltd, TNO, University of Birmingham, Feldman/Krestos, APT, I-Moss, SKF, SNCF, COMSA, Thales, INOV, entre outras.

De entre os trabalhos desenvolvidos destacamos:

- Desenvolvimento de sistemas de monitorização do estado de condição dos rolamentos das caixas de eixo dos rodados, projeto MAXBE;
  - Realização de ensaios e apoio técnico na identificação, desenvolvimento e validação de medidas para assegurar níveis aceitáveis de vibração em zonas residenciais, com o fim de facilitar a extensão do tráfego de mercadorias ao transporte ferroviário (Projeto CARGOVIBES);
  - Desenvolvimento, montagem e demonstração de sistema de monitorização para apoio à decisão na otimização da manutenção dos bogies (Projeto SIEF);
  - Preparação da demo satélite do Projeto Europeu SECUR-ED, a realizar em Janeiro de 2014 em Lisboa (Cais do Sodré). Nesta demo serão demonstradas tecnologias que permitem o incremento da segurança em vários cenários relacionados com o transporte de passageiros.
- Projeto – Hitachi - Onboard Server para aquisição de dados
- Os projetos em curso com o fabricante Hitachi destinam-se a melhorar as condições de manutenção e exploração fornecendo uma interface comum com os diversos subsistemas do conjunto de 29 comboios da Class 395 e 92 comboios para o programa IEP em Inglaterra, gerida pelo operador Southeastern Rail.

Em 2013 foi aprovado o protótipo realizado, bem como aprovado pela Hitachi a extensão à restante frota da class 395. Ainda relativamente a este operador a EMEF apresentou proposta para a montagem de sistema semelhante na frota IE, tendo esta sido aceite, para desenvolvimento de montagem durante o ano 2014.



- Projeto - DB Schenker Germany - Monitorização Remota

Tendo como base a proposta solicitada pela DB Schenker e apresentada pela EMEF, em estrita colaboração com a Nomad Digital, foi desenvolvido e montado, com sucesso, um protótipo numa locomotiva da classe BR189. Este protótipo permitiu à DB Schenker a monitorização remota e em tempo real do estado de condição dos vários sistemas deste veículo ferroviário.

- Projeto – Caminhos de Ferro da Noruega (NSB) - Monitorização Remota em tempo real

Durante o ano de 2013 foi efetuada, em parceria com a Nomad Digital, a resposta a um concurso público dos Caminhos de Ferro Noruegueses, cujo âmbito consiste em suportar os NSB na monitorização em tempo real da operação, apoiar a manutenção, assegurar e verificar fiabilidade em operação, otimizar as operações de manutenção com o objetivo de realizar manutenção sobre condição e apoiar na deteção e recuperação de falhas. A aplicação solicitada no concurso deve suportar todas as frotas dos NSB que permitem a recolha de dados de diagnóstico, que consistem em cerca de 300 comboios. A proposta apresentada veio a ganhar o concurso público.

- Projeto do Metro do Porto

Durante o ano de 2013 foi efetuada a entrega de dois projetos de engenharia na frota Eurotram do Metro do Porto.

Os projetos consistem em:

- Implementação de um sistema de Contagem de passageiros em 6 veículos Eurotram;
- Aumento da capacidade de armazenamento de dados do sistema de informação ao passageiro, embarcado nos 72 veículos da frota Eurotram.

O primeiro sistema permitiu dotar 6 veículos Eurotram de meios para a realização da contagem de passageiros (que entram e que saem em cada estação, e que circulam entre estações), sendo instalados os equipamentos e aplicações que possibilitem o tratamento e análise dos dados recolhidos de uma forma centralizada, permitindo o apoio a decisões de gestão e de adequação do serviço comercial, de acordo com a procura existente em cada um dos serviços realizados.

O segundo sistema permitiu dotar toda a frota de veículos Eurotram de um aumento da capacidade de memória do sistema de anúncio sonoro aos passageiros. Este aumento permite acomodar todas as mensagens de áudio pré-gravadas necessárias para as expansões previstas para a rede do Metro do Porto.

- Projeto - East Midlands Trains - Interface com caixa negra dos comboios

Foi concluído com sucesso o protótipo do interface de ligação com as caixas negras dos comboios no Reino Unido. Este interface possibilita o acesso a todos os dados disponíveis nesse equipamento, existente em cerca de 1500 unidades de Material Circulante no Reino Unido de vários operadores, como por exemplo East Midlands Trains e Arriva Trains Wales.



- Eletrónica de Potência/Tração

Continuidade dos trabalhos e desenvolvimento que asseguram domínio tecnológico estratégico na área de reparação de equipamentos de eletrónica de potência para o material circulante da CP e outros operadores ferroviários nacionais, que incluem a Carris e o Metropolitano de Lisboa.

- Atualização tecnológica do sistema de propulsão das UQEs da linha de Sintra

Desenvolvimento e prototipagem de projeto Lusogate, relativo à substituição de módulos de GTOs por módulos de IGBTs tendo por objetivo permitir à CP dispor de solução tecnológica atual e mais económica como alternativa à importação de serviços e equipamentos tecnológicos do exterior.

Demonstração em feira tecnológica PCIM realizada em Nuremberg da solução adotada para este projeto, com características ferroviárias inovadoras de monitorização remota em tempo real da condição do conversor de tração de uma UQE colocada ao serviço em Portugal.

- Desenvolvimento de hardware

Desenho e prototipagem do hardware para monitorização da condição de sistemas embarcados em material circulante de operador britânico Northern Rail, que incluiu portas de acesso, temperatura dos salões dos veículos, nível de refrigerante e perfil de condução Diesel.

Desenvolvimento de hardware para sistema alternativo aos atuais indicadores de destino do comboio Alfa Pendular, e sua integração na rede de informação do comboio, por forma a fazer face à baixa fiabilidade e elevados custos destes equipamentos.

Desenvolvimento de banco de ensaios para validação de estado de conformidade das gate units da série 2300/2400. Assistência à manutenção para ensaio e verificação dos acoplamentos óticos e redução da sua influência nas avarias de módulos de tração.

Desenvolvimento de hardware para solução integrada de telemetria e contagem de energia nas séries 2300 CP / 3500 Fertagus.

### 3. DESENVOLVIMENTO DO NEGÓCIO

Realça-se a criação, pela primeira vez na EMEF, de uma área específica de desenvolvimento de negócio, com especial enfoque na componente internacional.

A EMEF identificou como prioridade para a sua estratégia de internacionalização duas zonas geográficas em África (Angola e Moçambique) e Norte de África (Tunísia, Argélia e Marrocos). Também se tem dado particular atenção a oportunidades identificadas nos países da Europa, Médio Oriente e na Ásia (este último conjunto de geografias numa lógica casuística).

Pela sua natureza de risco e face à forte concorrência, a internacionalização da EMEF terá de ser cautelosa e faseada no tempo, sobretudo através de parcerias que nos permitam diluir os riscos associados e nos permitam encarar os novos projetos com prudência financeira, garantindo um retorno adequado nos investimentos realizados.

O trabalho desenvolvido durante o segundo semestre de 2013 permite-nos acreditar que durante o ano de 2014, estes primeiros passos encetados na internacionalização, se vão traduzir já em resultados concretos, através da materialização de alguns negócios. No entanto, não se pode deixar de realçar que o quadro legal a que a EMEF está obrigada, enquanto empresa pública, limita a sua agilidade e capacidade para competir em iguais circunstâncias com outras empresas privadas.

Ao nível nacional, a Área de Desenvolvimento de Negócio também tem vindo a desenvolver um conjunto de iniciativas, no sentido de permitir à EMEF a diversificação da carteira de clientes e de mercados, tais como a reparação de equipamentos e motores do setor marítimo.

É ainda de salientar o trabalho desenvolvido com vista ao estabelecimento dos contratos específicos de manutenção por série de material circulante, no âmbito do contrato quadro de manutenção assinado com o principal cliente CP-Comboios de Portugal.

### 4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

#### Resultado Operacional

A EMEF registou em 2013 uma quebra considerável no seu Resultado Operacional, com uma variação de -9,7 milhões de euros relativamente ao ano transato. Tal justifica-se pela redução da atividade operacional da empresa (os rendimentos operacionais registaram uma diminuição na ordem dos 16% a que correspondem -10,3 milhões de euros) e pela reposição dos subsídios de férias e Natal aos colaboradores da empresa.



## Resultado Operacional

(euros)

	2013	2012 (Reexpresso)	Δ%
<b>Rendimentos Operacionais</b>	<b>54.501.673</b>	<b>64.886.844</b>	<b>-16%</b>
Vendas e Serviços Prestados	50.935.813	63.267.091	-19%
Rendimentos Suplementares	854.946	1.423.798	-40%
Variações Invent. Produção	-15.374	-1.713.378	99%
Outros Rendimentos	2.726.288	1.909.333	43%
<b>Gastos Operacionais</b>	<b>56.188.286</b>	<b>56.841.587</b>	<b>-1%</b>
C. Merc.Vend. e Consumidas	13.564.239	15.630.558	-13%
Forn. e Serv. Externos	9.599.103	9.539.694	1%
Gastos com Pessoal s/ rescisões	29.010.053	25.348.784	14%
Rescisões mútuo acordo	811.672	1.707.270	-52%
Gastos/Reversões depr. Amortizações	1.317.287	1.480.444	-11%
Outros Gastos	1.885.932	3.134.837	-40%
<b>Resultado Operacional</b>	<b>-1.686.613</b>	<b>8.045.256</b>	<b>-121%</b>

A redução dos rendimentos é justificada, por um lado, pela inexistência do segmento de fabrico no ano de 2013 (o projeto de fabrico de vagões para a CP Carga concluiu-se no ano 2012) e, por outro lado, por um menor volume de intervenções de reparação, situação que foi agravada com a manutenção no ano de 2013 dos preços praticados no ano 2012 para o principal cliente CP, EPE.

## Rendimentos\* por segmento de atividade

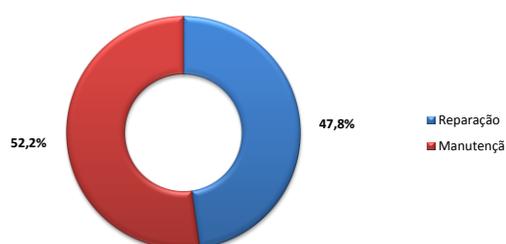
(euros)

	2013	2012	Δ%
<b>Segmento de atividade</b>	<b>50.920.439</b>	<b>61.553.713</b>	<b>-17%</b>
Fabrico	0	2.414.761	-100%
Reparação	24.335.106	31.255.100	-22%
Manutenção	26.585.333	27.437.712	-3%
Reabilitação	0	446.140	-100%

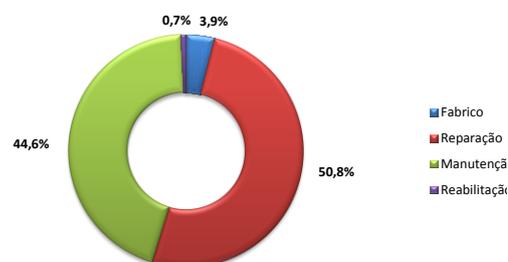
\* Vendas + SP + VIP

Relativamente à evolução dos rendimentos por segmento de atividade, verifica-se que em 2013, a manutenção é o segmento que mais contribuiu para os rendimentos da empresa.

## Rendimentos por segmento 2013



## Rendimentos por segmento 2012



Em termos da evolução do volume de negócios por cliente, constata-se que a CP, a CP Carga e a Prometro continuam a ser os clientes mais importantes da empresa e em conjunto representam 88,2% das vendas e prestações de serviço da empresa.

### Volume de Negócios por Cliente

(euros)

	2013	2012	Δ%
<b>Ciente</b>	<b>50.935.813</b>	<b>63.267.091</b>	<b>-19%</b>
CP	36.300.438	42.707.551	-15%
CP CARGA	4.963.932	11.345.027	-56%
BOMBARDIER/PROMETRO	3.665.648	4.239.723	-14%
EMEF/SIEMENS ACE	2.770.875	2.503.661	11%
RENFE	1.042.608	894.928	17%
MOTA - ENGIL	1.038.113	65.283	1490%
REFER	682.855	266.478	156%
OUTROS	471.344	1.244.440	-62%

A forte redução de rendimentos para o cliente CP Carga, S.A. é explicada maioritariamente pela conclusão do contrato de fabrico de vagões no ano de 2012 mas também pela redução de intervenções REV realizadas face ao ano transato.

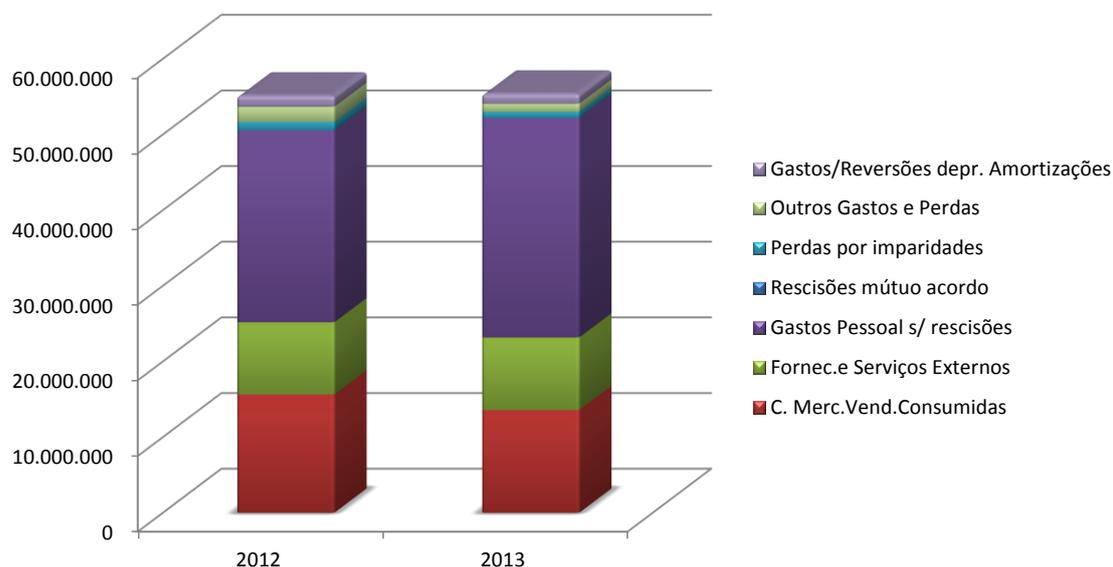
### Gastos

No ano de 2013, registou-se uma ligeira diminuição nos gastos operacionais da empresa, no valor de 0,7 milhões de euros, já que a redução substancial verificada nas rubricas de:

- Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas;
- Indemnizações devidas por rescisões por mútuo acordo;
- Outros Gastos.

foi praticamente absorvida pelo incremento dos Gastos com Pessoal (sem rescisões) no valor de 3,7 milhares de euros resultante da reposição dos subsídios de férias e Natal aos trabalhadores.

### Evolução e Estrutura de Gastos



A política de contenção de custos efetuada através de uma gestão eficiente e racionalização dos fornecimentos e serviços externos e a implementação das políticas de redução remuneratória impostas pelas sucessivas leis de OE foi aplicada na EMEF com os seguintes resultados:

	2013	2012 (Reexpresso)	2011	2010	2009	Variação 2013/2010	
						Absoluta	%
CMVMC (m€) (1)	13.564	15.631	28.323	30.388	22.247	-16.824	-55%
FSE (m€) (2)	9.599	9.540	11.217	13.830	15.774	-4.230	-31%
Deslocações/Estadas (m€)	36	43	48	138	102	-102	-74%
Comunicações (m€)	159	190	209	290	254	-131	-45%
Gastos com o pessoal sem Indem. (m€) (3)	29.010	25.349	31.945	38.417	40.790	-9.407	-24%
Ajudas de Custo (m€)	36	44	71	120	126	-84	-70%
<b>Total (1) + (2) + (3)</b>	<b>52.173</b>	<b>50.519</b>	<b>71.485</b>	<b>82.635</b>	<b>78.811</b>	<b>-30.461</b>	<b>-37%</b>

### Gastos de Financiamento e Resultado Líquido

A decomposição e evolução dos gastos de financiamento é a que se apresenta no quadro seguinte:

#### Gastos de Financiamento

(euros)

	2013	2012	Δ%
<b>Gastos Financiamento</b>	<b>1.664.455</b>	<b>1.884.694</b>	<b>-12%</b>
Juros Empréstimos Bancários	168.553	327.724	-49%
Juros Empréstimos Acionista	802.331	801.495	0%
Juros Descobertos Bancários	566.103	615.670	-8%
Outros relativos a Financiamentos Obtidos	127.468	139.805	-9%



O resultado líquido seguiu a tendência desfavorável do resultado operacional, tendo registado um decréscimo de 9,5 milhões de euros relativamente ao ano 2012, apesar da diminuição de 12% dos gastos de financiamento, justificados pela redução da dívida.

### Resultado Líquido

(euros)

	2013	2012 (Reexpresso)	Δ%
Rendimentos Operacionais	54.501.673	64.886.844	-16%
Gastos Operacionais	56.188.286	56.841.587	-1%
<b>Resultado Operacional</b>	<b>-1.686.613</b>	<b>8.045.256</b>	<b>-121%</b>
<b>Gastos de Financiamento</b>	<b>1.664.455</b>	<b>1.884.694</b>	<b>-12%</b>
<b>Imposto sobre o rendimento do exercício</b>	<b>-39.217</b>	<b>-45.692</b>	<b>14%</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>-3.390.285</b>	<b>6.114.870</b>	<b>-155%</b>



## Estrutura Patrimonial

### Evolução da estrutura patrimonial

(euros)

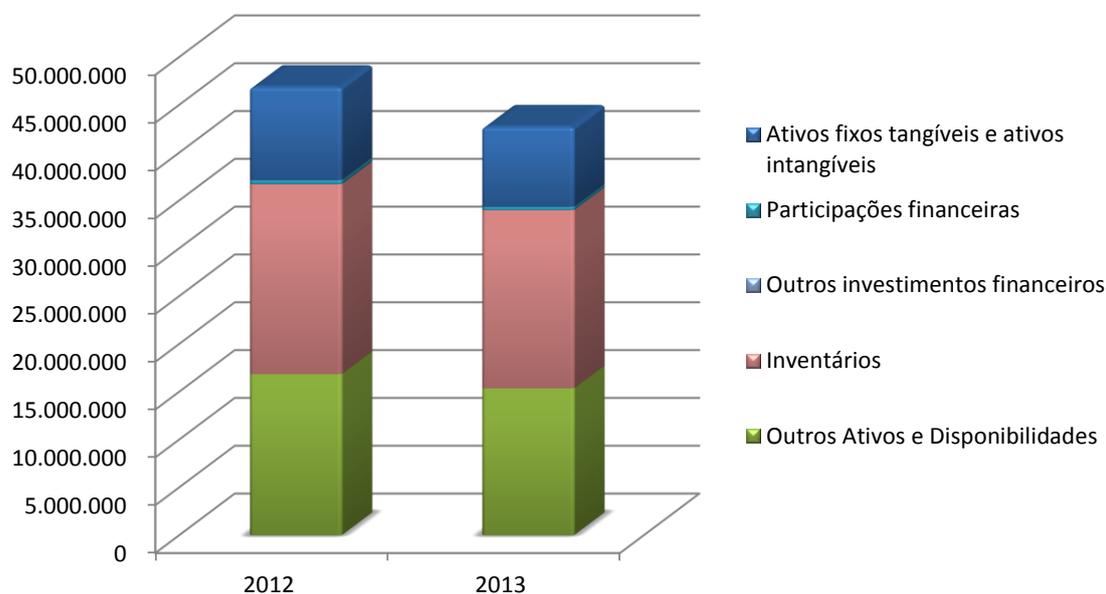
Rubrica do Balanço	2013	2012 (Reexpresso)	Δ €	Δ%
<b>Ativo</b>				
<b>Não corrente</b>	<b>8.718.819</b>	<b>10.198.853</b>	<b>-1.480.034</b>	<b>-15%</b>
Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis	8.377.408	9.750.157	-1.372.749	-14%
Participações financeiras	341.411	430.696	-89.285	-21%
Outros investimentos financeiros	0	18.000	-18.000	0%
<b>Corrente</b>	<b>33.968.043</b>	<b>36.683.590</b>	<b>-2.715.547</b>	<b>-7%</b>
Inventários	18.624.339	19.845.633	-1.221.293	-6%
Outros Ativos e Disponibilidades	15.343.703	16.837.957	-1.494.254	-9%
<b>Total do Ativo</b>	<b>42.686.862</b>	<b>46.882.443</b>	<b>-4.195.581</b>	<b>-9%</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>				
<b>Capital, Reservas e Resultados Transitados</b>	<b>8.982.745</b>	<b>2.867.875</b>	<b>6.114.870</b>	<b>213%</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>-3.390.285</b>	<b>6.114.870</b>	<b>-9.505.155</b>	<b>-155%</b>
<b>Passivo não corrente</b>	<b>5.139.810</b>	<b>6.356.768</b>	<b>-1.216.958</b>	<b>-19%</b>
Provisões	998.474	1.143.094	-144.620	-13%
Financiamentos obtidos	4.141.336	5.213.675	-1.072.338	-21%
<b>Passivo corrente</b>	<b>31.954.592</b>	<b>31.542.930</b>	<b>411.662</b>	<b>1%</b>
Financiamentos obtidos	19.682.712	19.907.546	-224.835	-1%
Outros passivos	12.271.881	11.635.384	636.497	5%
<b>Total do Capital próprio e passivo</b>	<b>42.686.862</b>	<b>46.882.443</b>	<b>-4.195.581</b>	<b>-9%</b>

### Ativo

No final do exercício de 2013, o Ativo apresentava uma redução de 4,2 milhões de euros comparativamente com o ano anterior. Este facto resultou essencialmente de:

- Diminuição dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, justificado por um lado, pela baixa realização de aquisições de bens de investimento e por outro lado, pela venda de ativos desta natureza à NOMAD TECH;
- Redução nas rubricas de Inventários de matérias-primas, subsidiárias e de consumo e Clientes, decorrentes da quebra da atividade e consequente diminuição na faturação conjugada com a melhoria do prazo médio de recebimentos.

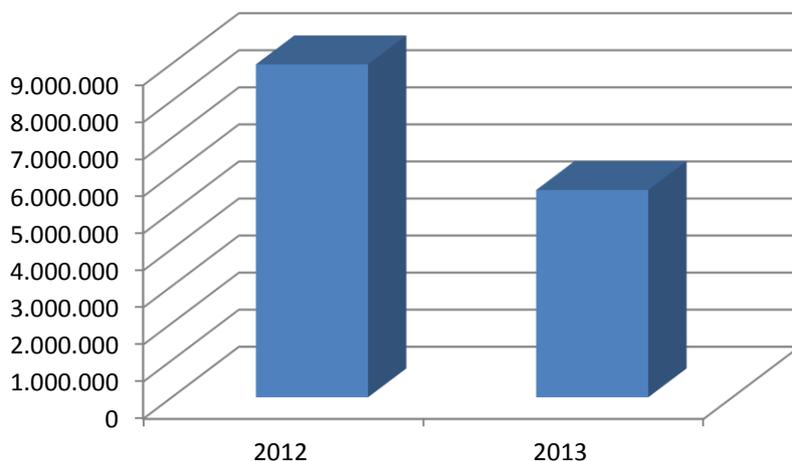
## Evolução e Estrutura do Ativo



### Capital Próprio

No que se refere ao Capital Próprio, verificou-se em 2013 uma diminuição de 3,4 milhões de euros relativamente ao ano transato, como ilustra o gráfico seguinte:

### Evolução do Capital Próprio



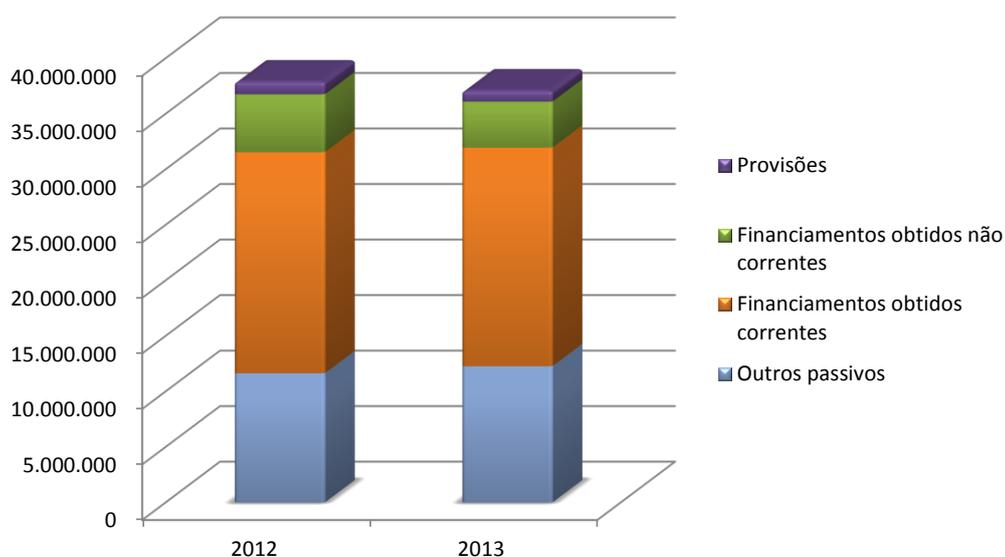
A alteração ocorrida no capital próprio no exercício de 2013 decorre unicamente do resultado líquido negativo do ano nesse mesmo valor.

## Passivo

Em termos de Passivo total, no final do exercício de 2013, verificou-se uma ligeira diminuição no valor de 0,8 milhões de euros. Esta evolução é explicada basicamente por:

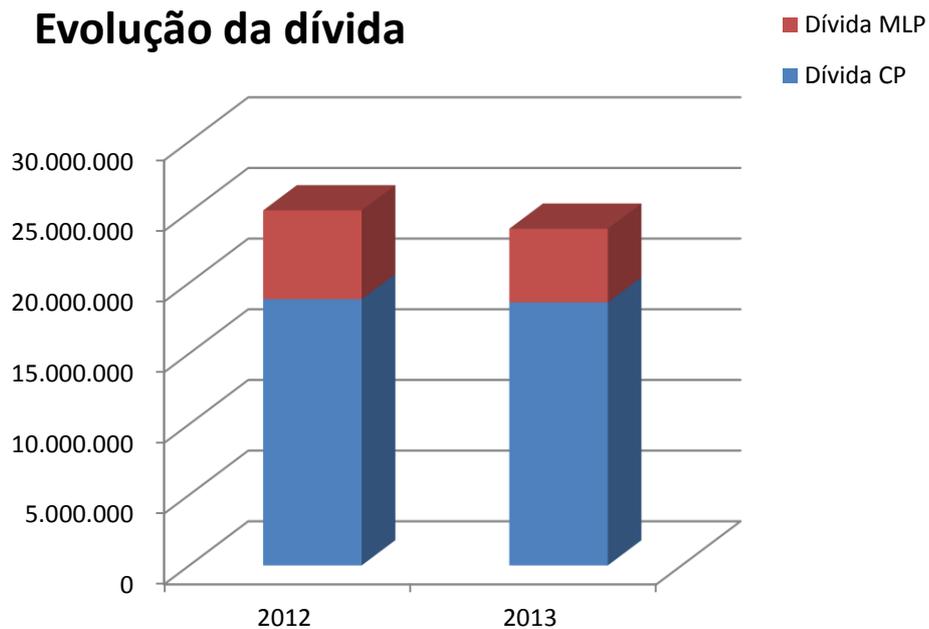
- Redução do financiamento bancário (curto prazo e médio e longo prazo) em 1,3 milhões de euros a que corresponde a um decréscimo do endividamento bancário de 9%;
- Redução da rubrica de fornecedores em 1,5 milhões de euros motivada pela quebra nas compras de matérias-primas, subsidiárias e de consumo decorrente da redução de atividade da empresa e de uma criteriosa política de compras;
- Incremento nos diferimentos em 0,8 milhões de euros, justificado pelo facto de se encontrarem em curso no final do ano 2013 várias intervenções cujos adiantamentos já foram faturados aos clientes;
- Aumento nas dívidas ao Estado e outros entes públicos em 0,8 milhões de euros justificado por um incremento do IVA a pagar e das retenções de IRS no final de 2013 face ao período homólogo do ano 2012;
- Crescimento da rubrica “outras contas a pagar” em 0,7 milhões de euros, explicada basicamente pelo aumento nos acréscimos de gastos referentes ao pessoal (mês de férias e subsídio de férias a pagar no ano 2014).

### Evolução e Estrutura do Passivo



### Recursos Financeiros – Evolução da dívida financeira

No final de 2013 verificou-se uma diminuição da dívida total em 1,3 milhões de euros face ao ano 2012, cuja repartição é a que se apresenta no gráfico abaixo:

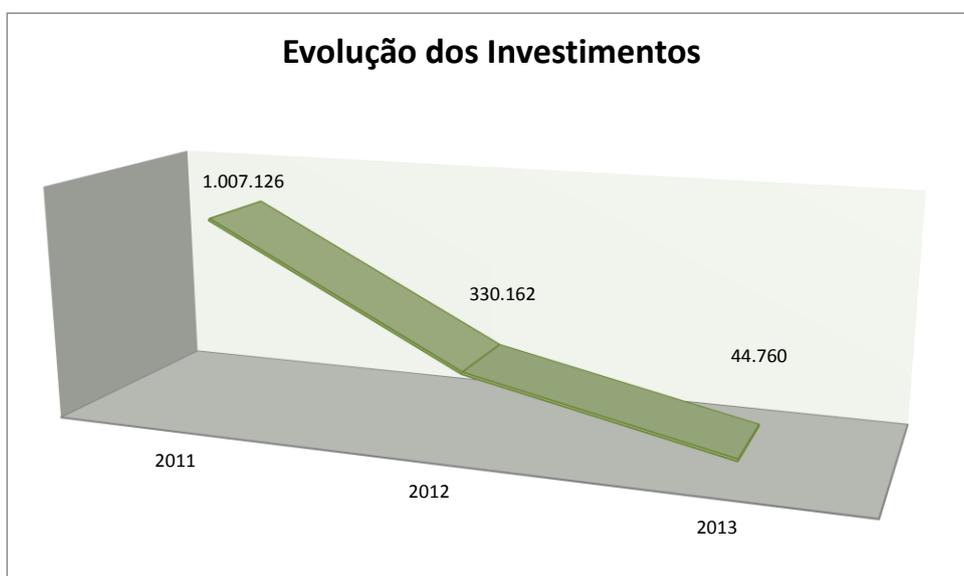


Relativamente à estrutura da dívida, verificou-se uma redução na utilização de descobertos bancários (0,2 milhões de euros) e a empresa amortizou 1,1 milhões de euros à banca com recursos próprios, tendo-se mantido inalterado o valor de empréstimos concedidos pelo acionista.

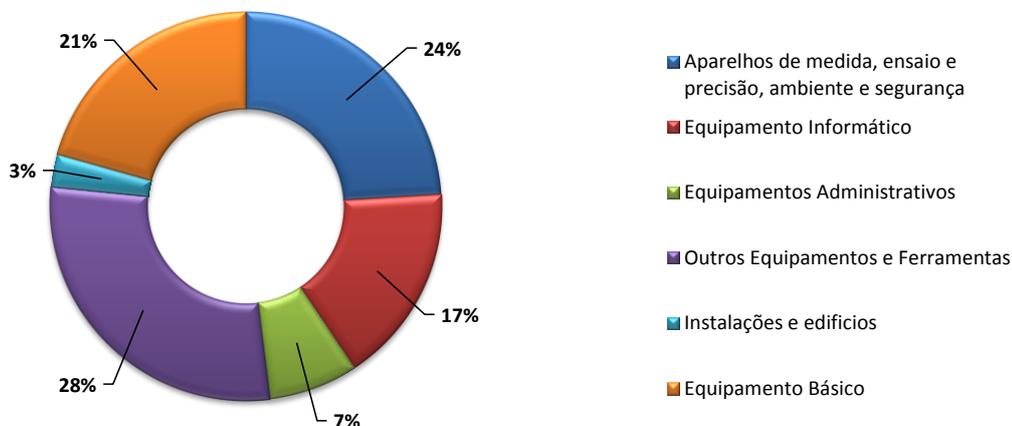
## 5. INVESTIMENTOS

Prosseguindo uma política de contenção nos investimentos, os mesmos confinaram-se aos equipamentos estritamente necessários para a prossecução da atividade da empresa, ascendendo no exercício de 2013 a cerca de 45 mil euros.

Relativamente ao ano 2012, o investimento sofreu uma redução na ordem dos 86%, concentrando-se basicamente em equipamentos e ferramentas de apoio à produção, como se pode constatar nos gráficos abaixo que ilustram a evolução dos investimentos desde o ano 2011 e a repartição do montante investido em 2013 por naturezas de bens do ativo da empresa.



### Investimentos por Natureza





## II. Cumprimento das Orientações Legais

### 1. OBJETIVOS DE GESTÃO

Foram monitorizados quatro indicadores globais que expressam, na sua globalidade, bom desempenho face ao objetivo estabelecido.

Objetivo	Indicador	Fórmula de cálculo	Real	Meta	Desvio
Viabilidade económica	Taxa de rendibilidade dos ativos	Resultado Líquido / Ativo total *100	-0,08	-0,17	52%
Eficiência Produtiva	Produtividade do trabalho	Valor Acrescentado Bruto / Efetivo médio de Pessoal [10 <sup>3</sup> €]	26	25	6%
Qualidade Produtiva	Índice de Fiabilidade (global) - Nº incidentes por milhão de quilómetros	$\frac{\sum \text{do nº de incidentes do material circulante por milhão de kms (x10^6)}}{\sum \text{do nº de Km percorridos [MKm]}}$	5,7	5,9	-4%
Satisfação do Cliente	Índice de Indisponibilidade - Unidades de material circulante não disponíveis para Rotação	(Parque Operativo-Disponibilidade às 08:00h)/Parque Afeto x 100 [%]	3,4%	3,6%	-6%

### 2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

A atividade financeira da empresa não oferece risco financeiro relevante. Os meios líquidos necessários têm sido disponibilizados com aportes do acionista, com recurso à utilização de linhas de crédito bancário negociadas em data anterior a 2011 e pela atividade da empresa onde os principais clientes integram o grupo CP.

Daí que o risco financeiro radique essencialmente nas taxas de juro no eventual vencimento precipitado da dívida total por motivos alheios à empresa ou por incapacidade de renegociação dos prazos de amortização de contratos de mútuo e dos descobertos.

É ainda de referir que a continuidade da empresa depende da evolução do Grupo CP.

Anos	2013	2012	2011	2010	2009
Encargos Financeiros (€)	1.664.455	1.884.694	1.542.969	926.167	775.915
Taxa média anual de financiamento (%)	6,83%	6,77%	4,60%	2,83%	3,42%



Passivo Remunerado (€)	2013	2012	Var. absol.	Var. %
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos	4.141.336	5.213.675	-1.072.338	-21%
Passivo corrente				
Financiamentos obtidos*	19.682.712	19.907.546	-224.835	-1%
<b>Total Passivo Remunerado</b>	<b>23.824.048</b>	<b>25.121.221</b>	<b>-1.297.173</b>	<b>-5%</b>

\* Inclui Empréstimos acionista

A EMEF deu cumprimento aos limites máximos de endividamento remunerado previstos no Despacho 155/2011 do Ministério da Economia e Finanças de 28 de abril, para 2012 (5%) tendo-se mesmo observado uma redução face aos valores de 2012, como comprova o quadro seguinte:

### Estrutura da Dívida

(euros)

	2013	2012	Δ €	Δ%
Empréstimos bancários	5.213.711	6.279.872	-1.066.161	-17%
Empréstimos acionista	10.500.000	10.500.000	0	0%
Descobertos Bancários	8.110.337	8.341.349	-231.012	-3%
<b>Total da Dívida</b>	<b>23.824.048</b>	<b>25.121.221</b>	<b>-1.297.173</b>	<b>-5%</b>

### 3. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS E DIVULGAÇÃO DOS ATRASOS NOS PAGAMENTOS

Nos termos da RCM 34/2008 com as alterações introduzidas pelo despacho 9870/2009, discrimina-se a evolução do Prazo de médio de pagamentos a fornecedores, onde é patente, a partir do 2º trimestre do ano, uma acentuada melhoria deste indicador e o cumprimento do limite recomendado de 90 dias.

PMP	2013				2012				Var. (%) 4ºT 2013/4ºT 2012
	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	
Prazo	109	70	62	59	137	120	108	87	-33%

Dando cumprimento ao dever de divulgação sobre atrasos de pagamento, nos termos do Decreto-Lei 65-A/2011, informa-se através do quadro seguinte a situação da empresa em 31/12/2013:

(euros)

Dívidas Vencidas	0-90 dias	Dividas vencidas de acordo com o Art. 1º DL 65-A/2011			
		90-120	120-240	240-360	> 360*
Aquisição de Bens e Serviços	30.875	29	10.324	287	272.169
Aquisição de Capital	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>30.875</b>	<b>29</b>	<b>10.324</b>	<b>287</b>	<b>272.169</b>

\* Os valores indicados na coluna > 360 dias referem-se essencialmente a saldos bloqueados para pagamento pelos mais diversos motivos, nomeadamente: aguarda nota de crédito do fornecedor, aguarda resolução de contencioso, etc.

#### 4. CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA

Não emergiram recomendações do acionista aquando da aprovação das contas de 2012, em Assembleia Geral de 15 de março de 2013.

#### 5. REMUNERAÇÕES

Embora a atual administração (eleita em 15/3/2013) não seja remunerada pela EMEF, dado que foi eleita ao abrigo do nº 4 do artigo 20º do Decreto-Lei nº 71/2007 de 27 de março, aos anteriores administradores foi aplicada a redução remuneratória nos termos do preceituado no artº 27.º da Lei do OE 2013 e foi mantida a aplicação da redução determinada nos termos do artigo 12º da Lei 12-A/2010.

##### Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Estatuto Remuneratório Fixado (€) (1)	Remuneração Anual (€)		
				Bruta (2)	Reduções (Lei OE)	Bruta após reduções
2013-2015	Presidente	Maria Romana da Cunha Paulino Correia de Vasconcelos	0	0	0	0
	Secretário	Maria Filipa Alves Marvão Lucas Martins	0	0	0	0

(1) - Valor da Senha de presença fixada; (2) - Antes de reduções remuneratórias

##### Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Doc	Data
2013-2015	Presidente	Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	AG	15/03/2013
	Vogal	Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente	AG	15/03/2013
2012	Presidente	Alfredo Vicente Pereira	AG	09/02/2012
2010-2012	Vogal	José Manuel Sancho Pontes Correia	AG	24/06/2010

Nome	EGP				OPRLO	
	Fixado	Classificação	Vencimento	Despesas Representação	Identificar Entidade	Pagadora
José Manuel Sancho Pontes Correia	S	B	3.327	1.331	n.a.	D

Nome	Remuneração Anual (€)						
	Variável	Fixa	Outra	Redução Lei 12- A/2010	Redução (Lei OE)	Redução anos anteriores	Bruta após Reduções
José Manuel Sancho Pontes Correia	0	14.238	0	712	1.322	0	12.204

Nome	Sub. Refeição	Benefícios Sociais (€)						
		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Seguro de Acidentes Pessoais	Outros	
		Identificar	Valor				Identificar	Valor
José Manuel Sancho Pontes Correia	640	Segurança social	2977	196	0	80	Seguro Resp. Civil e de Acidentes de Trabalho	444

Nome	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
José Manuel Sancho Pontes Correia	120	58	

Encargos com Viaturas								
Viatura Atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Nº Prestações	Valor da Renda Mensal	Valor Anual
Sim	Sim	47.989	AOV	2008	2013	55	777	1388

Nome	Plafond Mensal definido para	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				Observações
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	
José Manuel Sancho Pontes Correia	Combustível - 150litros/208€ *	176	53	365	106	

\* O valor médio por litro do gasóleo no ano de 2013 ascendeu a 1,39€ (Fonte: Boletins Mensais da Autoridade da Concorrência)

## Fiscalização Conselho Fiscal

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (mensal)
			Doc.	Data	
2013	Presidente	Arlindo José Crespo Rodrigues	AG		Não remunerado
	Vogal	Ana Maria dos Santos Malhó	AG	15/03/2013	Não remunerado
	Vogal	Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro	AG		Não remunerado
2011-2012 (até A.G. de 15/03/2013)	Suplente	Carla Manuela Serra Geraldes	AG		Não remunerado
	Presidente	Alfeu Pimentel Saraiva	AG	21/09/2011	Não remunerado
	Vogal	Marta Maria Alpoim de Sousa e Silva de Miranda Pereira	AG		Não remunerado

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruta	Redução (LII OE)	Bruta após Reduções
Arlindo José Crespo Rodrigues	0	0	0
Ana Maria dos Santos Malhó	0	0	0
Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro	0	0	0
Carla Manuela Serra Geraldes	0	0	0
Alfeu Pimentel Saraiva	0	0	0
Marta Maria Alpoim de Sousa e Silva de Miranda Pereira	0	0	0



## ROC

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação		Remuneração		Nº de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Número	Doc.	Data	Limite Fixado	Contratada	
2013	SROC	Horwath & Associados, SROC, Lda	186	AG	15/03/2013	5.395	5.395	2

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruta	Redução (Lei OE)	Bruta após Reduções
Horwath & Associados, SROC, Lda	5.395	0	5.395

## Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)			Data da Contratação		Remuneração Anual (€)		
Nome	Nº de Inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Data	Período	Valor da Prestação de Serviços	Redução (Lei OE)	Bruta após Reduções
Horwath & Associados, SROC, Lda	186	9171	03/02/2012	2013	10.648	0	10.648

## 6. ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

Não foram utilizados pelos Administradores cartões de crédito ou outros instrumentos de pagamento para realização de despesas ao serviço da empresa. Não foi igualmente efetuado qualquer reembolso aos mesmos de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

## 7. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Apesar de diversos pareceres jurídicos concluírem que a EMEF não se encontra legalmente sujeita às regras de contratação pública, face à sua natureza comercial e à atividade industrial que exerce, em virtude de uma recomendação da IGF, homologada pela tutela financeira, desde 2011, a EMEF viu-se obrigada a cumprir o regime geral, mais restritivo, previsto Código dos Contratos Públicos (CCP).

Certo é que, a aplicação do CCP à atividade da EMEF se afigura contraproducente para sua atividade por vários motivos, dos quais se destacam: (i) impossibilidade de garantir aos seus clientes tempos de aprovisionamento úteis; (ii) impossibilidade de firmar preços para apresentação de propostas aos potenciais clientes, porquanto a aquisição dos materiais só pode depender de subsequentes concursos públicos, cujos tempos de conclusão e resultados são sempre imprevisíveis; (iii) a publicitação dos critérios técnicos de escolha de determinados fornecedores permitem a estes aumentar os seus preços com prejuízo para a EMEF; e (iv) a recusa de vários fornecedores internacionais em cumprir as obrigações de prestação de caução, ou mesmo de inscrição na plataforma eletrónica, origina o aparecimento de intermediários com necessário aumento de preços para a EMEF.

Do mesmo modo, a sistemática publicitação dos preços de aquisição dos seus materiais e dos seus fornecedores dão à concorrência conhecimento íntimo dos fatores comerciais e concorrenciais da EMEF, permitindo-lhes operar no mercado em franca vantagem sobre esta.

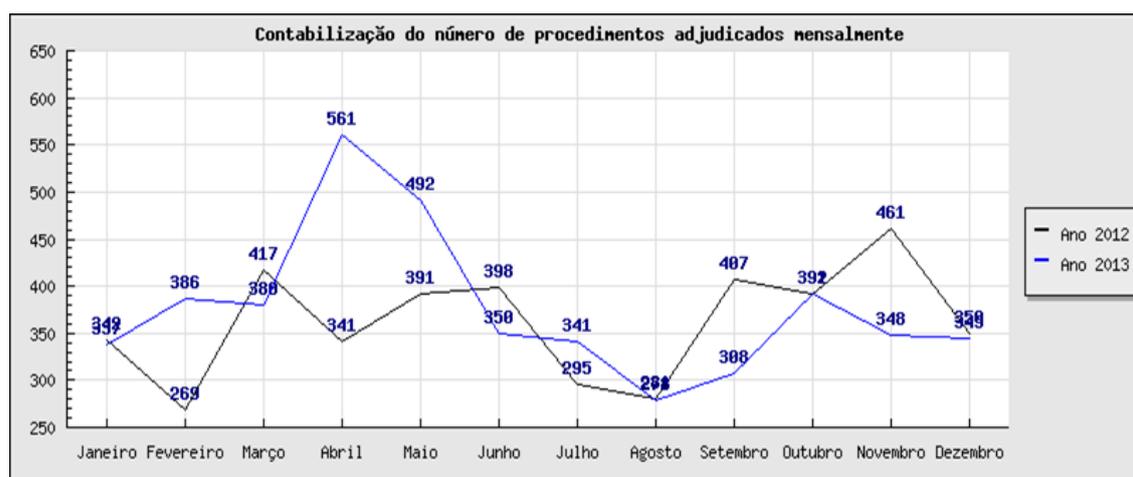
É pois manifesto que as regras da Contratação Pública não se coadunam nem se adequam à atividade exercida pela EMEF, nem aos objetivos de gestão que lhe foram incumbidos, nomeadamente, uma maior abertura ao mercado e a procura de novos negócios.

No entanto, face à mencionada instrução da tutela, a EMEF tem cumprindo escrupulosamente as regras previstas para a Contratação Pública em todos os seus procedimentos aquisitivos.

No cumprimento dos preceitos aplicáveis, as adjudicações realizadas foram publicitadas nos termos e pelos meios legalmente estabelecidos.

A empresa tem instituídos procedimentos internos de contratação, mormente os estabelecidos na delegação de poderes e funções relativas à autorização de despesa.

Não se praticou qualquer ato ou celebrou qualquer contrato de valor superior a 5 M€.



Em 2013 foram adjudicados na plataforma eletrónica utilizada pela EMEF, ACINGOV, 4517 procedimentos no valor total de 12.207.003,79€. Outros procedimentos de ajuste direto foram realizados por meio eletrónico de transmissão de dados, por recusa das entidades adjudicatárias, fornecedores únicos dos bens a adquirir, em fazer a sua inscrição na plataforma. Foram efetuados 17 procedimentos no ano de 2013 fora da plataforma que totalizaram o valor de 363.750,90€ pelo que o valor total de adjudicações ascendeu a 12.570.754,69€.

## 8. SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS E PARQUE DE VEÍCULOS DO ESTADO

A EMEF é aderente ao Parque de Veículos do Estado e não realizou qualquer aquisição ou locação de veículos em 2013.

## 9. MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS

No estrito cumprimento das relevantes instruções para fins do Plano de Redução de Custos, continuaram-se a aplicar as medidas previstas para o efeito, mormente as constantes no Orçamento de Estado de 2013, salientando-se as seguintes:

### 1. No respeitante à aquisição de serviços,

a) Continuaram a ser cumpridas as instruções constantes do Despacho nº 438/10-SETF, de 10 de maio de 2010, que impõe a justificação económica e a ausência de soluções internas dos contratos de valor superior a 125.000 euros;

b) Foi cumprida a norma prevista no artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 30 de dezembro (LOE 2013), promovendo-se a redução dos valores dos contratos de prestação de serviços, celebrados ou renovados em 2013 com idêntico objeto, sendo porém certo que, uma relevante parte das situações aplicáveis tinham já sido objeto do mencionado tratamento ao abrigo do art.º 22.º do OE 2011, motivo pelo qual, em virtude do previsto nos n.ºs 7 e 8, do art.º 75.º do OE 2013, nestas não se operou a mencionada redução;

c) Deu-se ainda cumprimento ao previsto no art.º 127.º do CCP, na redação que lhe foi dada pelo art.º 27.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro, publicitando os fundamentos das aquisições por ajuste direto, em especial sobre a impossibilidade de satisfação da necessidade por via dos recursos próprios da EMEF. Ou seja, continuou-se a pugnar pela otimização da utilização de recursos internos de molde a contratar externamente apenas o imprescindível.

### 2. Aos trabalhadores foi aplicada a redução remuneratória nos termos do preceituado no art.º 27.º da Lei do OE 2013.

3. A estrutura remuneratória dos membros do Conselho de Administração e dos trabalhadores não inclui qualquer parcela respeitante a prémios de gestão ou prémios de desempenho pelo que, naturalmente, a empresa não incorreu em qualquer custo desta natureza.

PRC	2013	2012	2011	2010	2009	Variação 2013/2010		Cumprimento Identificar (S/N)
						Absoluta	%	
CMVMC (m€)	13.564	15.631	28.323	30.388	22.247	-16.824	-55%	-
FSE (m€)	9.599	9.540	11.217	13.830	15.774	-4.230	-31%	-
Deslocações/Estadas (m€)	36	43	48	138	102	-102	-74%	Sim
Comunicações (m€)	159	190	209	290	254	-131	-45%	Não
Gastos com o pessoal sem Indem. (m€) (3)	29.010	25.349	31.945	38.417	40.790	-9.407	-24%	-
Ajudas de Custo (m€)	36	44	71	120	126	-84	-70%	Sim
<b>Total</b>	<b>52.173</b>	<b>50.519</b>	<b>71.485</b>	<b>82.635</b>	<b>78.811</b>	<b>-30.461</b>	<b>-37%</b>	<b>Sim</b>
Volume de Negócios (m€)	50.936	63.267	76.039	82.768	80.292	-31.832	-38%	-
Peso dos Gastos no VN (%)	102%	80%	94%	100%	98%	3%	3%	-



Designação	2013	2012 (Reexpresso)	2011	2010
Nº Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (número)	906	911	1.013	1.213
Nº Dirigentes sem O.S. (número)	163	199	220	273
Nº Órgãos Sociais (número)	0	2	3	3
<b>Gastos totais com pessoal</b>	<b>29.821.725</b>	<b>27.056.054</b>	<b>35.790.551</b>	<b>40.054.538</b>
<b>Gastos com Órgãos Sociais (€)</b>	<b>17.364</b>	<b>134.894</b>	<b>181.791</b>	<b>254.197</b>
<b>Gastos com Dirigentes sem O.S. (€)</b>	<b>7.906.477</b>	<b>6.906.751</b>	<b>9.342.732</b>	<b>11.276.607</b>
<b>Gastos com Pessoal (€)</b>	<b>21.086.212</b>	<b>18.230.784</b>	<b>22.336.725</b>	<b>26.742.896</b>
<b>Rescisões/Indemnizações (€)</b>	<b>811.672</b>	<b>1.783.625</b>	<b>3.929.303</b>	<b>1.780.839</b>

## 10. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DE ESTADO

A EMEF procedeu à abertura de conta no Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, IP em outubro de 2011. Contudo, a mesma não tem sido movimentada dada a escassez de liquidez e a recorrência aos descobertos bancários.

Caso a empresa apresente excedentes de tesouraria, e face ao estipulado nos termos da lei, estes serão canalizados para o IGCP.

## 11. AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS

Não existiram quaisquer auditorias à empresa conduzidas pelo Tribunal de Contas.

## 12. INFORMAÇÃO DIVULGADA NO SITE DO SEE

O site do SEE não discrimina a EMEF, pese embora sejam elaboradas as informações previstas no Despacho nº 14277/2008 de 14 de maio, e enviadas à Inspeção-Geral de Finanças e à Direção-Geral do Tesouro e Finanças, através da sua acionista universal CP – Comboios de Portugal, E.P.E..

É disponibilizada, no entanto, no próprio site da EMEF, a maioria da informação que está prevista constar no site do SEE tal como detalhado na alínea D. do capítulo V. do relatório de governo societário.

### 13. SISTEMATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO QUANTO AO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES

#### LEGAIS

	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
<b>Objetivos de Gestão / Planos de Atividades e Orçamento:</b>					
Viabilidade económica	x			-0,08	
Eficiência Produtiva	x			26,15	
Qualidade Produtiva	x			5,66	
Satisfação do Cliente	x			3,4%	
Gestão do Risco Financeiro				6,8%	
Limites de Crescimento do Endividamento				-1.297.173/-5,2%	
Evolução do PMP a fornecedores				-28 dias	
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	x			313.684	
<b>Recomendações do acionista na última aprovação de contas:</b>					
			x		
<b>Remunerações</b>					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos do art.º 37º da Lei 66-B/2012	x				
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 27º da Lei 66-B/2012	x			1.322	
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	x			712	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do art.º 75º da Lei 66-B/2012	x				
Restantes trabalhadores - redução remuneratórios, nos termos do art.º 27º da Lei 66-B/2012	x			411.823	
Restantes trabalhadores - proibição de valorização remuneratórias, nos termos do art.º 35º da Lei 66-B/2012	x			0	
<b>Artigo 32º do EGP</b>					
Utilização de cartões de crédito	x			Não são utilizados cartões de crédito	
Reembolso de despesas de representação pessoal	x			Não foram realizadas despesas	
<b>Contratação Pública</b>					
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	x				
Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas			x		
Contratos submetidos a visto prévio do TC			x		
<b>Auditoria do Tribunal de Contas</b>					
			x		
<b>Parque Automóvel</b>					
				3 viaturas	
<b>Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 64.º da Lei nº 66-B/2012)</b>					
	x			Redução de 37%	
<b>Redução de Trabalhadores (artigo 63.º da Lei nº 66-B/2012)</b>					
Nº de trabalhadores	x			-420 trabalhadores, redução de 28%	
Nº de cargos dirigentes	x			-110 trabalhadores, redução de 40%	
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 124.º da Lei nº 66-B/2012)</b>					
		x			A empresa não apresentou excedentes de tesouraria dada a escassez de liquidez e a recorrência aos descobertos bancários



### III. Perspetivas para o futuro

O ano de 2014 continuará a materializar a estratégia definida e que é decisiva para a obtenção da sustentabilidade da empresa:

- Reestruturar para valorizar;
- Gerar novas competências;
- Estabelecer parcerias estratégicas e internacionalizar.

Pretende-se que na prossecução destes objetivos estratégicos, a EMEF desenvolva a sua atividade em 2014 orientada pelas seguintes linhas de atuação:

- a) Desenvolvimento dos ativos humanos;
- b) Melhoria da eficiência organizacional, concluindo-se o processo de reestruturação e redimensionamento das suas unidades produtivas;
- c) Incorporação de atualizações tecnológicas;
- d) Identificação de novos mercados e parceiros que lhe permitam oportunidades de crescimento, por forma a alargar a base de clientes e de projetos que contribuam para sustentabilidade da empresa e para a diminuição da dependência do seu principal cliente a CP;
- e) Reforço da competitividade através de propostas de elevado valor para os clientes.

Determinados em estabelecer uma nova cultura empresarial que mobilize e sustente o processo de mudança necessário à concretização da estratégia delineada e que permita uma interacção positiva com potenciais parceiros como garantia de sucesso para o futuro.

A EMEF tem como marca distintiva da sua identidade a inovação tecnológica, a sua responsabilidade social e ambiental, vamos trabalhar na modernização dos modelos de gestão, e na renovação de métodos e processos de relacionamento. É fundamental o desenvolvimento das Pessoas, quanto à competência técnica para o exercício da sua função, como também ao nível comportamental e de atitude absolutamente essenciais ao modelo organizacional que queremos concluir em 2014.

Na perspetiva dos Processos Internos, a EMEF terá também como foco a melhoria da sua rentabilidade, a qual para se alcançar obriga a uma racionalização das suas atuais unidades produtivas e respetiva otimização da estrutura de custos. Pretende-se também uma maior contribuição da Área de Engenharia que permita uma mais consistente e célere resolução dos problemas técnicos das diferentes séries de material em que a EMEF intervêm, como forma de aumentar o valor a entregar aos clientes. Será, pois, dada particular atenção à otimização dos processos críticos de produção geradores de impactos significativos quer ao nível económico, social e ambiental.

Também as Áreas de Apoio irão merecer uma reanálise de processos, no sentido de melhorar a eficácia, garantindo melhor suporte ao funcionamento da EMEF.

**As atualizações tecnológicas são igualmente determinantes para o sucesso e crescimento da empresa.** Estamos na era do conhecimento, na qual a empresa que detém mais conhecimento e sabe dele utilizar-se pode agregar maior valor ao negócio e, assim, ganhar maior fatia de mercado. O controlo e o conhecimento em tempo útil da atividade da empresa são fundamentais para a melhoria da sua performance, pelo que é aposta estratégica para o próximo ano, a melhoria do sistema de



informações, de modo a propiciar maior agilidade à empresa e suporte ao processo de tomada de decisão. Igualmente, ao nível tecnológico, dever-se-á avaliar e estruturar um plano de investimentos em máquinas e equipamentos que permitam aumentar a eficiência dos processos produtivos e rentabilidade das operações.

Na perspectiva **Cientes e Mercado**, o desafio está em manter a prestação de serviços à actual carteira de clientes, e paralelamente trabalhar de forma profissional novos canais que lhe permitam diversificar e aumentar a carteira de clientes, o que permitira reduzir de forma gradual a sua dependência do principal cliente a Acionista a CP-Comboios de Portugal. Determinados em dar continuidade ao trabalho iniciado no último trimestre de 2013, relativo à prospecção de novos mercados e parceiros com dimensão relevante, enquanto impulsionadores de crescimento da empresa em novos mercados e em novas geografias, sempre com o propósito de otimizar e rentabilizar a actual estrutura e criar sustentabilidade futura ao negócio.

Isto deverá permitir à empresa um novo posicionamento no mercado da manutenção e reparação de material circulante ferroviário, garantindo-lhe uma liderança sustentável e uma forte vantagem competitiva face aos novos atores que se estão a posicionar neste mercado ao nível do país.

Para a EMEF, a prioridade para 2014 passa ainda por garantir maior competitividade ao nível da prestação dos seus serviços, reforçando a sua proposta de valor aos seus clientes, garantindo-se simultaneamente a rentabilidade e sustentabilidade das suas operações.

Não obstante os constrangimentos da actual conjuntura económica, a EMEF acredita que os negócios que opera, com propostas de valor diferenciadas focadas na qualidade técnica e na eficiência dos custos de operação, estão bem posicionados para resistir às adversidades da envolvente económica, pelo que se perspectiva no próximo ano um aumento do volume de atividade, traduzindo-se em resultados positivos, designadamente ao nível do EBITDA e que seja continuado, com resultados bastante encorajadores, o esforço de redução da dívida.

É com o envolvimento de todos aqueles que estão comprometidos e se dedicam ao sucesso da Empresa, isto é, colaboradores, accionistas e parceiros que queremos continuar a estabelecer o que entendemos serem as bases sólidas para um futuro de liderança no mercado industrial em que atuamos.

## IV. Factos relevantes após o termo do exercício

Não são conhecidos factos relevantes, após o termo do exercício que possam impactar nos resultados.



## V. Proposta de aplicação dos resultados

Nos termos da lei e dos estatutos, propõe-se que os resultados líquidos do exercício de 2013, défice de 3.390.285€ (três milhões, trezentos e noventa mil, duzentos e oitenta e cinco euros), sejam transferidos para a conta de resultados transitados.

Lisboa, 31 de março de 2014

O Conselho de Administração

Presidente: Dr.<sup>a</sup> Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Vogal: Dr.<sup>a</sup> Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS



## Demonstrações Financeiras

### BALANÇO

EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.  
Balança em 31 de dezembro de 2013

	Notas	2013	2012 (Reexpresso)
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	8.372.183	9.737.929
Ativos intangíveis	7	5.225	12.228
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	8	341.411	430.696
Outros investimentos financeiros	27	-	18.000
<b>Total do ativo não corrente</b>		<b>8.718.819</b>	<b>10.198.853</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	10	18.624.339	19.845.633
Clientes	11	10.342.977	11.395.453
Adiantamentos a fornecedores	26	27.099	44.461
Estado e outros entes públicos	12	-	-
Outras contas a receber	13	4.578.962	4.950.856
Diferimentos	14	362.275	422.138
Caixa e depósitos bancários	4	32.390	25.050
<b>Total do ativo corrente</b>		<b>33.968.043</b>	<b>36.683.590</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>42.686.862</b>	<b>46.882.443</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital realizado	15	8.100.000	8.100.000
Outros instrumentos de capital próprio	16	10.316.222	10.316.222
Reservas legais	17	95.506	95.506
Outras reservas	18	617.458	617.458
Resultados transitados	19	(10.146.442)	(16.261.312)
<b>Resultado líquido</b>		<b>-3.390.285</b>	<b>6.114.870</b>
<b>Total do CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>5.592.460</b>	<b>8.982.745</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	20	998.474	1.143.094
Financiamentos obtidos	21	4.141.336	5.213.675
<b>Total de passivo não corrente</b>		<b>5.139.810</b>	<b>6.356.768</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	23	3.938.277	5.488.080
Adiantamentos de clientes	24	145.459	273.689
Estado e outros entes públicos	12	2.524.912	1.728.879
Acionistas/sócios	25	0	0
Financiamentos obtidos	21	19.682.712	19.907.546
Outras contas a pagar	22	3.918.990	3.195.168
Diferimentos	14	1.744.242	949.568
<b>Total de passivo corrente</b>		<b>31.954.592</b>	<b>31.542.930</b>
<b>Total do PASSIVO</b>		<b>37.094.402</b>	<b>37.899.698</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>		<b>42.686.862</b>	<b>46.882.443</b>



**Diretora Financeira**

Dra Sónia Maria Vieira Caneira Cunha Leão

**Técnico Oficial de Contas**

Dra Paula Cristina Tavares Serra Ribeiro

**O Conselho de Administração**

**Presidente:**

Dra. Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

**Vogal:**

Dra. Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente



## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

*Demonstração dos Resultados em 31 de dezembro de 2013*  
*Período findo em 31 de dezembro de 2013*

	Notas	2013	2012 (Reexpresso)
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>			
Vendas e serviços prestados	28	50.935.813	63.267.091
Subsídios à exploração	29	150.587	60.179
Ganho/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	30	285.213	430.696
Variação nos inventários de produção	31	(15.374)	(1.713.378)
Trabalhos para a própria entidade	32	-	2.643
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	33	(13.564.239)	(15.630.558)
Fornecimento e serviços externos	34	(9.599.103)	(9.539.694)
Gastos com o pessoal	35	(29.821.725)	(27.056.054)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	10	358.283	(291.185)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	181.252	(210.274)
Provisões (aumentos/reduções)	20	140.618	(641.094)
Outros rendimentos e ganhos	36	1.571.345	1.989.199
Outros gastos e perdas	37	(991.996)	(1.141.870)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>(369.326)</b>	<b>9.525.700</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	38	(1.317.287)	(1.480.444)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>(1.686.613)</b>	<b>8.045.256</b>
Juros e gastos similares suportados	39	(1.664.455)	(1.884.694)
<b>Resultado antes de imposto</b>		<b>(3.351.068)</b>	<b>6.160.562</b>
Imposto sobre o rendimento do período	40	(39.217)	(45.692)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(3.390.285)</b>	<b>6.114.870</b>

### O Conselho de Administração

**Diretora Financeira**

Dra Sónia Maria Vieira Caneira Cunha Leão

**Técnico Oficial de Contas**

Dra Paula Cristina Tavares Serra Ribeiro

**Presidente:**

Dra. Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

**Vogal:**

Dra. Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente



## MAPA DAS DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

Demonstrações das Alterações no Capital Próprio no período 2013

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interesse minoritários	Total do Capital Próprio		
		Capital realizado	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas não distribuíveis	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio			Resultado líquido do período	Total
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2013</b>	1	8.100.000	-	10.316.222	-	-	95.506	617.458	(16.261.312)	-	-	-	6.114.870	8.982.745	-	8.982.745
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>																
Primeira adoção do referencial contábilístico																
Alterações de políticas contábilísticas																
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis																
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações																
Ajustamentos por impostos diferidos																
Outras alterações reconhecidas no capital próprio																
<b>Total das alterações no período</b>	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	3												(3.390.285)	(3.390.285)		(3.390.285)
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	4=2+3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.390.285)	(3.390.285)		(3.390.285)
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO</b>																
Realizações de capital																
Realizações de prêmios de emissão																
Distribuições																
Entradas para cobertura de perdas																
Outras operações	16								6.114.870				(6.114.870)	-		-
<b>Total das operações com detentores de capital no período</b>	5	-	-	-	-	-	-	-	6.114.870	-	-	-	(6.114.870)	-	-	-
<b>Posição no final do período 2013</b>	6=1+2+3+5	8.100.000	-	10.316.222	-	-	95.506	617.458	(10.146.442)	-	-	-	(3.390.285)	5.592.460	-	5.592.460



Demonstrações das Alterações no Capital Próprio no período 2012 (Reexpresso)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interesse minoritários	Total do Capital Próprio		
		Capital realizado	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas não distribuíveis	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio			Resultado líquido do período	Total
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012</b>	1	8.100.000		7.661.205			95.506	617.458	(12.721.516)	-	-	-	(1.341.031)	2.411.622		2.411.622
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>																
Primeira adoção do referencial contábilístico	5								(2.198.764)					(2.198.764)		(2.198.764)
Alterações de políticas contábilísticas																
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis																
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações																
Ajustamentos por impostos diferidos	15															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio																
<b>Total das alterações no período</b>	2	-	-	-	-	-	-	-	(2.198.764)	-	-	-	-	(2.198.764)	-	(2.198.764)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	3												6.114.870	6.114.870		6.114.870
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	4=2+3	-	-	-	-	-	-	-	(2.198.764)	-	-	-	6.114.870	3.916.105	-	3.916.105
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO</b>																
Realizações de capital	16			2.655.017					(1.341.031)				1.341.031	2.655.017		2.655.017
Realizações de prêmios de emissão																
Distribuições																
Entradas para cobertura de perdas																
Outras operações																
<b>Total das operações com detentores de capital no período</b>	5	-	-	2.655.017	-	-	-	-	(1.341.031)	-	-	-	1.341.031	2.655.017	-	2.655.017
<b>Posição no final do período 2012</b>	6=1+2+3+5	8.100.000	-	10.316.222	-	-	95.506	617.458	(16.261.312)	-	-	-	6.114.870	8.982.745	-	8.982.745



## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	31-12-2013	31-12-2012
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebimentos de clientes	65.564.709	75.267.312
Pagamentos a fornecedores	(28.886.995)	(35.649.054)
Pagamentos ao pessoal	(26.160.828)	(23.266.706)
Caixa gerada pelas operações	<b>10.516.886</b>	<b>16.351.552</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(339.330)	-
Outros recebimentos/pagamentos	(7.479.174)	(10.806.718)
	<b>(7.818.503)</b>	<b>(10.806.718)</b>
<b>Fluxos das atividades operacionais [1]</b>	<b>2.698.383</b>	<b>5.544.834</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis		
Investimentos Financeiros	435.552	251.805
Juros e rendimentos similares	-	-
Dividendos		
	<b>435.552</b>	<b>251.805</b>
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(102.281)	(524.551)
Investimentos financeiros	(56.000)	(18.000)
Outros ativos		
	<b>(158.281)</b>	<b>(542.551)</b>
<b>Fluxos das atividades de investimento [2]</b>	<b>277.271</b>	<b>(290.746)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	5.994.242	12.923.054
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	155.017
	<b>5.994.242</b>	<b>13.078.071</b>
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(7.291.415)	(16.525.280)
Juros e gastos similares	(1.671.408)	(1.876.525)
Outras operações de financiamento		
	<b>(8.962.823)</b>	<b>(18.401.805)</b>
<b>Fluxos das atividades de financiamento [3]</b>	<b>(2.968.581)</b>	<b>(5.323.734)</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>7.073</b>	<b>(69.646)</b>
<b>Efeitos das diferenças de câmbio</b>	<b>268</b>	<b>(4.780)</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>25.050</b>	<b>99.475</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>32.390</b>	<b>25.050</b>



## Notas às Demonstrações Financeiras

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário S.A., adiante designada por EMEF, é uma sociedade anónima com sede social na Rua D. Afonso Henriques, 2330-519 Entroncamento, constituída em dezembro de 1992, tendo iniciado a sua atividade em 30 de janeiro de 1993.

A EMEF é detida pela CP – Comboios de Portugal, E.P.E., com sede social na Calçada do Duque, n.º 20, 1249-109 Lisboa. Possui vários estabelecimentos de produção dispersos pelas zonas norte, centro e sul do território nacional, e tem como atividade principal o fabrico, reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários.

Em 31 de dezembro de 2013 a EMEF possui as seguintes participações financeiras:

- a) EMEF/SIEMENS ACE – Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária, ACE, tendo como objeto social a sinergia e otimização das entidades agrupadas no que respeita à manutenção de locomotivas elétricas “LE 5600” e “LE 4700” ao abrigo do contrato entre o Agrupamento e a CP – Comboios de Portugal E.P.E. A EMEF tem uma participação no Agrupamento de 51%;
- b) Nomad Tech, Lda, na qual detém uma participação de 35% e cujo objeto social é a prestação de serviços de engenharia, inovação e tecnologia aplicada ao setor dos transportes, fabrico, reparação e manutenção de componentes e desenvolvimento de soluções informáticas.

### 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 2.1. Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras da EMEF foram preparadas de acordo com o preconizado no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), adotado pela primeira vez na empresa em 2010, e regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (SNC), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de agosto;
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro - NCRF);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro (Código de Contas).



As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem os resultados das operações da empresa e a sua posição financeira, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Todos os valores estão expressos em euros (€).

As referidas demonstrações foram elaboradas no pressuposto da continuidade de operações da EMEF e do regime de acréscimo, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

A Empresa não apresenta demonstrações financeiras consolidadas, ao abrigo da alínea a) do número 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei 158/2009, de 14 de julho.

## **2.2. Derrogações das disposições do SNC**

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem por em causa a imagem verdadeira e apropriada que deva ser transmitida aos interessados pelas informações disponibilizadas.

## **2.3. Conteúdos das demonstrações financeiras não comparáveis com o período anterior**

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

# **3. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

## **3.1. Bases de apresentação e mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico e com as NCRF. Tal situação requer que o Órgão de Gestão da EMEF formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, dos passivos, dos rendimentos e dos gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados relevantes de acordo com cada circunstância particular constituindo a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não seria possível de obter através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos.

### 3.2. Políticas contabilísticas relevantes

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se descritas nos pontos que se seguem e foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados.

#### a. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, que compreende o seu preço de compra, os direitos de importação, os impostos de compra não reembolsáveis e são deduzidos dos descontos e abatimentos.

Incluem ainda custos diretamente atribuíveis ao ativo para o colocar na localização pretendida e em condições de desempenhar as funções para as quais foi adquirido ou produzido, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os gastos com a manutenção e a reparação, que não aumentem a vida útil destes ativos, são registados como gastos do período em que ocorrem.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que originem benefícios económicos futuros para a EMEF.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

#### *Depreciações*

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição, segundo o método das quotas constantes por duodécimos como base em taxas que correspondem à vida útil esperada para cada tipo de bem. Os períodos de vida útil esperada mais importantes são:

Designação	Número de anos
Edifícios e outras construções	2 a 20
Equipamento básico	1 a 16
Equipamento de transporte	1 a 11
Equipamento administrativo	1 a 12
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 14

Os terrenos não são objeto de depreciação.

## **b. Ativos intangíveis**

A EMEF reconhece um ativo intangível sempre que exerça controle sobre o mesmo, o bem seja identificável, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a empresa e o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

### ***Ativos intangíveis com vida útil finita***

Os ativos intangíveis com vida útil finita encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

### ***Aquisição e desenvolvimento de Software***

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método das quotas constantes por duodécimos ao longo da sua vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

As vidas úteis esperadas dos programas de computador são as seguintes:

Designação	Número de anos
Programas de computador	1 a 8

## **c. Locações**

A EMEF classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato.

Classificam-se como operações de Locação financeira as operações em que a locadora transfere para o locatário todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo locado. Todas as restantes operações de locação são classificadas como Locações Operacionais.

### ***Locações operacionais***

Os pagamentos efetuados pela EMEF à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos dos períodos a que dizem respeito, numa base linear.

## **d. Participações financeiras**

As participações financeiras detidas pela EMEF são reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial, isto é, as demonstrações financeiras incluem o interesse da empresa no total de ganhos e perdas reconhecidos das subsidiárias, das associadas e das entidades conjuntamente controladas, desde a data em que a influência significativa começa, até à data em que efetivamente termina.



As perdas apenas são reconhecidas até ao limite do interesse detido em subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos, conforme aplicável. As perdas adicionais deverão ser tidas em conta, mediante reconhecimento de um passivo, somente na medida em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou feito pagamentos a favor da investida.

#### ***Investimentos em subsidiárias***

As participações financeiras em subsidiárias presumem a existência de controlo de mais de metade dos direitos de voto, ou o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais da empresa ou da atividade económica, a fim de obter benefícios da mesma, independentemente da percentagem detida ser inferior a 50%.

#### ***Investimentos em associadas***

As participações financeiras em associadas presumem a existência de influência significativa, isto é, o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada, mas não exercer controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais.

No período de 2013 não se reconheceu o resultado proporcional à participação que a EMEF detém na NOMAD TECH (35%) devido ao facto de estar em curso o processo de constituição da sociedade.

#### ***Entidades conjuntamente controladas***

As entidades conjuntamente controladas são entidades em que a Empresa tem controlo conjunto definido por acordo contratual.

O montante registado em 2013 corresponde ao resultado proporcional à participação que a EMEF detém no ACE EMEF/Siemens (51%).

### **e. Inventários**

Os critérios de reconhecimento e mensuração de inventários (matérias-primas e subsidiárias, produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) são os abaixo descritos:

#### ***Reconhecimento e mensuração***

As **matérias-primas, subsidiárias e de consumo** encontram-se mensuradas ao menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade, deduzido dos respetivos custos de venda. São considerados como custo os valores inerentes à compra, conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição de utilização ou venda.

**Os produtos e trabalhos em curso** encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias incorporadas e da subcontratação de serviços, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico) e o valor realizável líquido.



**Os produtos acabados** transferidos de produtos e trabalhos em curso, após a sua conclusão, encontram-se valorizados aos custos de produção ou ao valor realizável líquido, caso este seja mais baixo.

No reconhecimento e mensuração dos inventários relativos a produtos e trabalhos em curso e produto acabado, a empresa tem adicionalmente em consideração o definido na NCRF 19 – Contratos de construção, no que respeita aos custos associados a contratos de construção.

O método adotado para o custeio das saídas é o custo médio ponderado.

#### ***Perdas por imparidade de inventários***

A empresa reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido, sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

A quantia de qualquer ajustamento dos inventários para o valor realizável líquido é reconhecida como gasto do período em que a perda ocorra. Os critérios adotados na determinação das perdas por imparidade têm por base a duração de cada contrato específico de prestação de serviços e as perspetivas de consumo/rotação dos mesmos. Tais critérios encontram-se sistematizados na Nota 10.

Quando as circunstâncias que motivaram o ajustamento ao valor dos inventários deixarem de existir, ou quando houver um aumento no valor realizável líquido devido à alteração nas circunstâncias económicas, a quantia dos ajustamentos é revertida no máximo até à quantia do ajustamento original.

#### **f. Contas a receber**

Encontram-se registadas pelo seu valor nominal, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas, por contrapartida de gastos, com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos valores a receber de terceiros na data do balanço. A imparidade registada é revertida por contrapartida de resultados, caso se verifique uma redução da perda estimada.

Usualmente, as dívidas de terceiros decorrentes da atividade operacional não vencem juros.

#### **g. Caixa e equivalentes de caixa**

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e os investimentos financeiros de curto prazo, de liquidez elevada, que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco residual de alterações de valor.



#### **h. Transações em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data das demonstrações financeiras. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados do período.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação e relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registradas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

As cotações utilizadas à data da demonstração da posição financeira foram as seguintes:

Moeda	Taxa de câmbio	
	2013	2012
Dólar / US - USD	1,3791	1,3114
Libra esterlina - GBP	0,8337	0,8113

#### **i. Capitalização de custos com empréstimos**

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem, não sendo capitalizados, mesmo que diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica.

#### **j. Provisões**

São reconhecidas provisões quando:

- A EMEF tem uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante de um acontecimento passado;
- Seja provável que, para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos;
- O montante da obrigação possa ser fielmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

#### **k. Ativos e passivos contingentes**

A EMEF não reconhece ativos e passivos contingentes, divulgando-os quando for provável a ocorrência de influxos/exfluxos de recursos que se traduzam em benefícios ou perdas econômicas.

## **I. Reconhecimento de gastos e rendimentos**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos, e as correspondentes receitas e despesas, são registadas nas rubricas de outros ativos ou passivos, conforme sejam valores a receber ou a pagar.

No final do ano são efetuadas estimativas para os montantes não reconhecidos, que repõem na demonstração de resultados os valores respeitantes aos gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido e respeitem ao período em causa.

## **m. Reconhecimento do Rédito**

Os réditos são registados no período a que se referem, independentemente da data do seu recebimento, de acordo com o regime do acréscimo.

As vendas e prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

### ***Venda de bens***

O rédito proveniente da venda de bens só é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as seguintes condições:

- A EMEF tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A EMEF não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito é fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação sejam fiavelmente mensurados.

### ***Prestação de serviços***

O rédito associado a uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço, quando o desfecho da transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado, quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito é fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço seja fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação sejam fiavelmente mensurados.



Quando o desfecho de uma transação não possa ser fiavelmente estimado e não seja provável que os custos incorridos sejam recuperados, o rédito não é reconhecido e os custos incorridos são reconhecidos como um gasto.

Para o reconhecimento e mensuração do rédito das prestações de serviços de manutenção e reparação, é adotado o método da percentagem de acabamento nas situações em que o desfecho da transação seja fiavelmente estimado, em conformidade com as condições acima referidas. Nas situações em que as condições para considerar o desfecho da transação como fiavelmente estimado não são cumulativamente satisfeitas, a Empresa procede ao reconhecimento do gasto incorrido, não reconhecendo qualquer rédito, por não ser provável que os custos incorridos sejam recuperados, em conformidade com o preconizado na NCRF 20 – Rédito.

#### **n. Gastos/Rendimentos de financiamentos**

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

#### **o. Instrumentos financeiros**

A Empresa reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento, nos termos da NCRF 27 – Instrumentos Financeiros.

Os custos iniciais não incluem os custos de transação dos ativos ou passivos financeiros mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

A mensuração dos ativos e passivos financeiros em cada data de relato, tem por base o custo ou o custo amortizado deduzido de perdas por imparidade ou ao justo valor. Estas alterações são reconhecidas na demonstração de resultados.

#### ***Imparidade***

A cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

#### **p. Impostos sobre o rendimento do período**

O imposto sobre o rendimento registado em resultados inclui apenas o efeito dos impostos correntes.



Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis (com exceção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais), das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

A este propósito, as principais estimativas e julgamentos utilizados nas demonstrações financeiras estão descritos na nota 3.3.

#### **q. Subsídios à exploração**

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos, a partir do momento em que o seu recebimento seja provável.

#### **r. Acontecimentos após a data de balanço**

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos e são divulgados na Nota 46.

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 31 de março de 2014, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

### **3.3. Principais estimativas e julgamentos**

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são expostos nesta nota, com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela empresa e a sua divulgação.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da EMEF são continuamente avaliadas, representando a cada data de relato a melhor estimativa, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias atuais, acreditamos ser razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas e julgamentos pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, diferir dos montantes estimados.

Em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados poderiam ser diferentes, caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido.



Considera-se que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

#### ***Provisões***

As provisões constituídas são registadas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

#### ***Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores***

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pela EMEF da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores considerados relevantes. São também consideradas outras circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados. Estas alterações podem resultar da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

#### ***Reconhecimento do rédito***

No reconhecimento do rédito a EMEF afere se se encontram satisfeitas as condições que lhe permitam aplicar o método de percentagem de acabamento. O método de percentagem de acabamento aplicado à prestação de serviços tem em consideração os custos totais estimados, montante que é apurado pela área operacional, tendo em consideração o trabalho a desenvolver e a experiência passada da Empresa em trabalhos similares.

Caso não existam indicadores que evidenciem a probabilidade dos custos incorridos virem a ser recuperados, o rédito não é reconhecido e os custos incorridos são reconhecidos como um gasto.

#### ***Perdas por imparidade - inventários***

Tais pressupostos/critérios assumidos nesta matéria, encontram-se apresentados na nota 10- Inventários.

#### ***Impostos sobre os lucros***

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Empresa, durante um período de quatro anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da



Administração, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Não são calculados ativos por impostos diferidos por não se perspetivar a sua recuperabilidade (ver nota 40 – imposto sobre o rendimento).

#### **3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro**

Não foram identificadas pelo Conselho de Administração situações que coloquem em causa a continuidade da empresa. De igual modo o órgão de gestão não recebeu até esta data qualquer orientação do Acionista que ponha em causa a continuidade das operações no futuro previsível. Sublinha-se ainda a importância da EMEF como entidade única, a nível nacional, capaz de prestar os serviços de manutenção e reparação do material circulante ferroviário e, deste modo de suportar a operação de transporte ferroviário nacional de manifesto interesse público.

Deste modo, o Conselho de Administração, considerando os fatores acima descritos, entende adequado a preparação das demonstrações financeiras numa base de continuidade.

#### **3.5. Principais fontes de incertezas das estimativas**

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3 – Principais Estimativas e Julgamentos.

## **4. FLUXOS DE CAIXA**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A EMEF classifica os juros pagos como atividades de financiamento, os dividendos recebidos como atividades de investimento e os juros recebidos como atividade operacional.

A 31 de dezembro de 2013, todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso. A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:



	31-12-2013	31-12-2012
<b>Caixa</b>		
Serviços Centrais	500	500
Parq. Ofici. Norte	500	500
Parq. Ofici. Entroncamento	500	500
Parq. Ofici. Sul	500	500
	<b>2.000</b>	<b>2.000</b>
<b>Depósitos à Ordem</b>		
Banco Espírito Santo	22.293	12.726
BCP - Parq. Ofici. Sul	288	492
BCP - Parq. Ofici. Entroncamento	1.216	786
BCP - Parq. Ofici. Norte	1.107	803
BCP - Serviços Centrais	722	455
Caixa Geral de Depósitos	4.262	7.107
Crédito Agrícola	451	580
IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública	52	102
	<b>30.390</b>	<b>23.050</b>
<b>Caixa e seus equivalentes</b>	<b>32.390</b>	<b>25.050</b>

## 5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS, ERROS E REEXPRESSÕES EFETUADAS

A EMEF efetuou a reexpressão retrospectiva de alguns valores nas demonstrações financeiras de 2012, em valores do Balanço, da Demonstração de Resultados e do Mapa de Alterações do Capital Próprio na sequência das seguintes ocorrências:

- I. Abono das promoções de 2010 congeladas desde esse ano, para as quais não havia expectativa de reposição face às ações decorridas até junho de 2013 e como tal, não especializadas. Àquela data foi desbloqueada a situação pelas entidades competentes, efeito esse que se repercutiu nas demonstrações financeiras.

Esta situação decorreu da antecipação para 2010, dos efeitos das medidas de austeridade preconizadas para 2011, nomeadamente, o congelamento das promoções e evoluções na carreira, com o propósito de reforçar a consolidação orçamental.

Os impactos nas demonstrações financeiras relativos a esta reexpressão são os seguintes:

1. Aumento na rubrica de outras contas a pagar no montante de 548.885 euros (valores relativos aos períodos de 2010, 2011 e 2012 abonados em 2013);
2. Aumento na rubrica de gastos com o pessoal no montante de 191.835 euros, referentes à parte proporcional do ano de 2012; e como consequência diminuição do resultado líquido do período de 2012 no mesmo montante;
3. Diminuição na rubrica de resultados transitados no montante de 357.050 euros, referentes ao proporcional dos anos de 2010 e 2011.

## II. Alteração dos critérios para reconhecimento das perdas por imparidade de inventários

Foi aprovado pelo Conselho de Administração da EMEF a alteração dos critérios de reconhecimento das imparidades de inventários. Esta alteração de política contabilística decorre da formalização, de um contrato quadro com a CP – Comboios de Portugal E.P.E., no âmbito do qual se regem as prestações de serviços de manutenção integral da sua frota. A atualização das perdas por imparidades de inventários passa a estar indexada à duração de cada contrato específico de prestação de serviços e às perspetivas de consumo/rotação dos materiais. (ver Nota 10 - Inventários)

Até ao período de 2012 o cálculo das perdas estava indexado à classificação logística, rotação e consumo, sem ponderação da duração do contrato onde os materiais iriam ser aplicados.

A reexpressão efetuada inclui os seguintes impactos:

1. Diminuição na rubrica de inventários no montante de 1.841.714 euros.
2. Aumento na rubrica de resultados transitados no mesmo montante.

## 6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Ativos fixos tangíveis	31-12-2013	31-12-2012
<b>Valor Bruto:</b>		
Terrenos e recursos naturais	1.592.530	1.592.530
Edifícios e outras construções	6.081.631	6.084.017
Equipamento básico	14.996.010	15.068.739
Equipamento de transporte	1.660.943	1.719.611
Equipamento administrativo	2.606.157	2.642.870
Outros ativos fixos tangíveis	3.105.867	3.334.438
	<b>30.043.139</b>	<b>30.442.205</b>
<b>Depreciação acumulada e imparidade</b>		
Depreciação do período	1.310.284	1.472.052
Anulações do Período	(343.604)	(1.484.445)
Depreciação acumulada de períodos anteriores	20.735.241	20.747.635
	<b>21.701.922</b>	<b>20.735.241</b>
<b>Investimentos em Curso</b>		
Ativo Fixo Tangível em Curso	30.966	30.966
	<b>30.966</b>	<b>30.966</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>8.372.183</b>	<b>9.737.929</b>



Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2013, são analisados como segue:

	Saldo inicial	Adições	Revalorizações /Imparidades	Alienações	Ativos classificados como detidos para venda	Abates	Transferências	Outras alterações	Saldo final
<b>Valor bruto:</b>									
Terrenos e recursos naturais	1.592.530								1.592.530
Edifícios e outras construções	6.084.017					(2.386)			6.081.631
Equipamento básico	15.068.739	21.940		(85.091)		(9.577)			14.996.010
Equipamento de transporte	1.719.611			(58.668)					1.660.943
Equipamento administrativo	2.642.870	10.744		(27.367)		(20.090)			2.606.157
Outros ativos fixos tangíveis	3.334.438	12.076	-	(218.479)	-	(22.168)	-	-	3.105.867
Investimentos em Curso - Ativo Fixo em curso	30.966								30.966
Adiantamentos por conta de investimentos	-								-
	<b>30.473.171</b>	<b>44.760</b>	<b>-</b>	<b>(389.604)</b>	<b>-</b>	<b>(54.221)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>30.074.105</b>
<b>Depreciação acumulada e imparidade</b>									
Edifícios e outras construções	2.290.699	326.329				(2.386)			2.614.642
Equipamento básico	11.277.197	816.158		(46.931)		(9.577)			12.036.847
Equipamento de transporte	1.634.653	50.442		(53.668)					1.631.427
Equipamento administrativo	2.317.174	77.304		(20.666)		(20.090)			2.353.722
Outros ativos fixos tangíveis	3.215.519	40.051	-	(168.118)	-	(22.168)	-	-	3.065.284
	<b>20.735.241</b>	<b>1.310.284</b>	<b>-</b>	<b>(289.382)</b>	<b>-</b>	<b>(54.221)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>21.701.922</b>
<b>Total</b>	<b>9.737.929</b>								<b>8.372.183</b>

A continuidade das restrições orçamentais para efetuar investimentos resultou em aquisições de apenas 44.760 euros no período de 2013.

Salienta-se ainda a venda de ativos fixos tangíveis à entidade Nomad Tech, Lda, no valor de 169.236 euros, no período em análise.

Para aquisição do prédio urbano sito na Amadora foi contratado um empréstimo conforme referido na Nota 21 – Financiamentos obtidos.

## 7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Ativos intangíveis	31-12-2013	31-12-2012
<b>Valor Bruto:</b>		
Programas de Computador	1.151.495	1.166.060
	<b>1.151.495</b>	<b>1.166.060</b>
<b>Amortização acumulada e imparidade:</b>		
Amortização do período	7.003	8.392
Reversões do Período	(14.565)	(148.562)
Amortização acumulada de períodos anteriores	1.153.832	1.294.002
	<b>1.146.270</b>	<b>1.153.832</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>5.225</b>	<b>12.228</b>

As reversões de amortizações que ocorreram neste período estão diretamente relacionadas com a venda de ativos intangíveis à Nomad Tech, Lda, no valor de 13.040 euros.

As amortizações do período apresentam um decréscimo face ao ano transato, uma vez que não foram efetuadas novas aquisições, e vários bens constantes do ativo intangível terminaram a sua vida útil no decurso do ano de 2013.

	Saldo inicial	Adições	Revalorizações /Imparidades	Alienações	Ativos classificados como detidos para venda	Abates	Transferências	Outras alterações	Saldo final
<b>Valor bruto:</b>									
Programas de Computador	1.166.060			(13.040)		(1.525)			1.151.495
	<b>1.166.060</b>	-	-	<b>(13.040)</b>	-	<b>(1.525)</b>	-	-	<b>1.151.495</b>
<b>Depreciação acumulada e imparidade</b>									
Programas de Computador	1.153.832	7.003		(13.040)		(1.525)			1.146.270
	<b>1.153.832</b>	<b>7.003</b>	-	<b>(13.040)</b>	-	<b>(1.525)</b>	-	-	<b>1.146.270</b>
<b>Total</b>	<b>12.228</b>								<b>5.225</b>



## 8. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Participações financeiras - Método de Equivalência Patrimonial	31-12-2013			31-12-2012		
	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
EMEF Internacional Sa	-	-	-	2.287	-	2.287
EMEF/Siemens Ace	285.411	-	285.411	428.410	-	428.410
Nomad Tech Lda	56.000	-	56.000	-	-	-
	<b>341.411</b>	<b>-</b>	<b>341.411</b>	<b>430.696</b>	<b>-</b>	<b>430.696</b>

O movimento das participações financeiras, é evidenciado como se segue:

	Saldo Inicial	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Final
<b>Valor bruto</b>						
EMEF Internacional Sa	2.287	-	-	(2.287)	-	-
EMEF/Siemens Ace	428.410	-	-	(142.998)	-	285.411
Nomad Tech Lda	-	56.000	-	-	-	56.000
	<b>430.696</b>	<b>56.000</b>	<b>-</b>	<b>(145.285)</b>	<b>-</b>	<b>341.411</b>

A EMEF Internacional, na qual a EMEF detinha uma participação social de 95% correspondente ao montante de 47.500 euros foi constituída como sociedade comercial anónima a 14 de julho de 2010 com capital social de 50.000 euros. Os restantes 5% do capital social eram detidos pela CP – Comboios de Portugal, EPE.

Na assembleia geral realizada em 11 de junho de 2012, os acionistas da EMEF Internacional decidiram proceder à liquidação da sociedade. A liquidação da sociedade a qual ocorreu a 10 de maio de 2013 não afetou as relações comerciais entretanto estabelecidas pela EMEF Internacional, uma vez que a EMEF, SA assegurou a sua continuidade.

O agrupamento complementar de empresas EMEF/SIEMENS ACE – Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária, tem a participação de 51% da EMEF,SA e a participação de 49% da SIEMENS. No período de 2013 o ACE obteve o resultado líquido de 559.630 euros, tendo a EMEF registado nas suas contas pelo método de equivalência patrimonial o montante de 285.411 euros referente à sua participação.

A informação financeira referente às empresas associadas apresenta-se como se segue:

	% de Participação	Data de referência	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Resultado Líquido
<b>Valor bruto</b>						
EMEF/Siemens Ace	51	31.12.2013	9.392.091	8.832.461	559.630	559.630

## 9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – OUTROS MÉTODOS

Participação financeira- Outros métodos	Tipo	31-12-2013		31-12-2012		
		Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido	Valor Bruto	Imparidade
Fundação Museu Nacional Ferroviário		31.944	31.944		31.944	31.944
INEGI - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial		2.500	2.500		2.500	2.500
		<b>34.444</b>	<b>34.444</b>	<b>-</b>	<b>34.444</b>	<b>34.444</b>

O movimento das participações financeiras é o seguinte:

	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Justo Valor	Outras alterações	Saldo Final
<b>Valor bruto</b>						
Fundação Museu Nacional Ferroviário	31.944					31.944
INEGI - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	2.500					2.500
	<b>34.444</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>34.444</b>
<b>Imparidade</b>						
Fundação Museu Nacional Ferroviário	31.944					31.944
INEGI - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	2.500					2.500
	<b>34.444</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>34.444</b>

## 10. INVENTÁRIOS

Inventários	31-12-2013	31-12-2012 (Reexpresso)
<b>Valor Bruto:</b>		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	27.052.889	28.617.092
Produtos acabados e intermédios	1.428.087	1.443.460
	<b>28.480.976</b>	<b>30.060.552</b>
<b>Imparidades acumuladas</b>		
Imparidades do período	-358.283	291.185
Imparidades de períodos anteriores	10.214.920	9.923.734
	<b>9.856.636</b>	<b>10.214.920</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>		
	<b>18.624.339</b>	<b>19.845.633</b>

A rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo sofreu um decréscimo face ao ano transato provocado por consumos de materiais superiores às compras efetuadas durante o período.

Durante o ano de 2013 a EMEF procedeu ao abate de materiais identificados como obsoletos que não tinham aplicação em consequência da desativação da série de material respetiva, da substituição de equipamentos ou motivado por degradação técnica (não conformidade para utilização).



As perdas por imparidades de inventários relativas a matérias-primas, subsidiárias e de consumo foram reexpressas em 2012 por acréscimo às já existentes no valor de 1.736.279 euros e as relativas a produtos acabados e intermédios foram reexpressas por acréscimo às já existentes no valor de 105.435 euros.

Conforme anteriormente referido, a atualização das perdas por imparidades de inventários passa a estar indexada à duração de cada contrato específico de prestação de serviços e às perspetivas de consumo/rotação dos materiais. Os critérios adotados são os seguintes:

1. Inventários pertencentes a séries ou equipamentos ativos com consumo nos últimos 9 anos

Considera-se como corrente, e portanto não sujeito a qualquer imparidade, todo material que esteja afeto a séries ou equipamentos ativos, exceto o excesso resultante do consumo médio esperado até o término do contrato respetivo. Sobre este excesso é considerada uma imparidade de 75%.

2. Inventários pertencentes a séries ou equipamentos ativos sem consumo registado nos últimos 9 anos

Os materiais que, embora pertencendo a séries ativas, tenham sido adquiridos há mais de 2 anos e não tenham registado consumo nos últimos 9 anos serão sujeitos a uma imparidade de 80% sobre o seu valor.

3. Inventários pertencentes a séries ou equipamentos inativos com e sem consumo nos últimos 9 anos

Os materiais classificados como pertencendo a séries de material e equipamentos inativos são sujeitos a uma imparidade de 95% sobre o seu valor.

4. Inventários classificados como Monos e Cativos sem consumo nos últimos 9 anos

Os inventários classificados como Monos ou Cativos pela Direção de Logística, que não registaram consumo nos últimos 9 anos serão sujeitos a uma perda por imparidade de 95% sobre o seu valor.

5. Inventários classificados como Monos e Cativos com consumo nos últimos 9 anos

Os inventários classificados como Monos ou Cativos pela Direção de Logística, que tenham registado consumo nos últimos 9 anos mas cujas perspetivas de consumo, face à informação disponível, são residuais serão sujeitos a uma perda por imparidade de 80% sobre o seu valor.

6. Inventários classificados como Obsoletos

Os inventários classificados como Obsoletos pela Direção de Logística, serão sujeitos a uma perda por imparidade de 95% sobre o seu valor.

7. Inventários classificados como Estratégicos

Os inventários classificados como Estratégicos pela Direção de Logística, serão sujeitos à constituição de uma perda por imparidade a uma taxa constante, calculada sobre 75% do seu valor em função do número de anos que decorre até ao término do contrato. No último ano os bens terão um valor realizável líquido de 25%.



## 8. Inventários sem identificação

Os inventários classificados como 'Sem classificação' pela Direção de Logística, são na sua maioria materiais destinados a conservação (produtos de pintura, limpeza industrial, materiais elétricos e eletrónicos, rolamentos, elementos de fixação/união ...), alguns deles com possível aplicação em equipamentos de outros clientes.

Por não estarem relacionados com o contrato quadro referido e atendendo à sua natureza, para estes inventários serão reconhecidas perdas por imparidade tendo por base o consumo médio e a estimativa de necessidades para um horizonte de 3 anos.

A manter-se o consumo médio, caso o inventário não se esgote em 3 anos, aplica-se uma imparidade de 95% ao excedente.

Caso tenha sido adquirido há mais de 2 anos e não tenha registo de consumo aplica-se uma imparidade de 95%.

O movimento das imparidades de inventários para o período de 2013 é analisado como segue:

Descrição	Saldo Inicial	Perdas	Reversão	Saldo Final
<b>Imparidades de inventários</b>				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(9.672.746,93)	(32.471)	415.101	(9.290.118)
Produtos acabados e intermédios	(542.172,59)	(43.332)	18.986	(566.518)
	<b>(10.214.920)</b>	<b>(75.803)</b>	<b>434.087</b>	<b>(9.856.636)</b>

Relativamente às perdas por imparidade de inventários registadas em 2013 há a referir que pela aplicação dos critérios adotados para o ano de 2012 o valor relativo às matérias-primas, subsidiárias e de consumo foi de 13.505 euros e o valor relativo a produtos acabados e intermédios foi de 42.188 euros. Aos valores das perdas por imparidades há ainda a acrescer por motivo de abates e quebras por contagem, durante o ano de 2013, perdas nas matérias-primas, subsidiárias e de consumo no valor de 18.966 euros e nos produtos acabados e intermédios no valor de 1.144 euros.

As reversões por imparidade de inventários relativos a matérias-primas, subsidiárias e de consumo, no montante de 415.101 euros, e as relativas a produtos acabados e intermédios no montante de 18.986 euros devem-se na sua maioria a abates de inventários ocorridos no ano 2013 classificados como Obsoletos e já objeto de perdas por imparidade em anos anteriores.

## 11. CLIENTES

Clientes	31-12-2013	31-12-2012
<b>Clientes c/c</b>		
Gerais	4.415.767	4.769.918
Empresa-mãe	5.478.138	5.771.957
Empreendimentos conjuntos	437.684	328.697
<b>Clientes - Retenção de garantia</b>	3.395	-
<b>Clientes Cobrança duvidosa</b>	250.081	948.223
	<b>10.585.066</b>	<b>11.818.794</b>
<b>Imparidades acumuladas</b>		
Perdas / Reversões por imparidade no período	(181.252)	210.274
Perdas / Reversões por imparidade de períodos anteriores	423.341	213.067
	<b>242.089</b>	<b>423.341</b>
<b>Total</b>	<b>10.342.977</b>	<b>11.395.453</b>

Comparativamente ao ano 2012, salientam-se as variações ocorridas em clientes gerais, empresa-mãe e particularmente a de clientes de cobrança duvidosa que registou a maior alteração.

A rubrica clientes gerais apresenta uma diminuição de 354.151 euros, justificada essencialmente pelo decréscimo dos saldos das entidades CP-Carga e Fundação do Museu Ferroviário Armando Ginestal Machado que em conjunto totalizam 465.800 euros. Esta diminuição foi atenuada pelo aumento dos saldos de outros clientes, sendo de destacar a Mota-Engil, em resultado da conclusão no final do ano dos trabalhos de aquisição e modificação em 25 vagões tremonha da série Facs 694.

No que respeita ao cliente CP Carga a variação negativa a qual ascende a 231.548 euros é justificada por um decréscimo da atividade. Contudo, este cliente continua a representar o valor mais significativo da rubrica clientes gerais com o valor de 1.593.457 euros, seguido do cliente Prometro com 1.284.012 euros.

O pagamento efetuado pela Fundação do Museu Ferroviário Armando Ginestal Machado referente à faturação final da conclusão dos trabalhos de recuperação e restauro dos veículos afetos ao comboio presidencial, que tinha transitado em aberto do ano 2012, motivou uma redução do saldo deste cliente no valor de 234.252 euros.

Relativamente à rubrica clientes empresa mãe verificou-se uma redução de 293.818 euros justificada essencialmente por um decréscimo no volume de faturação e melhoria nos prazos médios de recebimento.



A diminuição do saldo de clientes de cobrança duvidosa é justificada em grande parte pelos pagamentos efetuados pelo Metro do Porto, entidade com a qual foi estabelecido um acordo de pagamentos que tem vindo a ser cumprido.

O quadro seguinte evidencia os movimentos das perdas por imparidade no período de 2013:

Perdas por imparidade	Saldo Inicial	Perdas	Reversões	Saldo Final
<b>Cientes c/c</b>				
Gerais	423.341	8.718	189.970	242.089
Empresa-mãe				
<b>Total</b>	<b>423.341</b>	<b>8.718</b>	<b>189.970</b>	<b>242.089</b>

A rubrica perdas por imparidade acumuladas de clientes registou uma diminuição líquida no valor de 181.252 euros, o que se reflete como um impacto positivo no resultado líquido do período.

O Metro do Porto foi o grande responsável pelas reversões registadas, cerca de 83% a que corresponde um valor de 158.597 euros, em resultado do cumprimento do acordo de pagamentos estabelecido com a EMEF, SA já antes referenciado, seguindo-se a Mota Engil com 5%. Estas duas entidades em conjunto representam 88% do total das reversões do período.

As perdas foram motivadas essencialmente pela falta de pagamento do cliente Somague Neopul Gestão Manutenção Equipamentos Construção Civil e Obras ACE, responsável por cerca de 70% do valor total das perdas do período.

O quadro seguinte apresenta a antiguidade de saldos de clientes da EMEF, SA em 31 de dezembro do ano de 2013 comparativamente ao ano de 2012:



Descrição	Não vencidos	Mora até 90 dias	Mora 90 a 180 dias	Mora 180 a 360 dias	Mora mais de 360 dias	Total
<b>2013</b>						
<b>Clientes c/c</b>						
Gerais	3.621.877	630.222	116.983	46.685	-	4.415.767
Empresa-mãe	5.187.570	166.307	(7.446)	99.285	32.422	5.478.138
Empreendimentos conjuntos	221.068	129.135	87.462	19	-	437.684
<b>Clientes - Retenção de garantia</b>	3.395	-	-	-	-	3.395
<b>Clientes cobrança duvidosa</b>	-	-	-	3.212	246.870	250.081
<b>Imparidades</b>						
Gerais	-	-	-	(803)	(241.287)	(242.089)
<b>Total</b>	<b>9.033.910</b>	<b>925.664</b>	<b>196.999</b>	<b>148.398</b>	<b>38.006</b>	<b>10.342.977</b>
<b>2012</b>						
<b>Clientes c/c</b>						
Gerais	(1.052)	352.029	1.841.624	1.658.943	918.374	4.769.918
Empresa-mãe	5.040.681	680.744	2.375	2.125	46.031	5.771.957
Empreendimentos conjuntos	327.531	1.165	-	-	-	328.697
<b>Clientes - Retenção de garantia</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Clientes cobrança duvidosa</b>	-	-	-	674.919	273.305	948.223
<b>Imparidades</b>						
Gerais	-	-	-	(171.115)	(252.227)	(423.341)
<b>Total</b>	<b>5.367.160</b>	<b>1.033.938</b>	<b>1.843.999</b>	<b>2.164.872</b>	<b>985.483</b>	<b>11.395.453</b>

Foram constituídas imparidades somente para a rubrica clientes gerais e consideraram-se montantes não vencidos os saldos de clientes que não se encontravam em mora.

Em consonância com os critérios adotados em anos anteriores, utilizou-se o critério fiscal para o cálculo das imparidades relativas aos saldos de clientes em mora, criando-se imparidades para os saldos com antiguidade igual ou superior a 180 dias.

A rubrica clientes gerais evidencia uma diminuição dos valores em mora a partir dos 90 dias em paralelismo com um aumento dos saldos até 90 dias, o que revela uma tendência para recebimentos cada vez mais próximos dos prazos de vencimento, fruto de uma intensificação do acompanhamento das dívidas de clientes por parte dos serviços da EMEF. A redução dos saldos com mais de 360 dias resulta especificamente da assinatura do acordo de revogação do contrato de arrendamento estabelecido com a Fergráfica-Artes Gráficas, SA em dezembro de 2012.

Os saldos em mora da empresa mãe registaram uma diminuição para o período igual ou superior a 90 dias, apesar de um ligeiro aumento no período entre os 180 e os 360 dias motivado pelo atraso no reembolso de despesas da substituição da cobertura das instalações de Vila Real de Santo António. Verifica-se ainda, uma diminuição muito lenta dos valores em mora a mais de 360 dias, consentânea com alguma dificuldade na resolução das situações mais antigas.

Contrariamente às situações anteriores os empreendimentos conjuntos demonstram uma tendência para o aumento dos prazos de recebimento.

Por fim, a rubrica clientes de cobrança duvidosa evidencia uma clara diminuição nos valores em mora para o período compreendido entre os 180 e os 360 dias e uma diminuição mais ligeira após os 360 dias.

## 12. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Estado e outros entes públicos	31-12-2013	31-12-2012
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o rendimento	-	-
	-	-
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rendimento	7.253	38.272
Retenções de imposto sobre o rendimento	280.730	191.515
IVA a pagar	1.710.157	1.003.745
Contribuições para a Segurança Social	526.773	495.346
	<b>2.524.912</b>	<b>1.728.879</b>

### Ativo – Imposto sobre o rendimento

A EMEF está abrangida pelo Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), previsto no Artigo 69º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Sendo a CP – Comboios de Portugal, EPE a sociedade dominante compete-lhe proceder à liquidação do Pagamento Especial por Conta (PEC).

Em virtude dos prejuízos consecutivos apresentados pelas empresas do grupo e da impossibilidade de deduzir esses prejuízos à coleta, a CP optou por requerer o seu reembolso. No âmbito desse pedido, a Autoridade Tributária realizou uma inspeção às contas de 2012, processo concluído com sucesso durante o período de 2013

O reconhecimento dos valores do PEC como gasto nas demonstrações das empresas do grupo ocorre quando o reembolso é recusado por parte a Autoridade Tributária.

### Passivo - impostos

Comparativamente ao ano anterior, a rubrica Estados e Outros Entes Públicos registou um aumento na ordem dos 46%, motivado pelos seguintes acontecimentos:

- Diminuição da rubrica imposto sobre rendimento em cerca de 81%, por decréscimo da tributação autónoma face ao ano transato (ver Nota 40 – Imposto sobre o rendimento do período)
- Aumento do imposto sobre valor acrescentado em cerca de 70%, motivado pela faturação de adiantamentos relativos a trabalhos iniciados no final de 2013, contratualmente sujeitos a um adiantamento de 60% do valor (ver Nota 14 - Diferimentos)
- Aumento das retenções de imposto sobre o rendimento em cerca de 47%, decorrente dos seguintes fatores:

- Aplicação da sobretaxa de 3,5% imposta pela Lei N.º 66-B/2012 (LOE2013)
- Pagamento do subsídio de natal em duodécimos em cumprimento da LOE2013
- Aumento dos vencimentos por via dos efeitos das promoções de 2010 (ver Nota 5 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas, erros e reexpressões efetuadas)
- Aumento do montante da taxa social única, menos que proporcionalmente ao IRS, em cerca de 6% motivada pelos dois últimos factos referidos no ponto anterior.

### 13. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Outras contas a receber	31-12-2013	31-12-2012
<b>Valor Bruto:</b>		
Adiantamentos a fornecedores de investimentos		
Pessoal	40.230	40.582
Acréscimos de rendimentos	469.793	883.325
Devedores diversos	3.953.663	3.853.076
Reembolso de despesas	115.276	173.873
	<b>4.578.962</b>	<b>4.950.856</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>4.578.962</b>	<b>4.950.856</b>

Esta rubrica registou um decréscimo de cerca de 8%, face ao período homólogo, que se traduz no montante de 371.894 euros.

#### Acréscimos de Rendimentos

A diminuição em acréscimos de rendimentos no montante de 413.532 euros, cerca de 47% de variação face ao ano anterior, é justificada essencialmente pela diminuição de 189.215 euros no rédito contabilizado, e pela especialização efetuada no final de 2012 referente ao contrato da PROMETRO no montante de 168.031 euros, respeitante à análise anual ao contrato para 2012 e respetivos ajustamentos de faturação, facto que este ano não aconteceu, devido a ainda não ter sido efetuada a análise anual relativa a 2013 e por isso não se conhecerem os valores dos ajustamentos de faturação do contrato com a Prometro.

#### Devedores Diversos

A variação registada, face ao ano anterior, deve-se essencialmente ao registo da venda de ativos intangíveis, ativos fixos tangíveis e inventários à Nomad Tech, Lda., cujos valores à data do fecho de contas ainda não tinham sido pagos na totalidade.

Os montantes mais significativos que compõem a rubrica de devedores diversos a 31 de dezembro de 2013, respeitam aos seguintes factos:

- Dívida do Metropolitano de Lisboa (ML) à EMEF no valor de 2.250.000 euros.

Protocolarmente, acordaram o ML e a EMEF em 14 de maio de 2009, que o ML demoliria um edifício propriedade da EMEF para instalar o estaleiro de apoio às obras de construção da estação intermodal da Reboleira e, reconstruiria no prazo máximo de 6 meses após a conclusão da estação, um edifício equivalente, assumindo todos os custos de reconstrução até ao montante de 2.250.000 euros. Estimava-se que a obra estivesse concluída em 30 de maio de 2012. Contudo, o Governo suspendeu a construção da estação de metro com vista à obra ser reavaliada por parte do Metropolitano de Lisboa.

- Pagamento indevido ao BCP Factoring, no montante de 1.418.121 euros derivado da cedência de créditos da Marginal, entretanto declarada insolvente, a duas entidades distintas: à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo e ao Banco Comercial Português. No período de 2012 foi provisionado metade do valor em causa, conforme Nota 20 – Provisões.

#### Reembolso de Despesas

A variação no valor do reembolso de despesas entre os anos de 2013 e de 2012 deve-se essencialmente à diminuição de valores faturados por fornecedores e cujo material ou serviço ainda estava parcialmente em validação à data do encerramento de contas.

## 14. DIFERIMENTOS

Diferimentos	31-12-2013	31-12-2012
<b>Ativo</b>		
Gastos a reconhecer		
Seguros	278.785	336.090
Diversos	83.491	86.048
	<b>362.275</b>	<b>422.138</b>
<b>Passivo</b>		
Rendimentos a reconhecer		
Fact.p/Conta-Trab.a Real.	1.744.242	948.862
Outros Rec.c/rend.Dif	-	707
	<b>1.744.242</b>	<b>949.568</b>

#### Faturação por conta de trabalhos a realizar

Esta rubrica registou um aumento de cerca de 795.380 euros face ao período homólogo, pois em oposição ao período de 2012 que ficou marcado pela conclusão da maioria dos trabalhos/contratos que se encontravam em curso, nos últimos dois meses de 2013 a EMEF deu início a um conjunto de intervenções com períodos de execução estimados em mais de trinta dias úteis potenciando assim o aumento verificado. Destacamos pelos montantes envolvidos, os cerca de 1.456.313 euros, as faturações parciais já emitidas de 60% dos seguintes trabalhos:



- Reparação de rodados e bogies do CPA 4005
- Reparação tipo R2 da automotora 2403.
- Reparação tipo R2 da automotora 0360.
- Reparação geral dos rotáveis relativos ao LP da automotora 3254.
- Reparação tipo R2 da automotora 0468.
- Reparação tipo R2 da automotora 9637.

## 15. CAPITAL REALIZADO

O capital social de 8.100.000 euros, representado por 8.100.000 ações ordinárias de valor nominal de 1 euro cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de dezembro de 2013 sendo totalmente detido pela CP, EPE.

## 16. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Esta rubrica respeita a prestações suplementares/acessórias concedidas pela CP, no montante total de 10.316.222 euros.

## 17. RESERVAS LEGAIS

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da EMEF, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até que atinja o valor equivalente a 20% do capital social da empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Durante o período em análise, a EMEF não efetuou reforços ao montante da reserva.

## 18. OUTRAS RESERVAS

Outras reservas	31-12-2013	31-12-2012
Posição no início do período	617.458	617.458
	617.458	617.458

As reservas livres constantes nesta rubrica, resultaram da decisão de aplicação dos resultados positivos obtidos no período de 1995 a 1998.

## 19. RESULTADOS TRANSITADOS

A variação dos resultados transitados diz respeito às seguintes situações:

- Incorporação do resultado líquido positivo do período de 2012, no montante de 6.306.705 euros (antes da reexpressão);
- Realização da reserva de reavaliação, no montante de 4.916 euros, resultante da reavaliação livre do ativo fixo tangível efetuada em 2002 para todos os bens com valor de aquisição superior a 200 euros, ao abrigo da Diretriz Contabilística n.º 16. A 31 de dezembro de 2013, o montante da reavaliação por realizar ascende a 17.810 euros. De notar que os excedentes de reavaliação, apesar de constarem na rubrica de Resultados Transitados, só ficarão disponíveis após a sua realização;
- Reconhecimento do impacto dos novos critérios para cálculo das perdas por imparidade de inventários, no montante de 1.841.714 euros, conforme já relatado na Nota 5 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas, erros e reexpressões efetuadas;
- Reexpressão do valor referente às promoções decorrentes da avaliação dos técnicos superiores e do pessoal operativo, conforme já explanado na Nota 5 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas, erros e reexpressões efetuadas, no montante de 357.050 euros.

## 20. PROVISÕES

O movimento na rubrica de provisões é analisado como se segue:

Provisões	Saldo inicial	Adições	Utilizações	Reversões	Efeito de desconto	Saldo final
Processos judiciais em curso	430.031	62.000		(202.618)		289.413
Outras provisões	713.062		(4.002)			709.060
	1.143.094	62.000	(4.002)	(202.618)	-	998.474

### Processos judiciais

A provisão criada para processos judiciais em curso, no montante de 289.413 euros, corresponde ao valor presente estimado das responsabilidades futuras no que concerne os seguintes processos:

- Processo instaurado contra a EMEF e outros réus no âmbito do acidente ocorrido em 2008 na Linha do Tua, no montante de 192.202 euros;
- As restantes provisões são referentes a processos judiciais instaurados pela Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica (ASAE), por trabalhadores e ex-trabalhadores da EMEF.



### Outras Provisões

Com base na probabilidade da EMEF vir a ser ressarcida do valor pago indevidamente ao BCP Factoring conforme já referido na rubrica Devedores Diversos na nota 13, manteve-se a provisão no montante de 709.060 euros correspondente a 50% do valor em dívida à EMEF.

## 21. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Financiamentos obtidos	31-12-2013	31-12-2012
<b>Não corrente</b>		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	4.141.336	5.213.675
	<b>4.141.336</b>	<b>5.213.675</b>
<b>Corrente</b>		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	1.072.374	1.066.197
Descobertos bancários	8.110.337	8.341.349
Participantes de capital		
Empresa-mãe - Empréstimos	10.500.000	10.500.000
	<b>19.682.712</b>	<b>19.907.546</b>
<b>Total</b>	<b>23.824.048</b>	<b>25.121.221</b>

A decomposição por maturidade é a seguinte:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	1.072.374	1.066.197
De 1 a 5 anos	4.141.336	4.776.175
A mais de 5 anos		437.500
Descobertos bancários		
Até 1 ano	8.110.337	8.341.349
Participantes de capital		
Empresa-mãe - Empréstimos		
Até 1 ano	10.500.000	10.500.000
	<b>23.824.048</b>	<b>25.121.221</b>

O quadro seguinte evidencia à data de 31 de dezembro de 2013, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros estimados dos financiamentos obtidos não correntes.



Descrição	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
Instituições de crédito e sociedades financeiras						
Empréstimos bancários						
Amortizações	1.078.836	875.000	875.000	875.000	437.500	4.141.336
Juros vencidos estimados	161.596	121.175	83.620	46.421	9.223	422.035
	1.240.432	996.175	958.620	921.421	446.723	4.563.371

A CP é fiadora da EMEF, junto dos bancos BPI e BES, para o empréstimo de 7.000.000 euros, contraído para financiar a aquisição do prédio urbano, sito na Amadora. Em caso de incumprimento, a CP assegurará o pagamento do referido empréstimo. À data de 31 de dezembro de 2013 o montante em dívida ascende a 4.812.500 euros.

## 22. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Outras contas a pagar	31-12-2013	31-12-2012 (Reexpresso)
<b>Corrente</b>		
Fornecedores de investimentos	48.852	86.319
Devedores e credores por acréscimos	3.783.173	3.078.374
Outros credores	61.807	4.458
Pessoal	25.158	26.017
	3.918.990	3.195.168

O incremento de 23% face ao ano transato, e que se traduz no montante de 723.822 euros decorre, essencialmente da combinação dos seguintes fatores:

### Fornecedores de investimentos

Esta rubrica sofreu uma diminuição de cerca de 43% face ao ano anterior, refletindo a quebra significativa no investimento.

### Credores por acréscimos

A variação mais significativa no conjunto de contas que compõem esta rubrica ocorreu na conta de acréscimos de gastos com pessoal, por via da reposição do pagamento do subsídio de férias pela Lei 39/2013 de 21 de junho e do aumento das remunerações em resultado da competente aprovação das promoções já anteriormente referidas (Nota 5- Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas, erros e reexpressões efetuadas) e do inerente acréscimo do prémio de seguro de acidentes de trabalho.



### Outros credores

O aumento nesta rubrica deve-se essencialmente ao valor dos duodécimos do subsídio e mês de férias para 2014, proporcional aos meses de trabalho prestados na EMEF pelos trabalhadores transferidos para a Nomad Tech, Lda em 2013, aquando da sua constituição.

## 23. FORNECEDORES

Fornecedores	31-12-2013	31-12-2012
Fornecedores c/c		
Gerais	3.266.022	4.751.658
Empresa-mãe	463.082	439.147
Fornecedor - Retenção de garantia	498	2.077
Faturas em receção e conferência	208.675	295.197
	<b>3.938.277</b>	<b>5.488.080</b>

A variação da rubrica de fornecedores está relacionada com a diminuição das compras de matérias-primas, subsidiárias e de consumo, em consonância com a redução da atividade da empresa, em especial nos segmentos de fabrico e reparação e com a racionalização das aquisições.

Em simultâneo, importa realçar a melhoria dos prazos médios de pagamento, reduzindo-se de 87 para 59 dias no final de 2013, tendo por base o cálculo do último trimestre dos anos em análise.

## 24. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Adiantamentos de clientes	31-12-2013	31-12-2012
Thales Transportation	-	1.366
Tno - Nederlandse Organisatie Voor Toegepast Natuurwetenschap	76.621	166.377
Universidade Do Porto	68.839	105.946
	<b>145.459</b>	<b>273.689</b>

Os valores que se apresentam no final de 2013 respeitam a verbas contratualmente estabelecidas e recebidas a título de adiantamentos relativas aos projetos CARGOVIBES<sup>1</sup> no valor de 76.621 euros e

<sup>1</sup> Promotor - TNO



MAXBE<sup>2</sup> no valor de 68.839 euros, financiados ao abrigo do Seventh Framework Programme (FP7), e ainda não reconhecidos como subsídios à exploração, por não terem ocorrido os gastos respetivos.

## 25. ACIONISTAS/SÓCIOS

O valor de 2012, face ao que tinha sido apresentado no ano transato, foi reclassificado para a rubrica de financiamentos obtidos.

## 26. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Adiantamentos a Fornecedores	31-12-2013	31-12-2012
Adiantamentos a Fornecedores Gerais	27.099	44.461
	<b>27.099</b>	<b>44.461</b>

A rubrica adiantamentos a fornecedores registou uma diminuição de 17.362 euros face ao ano 2012. Do saldo pendente em 31 de dezembro de 2013, 22.910 euros dizem respeito ao remanescente da sobrefaturação da TEX à EMEF, a regularizar mensalmente, de acordo com o contratualmente estipulado entre as partes.

## 27. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em resultado do processo de liquidação da EMEF Internacional e ajustamento da partilha foi regularizado o Contrato de Mútuo concedido a esta entidade no montante de 18.000 euros.

Outros Investimentos Financeiros	31-12-2013	31-12-2012
Emef. Internacional SA	-	18.000
	<b>-</b>	<b>18.000</b>

<sup>2</sup> Promotor – Universidade do Porto

## 28. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Vendas e serviços prestados	31-12-2013	31-12-2012
<b>Vendas</b>		
Fabrico vagões tipo SGNSS	-	4.217.758
Fabrico vagões tipo LGNSS	-	-
	<b>-</b>	<b>4.217.758</b>
<b>Serviços Prestados</b>		
Manutenção	26.587.338	27.436.251
Reparação	24.348.476	31.166.941
Reabilitação	-	446.140
	<b>50.935.813</b>	<b>59.049.332</b>
<b>Total</b>	<b>50.935.813</b>	<b>63.267.091</b>

O montante das vendas e serviços prestados no período de 2013 registou uma quebra no valor de 12.331.277 euros face ao período homólogo do ano anterior, justificada pela conclusão do projeto de fabrico de vagões para a CP Carga no ano 2012 e pela quebra significativa de intervenções de reparação no material circulante.

## 29. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Durante o período foram reconhecidos em rendimentos os seguintes subsídios à exploração:

Subsídios à exploração	31-12-2013	31-12-2012
Subsídios IDMEC (Projecto Wearwheel)	-	4.044
Subsídios NV D 2 S International (Projecto I-Rail)	918	2.494
Subsídios Thales (Projecto Secur-ED)	22.805	39.635
Subsídios TNO (Projecto Cargovibes)	89.756	12.192
Subsídios Universidade do Porto (Projecto Maxbe)	37.107	1.814
	<b>150.587</b>	<b>60.179</b>

À semelhança do período de 2012, estas verbas estão relacionadas com incentivos à Investigação e Desenvolvimento (I&D) recebidos no âmbito dos projetos Wearwheel, I-Rail, Secur-ed, Cargovibes e Maxbe. Nesse âmbito a EMEF encontra-se consorciada com as entidades identificadas no quadro anterior, em conjunto com outras entidades.

O quadro seguinte evidencia os projetos europeus e nacionais em curso, os seus objetivos e respetivo subsídio previsto.



Projetos Europeus	Data inicio	Data fim	Líder de Consórcio	Valor previsto do subsídio	Objetivo do Projeto
Wearw heel (Fct)	Abr-11	Mar-14	Idmec Instituto De Engenharia Mecan	20.220 €	Criar uma ferramenta que consiga prever de forma fiável o desgaste de rodas.
I-Rail (Fp7)	Nov -10	Out-12	Nv D 2 S International	4.375 €	Desenvolvimento e implementação de um sistema de alta velocidade para uma inspeção rápida e fiável de carril.
Secur-Ed (Fp7)	Abr-11	Set-14	Thales Transportation	241.550 €	Melhoria da segurança em transportes públicos urbanos em cidades de média e grande dimensão através de demonstrações reais.
Cargovibes (Fp7)	Abr-11	Mar-14	Tno - Nederlandse Organisatie Voor	315.461 €	Desenvolver medidas que assegurem níveis aceitáveis de vibração em zonas residenciais próximas de linhas ferroviárias de mercadorias.
Maxbe (Fp7)	Out -12	Set-15	Universidade Do Porto	143.680 €	Desenvolvimento e implementação de estratégias interoperáveis de monitorização, diagnóstico e manutenção para rolamentos de caixas de eixo.

### 30. GANHOS/PERDAS IMPUTADAS DE SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Os ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos analisam-se da seguinte forma:

Ganhos/Perdas Imputados De Subsidiárias, Associadas E Empreendimentos Conjuntos	31-12-2013	31-12-2012
<b>Perdas</b>		
Aplicação do método da equivalência patrimonial		
Emef Internacional	199	-
	<b>199</b>	<b>-</b>
<b>Ganhos</b>		
Aplicação do método da equivalência patrimonial		
Emef/Siemens Ace	285.411	428.410
Emef Internacional	-	2.287
	<b>285.411</b>	<b>430.696</b>
<b>Total</b>	<b>285.213</b>	<b>430.696</b>

As variações corridas nesta rubrica estão descritas na Nota 8 – Participações Financeiras – Método da Equivalência Patrimonial.

### 31. VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO

Variações nos Inventários da Produção	31-12-2013	31-12-2012
<b>Inventários iniciais</b>		
Produtos acabados e intermédios	1.443.460	1.370.385
Produtos e trabalhos em curso	-	1.786.453
	<b>1.443.460</b>	<b>3.156.838</b>
<b>Inventários finais</b>		
Produtos acabados e intermédios	1.428.087	1.443.460
	<b>1.428.087</b>	<b>1.443.460</b>
<b>Variação</b>		
Produtos acabados e intermédios	(15.374)	73.075
Produtos e trabalhos em curso	-	(1.786.453)
	<b>(15.374)</b>	<b>(1.713.378)</b>

As principais variações ocorridas nos inventários da produção estão explicadas na Nota 10 - Inventários.

### 32. TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE

Trabalhos para a própria entidade	31-12-2013	31-12-2012
Ativos fixos tangíveis	-	2.643
	<b>-</b>	<b>2.643</b>

Em 2013 não foram iniciados trabalhos para a própria entidade. Mantém-se em curso a construção de um banco de ensaio para blocos de freio das UQE3500 com conclusão prevista para o ano 2014.

### 33. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Custo das Mercad. Vendidas e das Matérias Consumidas	31-12-2013	31-12-2012
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	13.564.239	15.630.558
	<b>13.564.239</b>	<b>15.630.558</b>

A diminuição verificada nesta rubrica no montante de 2.066.319 euros foi motivada essencialmente pela redução das atividades de reparação e de fabrico ocorridas no ano 2013.

### 34. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Fornecimentos e serviços externos	31-12-2013	31-12-2012
Subcontratos	713.971	793.845
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	730.089	549.634
Publicidade e propaganda	956	1.962
Vigilância e segurança	628.831	656.070
Honorários	28.546	32.178
Conservação e reparação	512.987	428.397
Material:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	251.835	207.140
Livros e documentação técnica	1.023	1.134
Material de escritório	37.552	45.752
Artigos para oferta	37	3.278
Energia e fluidos:		
Eletricidade	781.707	742.344
Combustíveis	316.534	311.969
Água	90.880	82.023
Deslocações, estadas e transportes:		
Deslocações e estadas	35.817	43.248
Transportes de pessoal	1.801	18.415
Transportes de mercadorias	183.209	213.107
Outros	22.800	35.166
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	4.241.903	4.218.558
Comunicação	158.610	190.370
Seguros	262.894	293.685
Contencioso e notariado	4.539	4.307
Despesas de representação	8.115	4.384
Limpeza, higiene e conforto	442.586	447.249
Outros serviços	141.884	215.479
	<b>9.599.103</b>	<b>9.539.694</b>

No período de 2013 não houve variação significativa face ao ano transato, tendo-se mantido o mesmo nível de fornecimentos e serviços externos.

### 35. GASTOS COM O PESSOAL

Gastos com o pessoal	31-12-2013	31-12-2012 (Reexpresso)
Remunerações dos órgãos sociais	17.364	114.768
Remunerações do pessoal	22.512.580	19.411.009
Indemnizações	811.672	1.783.625
Encargos sobre remunerações	5.058.774	4.261.184
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	675.136	477.407
Gastos de ação social	87.334	108.841
Outros gastos com o pessoal	658.865	899.220
	<b>29.821.725</b>	<b>27.056.054</b>

Em termos globais, o aumento dos gastos com o pessoal situou-se nos 10%. Observou-se um aumento de 15% naqueles gastos excluindo as indemnizações relativamente ao ano 2012.

Este aumento de 2.765.670 euros resultou dos motivos seguintes:

- Reposição do subsídio de férias no ano de 2013, não especializado em 2012, uma vez que à data do encerramento das contas de 2012 este pagamento estava suspenso em resultado da Lei nº 64-B/2011 (LOE 2012) de 30 de dezembro, segundo a qual estava suspenso o referido pagamento para remunerações cuja base mensal fosse superior a 1.000 euros e uma redução progressiva para montantes compreendidos entre 485 euros e 1.000 euros ao SEE.
- Reposição do subsídio de férias relativo ao trabalho prestado no ano de 2013, a abonar no período de 2014 (Lei 39/2013 de 21 de junho).
- Reposição do subsídio de Natal em 2013 através do pagamento por duodécimos – LOE 2013 - Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro.
- Reposição das promoções relativas à avaliação dos técnicos superiores e do pessoal operacional referente ao ano de 2010, conforme anteriormente referido na Nota 5 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas, erros e reexpressões efetuadas.

Pelo contrário, a rubrica de Indemnizações registou uma diminuição de 54,5% face ao ano anterior, que se traduziu no montante de 971.954 euros.

A rubrica de Outros Gastos com Pessoal agrega os gastos referentes a concessões de transportes, seguros de acidentes pessoais, seguros de saúde, formação, medicina do trabalho e complementos de subsídio de doença.

### 36. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Outros rendimentos e ganhos	31-12-2013	31-12-2012
Rendimentos suplementares	854.946	1.423.798
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.344	1.394
Ganhos em inventários	7.795	1.746
Correções relativas a exercícios anteriores	313.073	346.858
Diferenças de câmbio favoráveis	398	25.383
Investimentos não financeiros - Sinistros	29.415	36.771
Investimentos não financeiros - Alienações AFT	78.216	2.593
Investimentos não financeiros - Alienações AI	245.959	-
Outros	40.199	150.654
	<b>1.571.345</b>	<b>1.989.199</b>

No período de 2013 verificou-se um decréscimo nesta rubrica de 21%.

Os valores registados em rendimentos suplementares resultam da:

- Venda de inventários Nomad Tech, Lda no montante de 131.224 euros;
- Venda de inventários a outros clientes no valor de 228.388 euros;
- Venda de resíduos valorizáveis no valor de 180.149 euros.

A venda de ativos intangíveis e de ativos fixos tangíveis no valor total de 322 mil euros, respeita essencialmente à venda de ativos à Nomad Tech, Lda

### 37. OUTROS GASTOS E PERDAS

Outros gastos e perdas	31-12-2013	31-12-2012
Impostos	18.039	17.693
Perdas em inventários	419.258	540.670
Correcções relativas a exercícios anteriores	512.528	480.137
Serviços bancários	12.332	21.758
Diferenças de câmbio desfavoráveis	255	17.744
Outros	29.584	63.867
	<b>991.996</b>	<b>1.141.870</b>



O valor da rubrica perdas em inventário é decorrente do abate de materiais identificados como Obsoletos em consequência da desativação da série de material respetiva, da substituição de equipamentos ou por degradação técnica (não conformidade para utilização). Quanto ao valor referente à rubrica correções relativas a períodos anteriores, refere-se em grande parte ao défice de estimativa do imposto referente ao período de 2012.

### 38. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO

Gastos/reversões de depreciação e de amortização	31-12-2013	31-12-2012
<b>Gastos</b>		
Ativos fixos tangíveis	(1.310.284)	(1.472.052)
Ativos intangíveis	(7.003)	(8.392)
	<b>(1.317.287)</b>	<b>(1.480.444)</b>

Os gastos registados resultam das depreciações ou amortizações dos bens de acordo as vidas úteis definidas.

A diminuição das depreciações de ativos fixos tangíveis em 2013 está diretamente relacionada com a continuidade das restrições orçamentais na realização de investimentos.

### 39. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

Juros e gastos similares suportados	31-12-2013	31-12-2012
Juros Empréstimos Bancários	168.553	327.724
Juros Empréstimos Acionista	802.331	801.495
Outros Juros	566.103	615.670
Outros Gastos relativos Financiamentos Obtidos	127.468	139.805
	<b>1.664.455</b>	<b>1.884.694</b>

A diminuição global ocorrida na rubrica de juros e gastos similares suportados com os financiamentos, deve-se essencialmente à redução das taxas de juro de referência dos contratos de financiamento em vigor, ao desagravamento das condições de financiamento junto do Acionista e a uma menor utilização dos plafonds dos descobertos bancários.

#### 40. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

O imposto sobre o rendimento do período reconhecido na demonstração de resultados refere-se à tributação autónoma apurada de acordo com as regras fiscais em vigor à data de cada relato.

Imposto Sobre o Rendimento do Período	31-12-2013	31-12-2012
Imposto Sobre o Rendimento do Período	(39.217)	(45.692)
	(39.217)	(45.692)

De acordo com a legislação fiscal em vigor, os prejuízos fiscais gerados poderão ser reportados e deduzidos durante os seguintes períodos após a sua ocorrência:

- Prejuízos fiscais gerados até ao período de 2009 – Durante um período de seis anos após a sua ocorrência
- Prejuízos fiscais gerados nos períodos de 2010 e de 2011 – Durante um período de quatro anos após a sua ocorrência
- Prejuízos fiscais gerados no período de 2012 – Durante um período de cinco anos após a sua ocorrência

Os prejuízos fiscais que a EMEF tem para reporte à data de 31 de dezembro de 2013 constam do quadro seguinte:

Ano	Resultado Fiscal
2007	(1.204.167)
2008	(4.138.797)
2011	(1.583.918)

#### 41. PARTES RELACIONADAS

À data de 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os saldos entre partes relacionadas com referência à estrutura acionista de CP, EPE são os seguintes:



		2013							
		Ativos		Passivos					
Descrição	Natureza da Relação	Clientes	Outras Contas a Receber	Adiantamento de Clientes	Fornecedores	Outras Contas a Pagar	Acionistas/Sócios	Diferimentos	
CP	A	5.478.138	2.898 a)	-	489.297	135.407 c)	10.500.000	1.763.129 b)	
CP Carga	B	1.599.244	-	-	5.040	-	-	-	
Fergráfica	B	-	-	-	-	-	-	-	
Ecosaúde	B	-	-	-	12.377	-	-	-	
Fernave	B	1.661	-	-	-	-	-	-	
EMEF Internacional	A	-	-	-	-	-	-	-	
EMEF/Siemens - ACE	A	435.366	-	-	-	-	-	-	
Nomad Tech	A	2.319	277.460	-	-	58.051	-	-	

a) Inclui o montante de 2.897,77 euros referente à rubrica de devedores e credores por acréscimos

b) O montante refere-se totalmente à rubrica de diferimentos

c) O montante refere-se totalmente à rubrica de devedores e credores por acréscimos

		2012							
		Ativos		Passivos					
Descrição	Natureza da Relação	Clientes	Outras Contas a Receber	Adiantamento de Clientes	Fornecedores	Outras Contas a Pagar	Acionistas/Sócios	Diferimentos	
CP	A	5.771.957	78.202 c)	-	439.147	149.313 a)	10.500.000	1.046.282 b)	
CP Carga	B	1.830.791	-	-	-	-	-	-	
Fergráfica	B	372.578	-	-	-	18.154	-	-	
Ecosaúde	B	-	-	-	26.667	-	-	-	
Fernave	B	7.706	-	-	-	-	-	-	
EMEF Internacional	A	-	-	-	-	-	-	-	
EMEF/Siemens - ACE	A	328.697	-	-	-	-	-	-	

a) Inclui o montante de 148.313 euros referentes à rubrica de devedores e credores por acréscimos

b) O montante refere-se totalmente à rubrica de diferimentos

c) Inclui o montante de 647 euros referentes à rubrica de devedores e credores por acréscimos

As transações entre partes relacionadas apresentam-se como se segue:

		2013							
		Inventários	Investimentos	Gastos				Rendimentos	
Descrição	Natureza da Relação	Matérias Primas	Ativos Fixos Tangíveis	Fornecimentos e Serviços externos	Gastos com o Pessoal	Outros Gastos e Perdas	Gastos e Perdas de Financiamento	Vendas e Prestação de Serviços	Outros Rendimentos e Ganhos
CP	A	13.543	-	4.581.114 a)	464.175 b)	67.556	802.331 c)	36.300.438 d)	310.309
CP Carga	B	262.500	-	19.253	-	5.980	-	4.963.932	3.797
Fergráfica	B	-	-	-	-	-	-	-	-
Ecosaúde	B	-	-	1.665	73.610	-	-	-	-
Fernave	B	-	-	-	-	1.405	-	1.351	952
EMEF Internacional	A	-	-	-	-	199	-	-	-
EMEF/Siemens - ACE	A	-	-	-	-	32.703	-	2.770.875	410.805
Nomad Tech	A	-	-	-	-	-	-	-	543.460

a) Inclui o montante de 67.887 euros referentes à especialização de gastos

b) Inclui o montante de 5.395 euros referentes à especialização de gastos

c) Inclui o montante de 61.125 euros referentes à especialização de gastos

d) Inclui o montante de 2.898 euros referentes à especialização de rendimentos



Descrição	Natureza da Relação	2012										
		Inventários		Investimentos			Gastos			Rendimentos		
		Matérias Primas	Ativos Fixos Tangíveis	Fornecimentos e Serviços externos	Gastos com o Pessoal	Outros Gastos e Perdas	Gastos e Perdas de Financiamento	Vendas e Prestação de Serviços	Outros Rendimentos e Ganhos			
CP	A	23.355	-	4.512.078	a)	705.564	b)	303.481	801.495	c)	42.707.551	302.638
CP Carga	B	-	-	-	-	-	-	3.149	-	-	11.345.027	433.603
Fergráfica	B	-	375	-	-	-	-	-	-	-	-	312.800
Ecosaúde	B	700	-	1.660	-	80.527	-	-	-	-	-	250
Fernave	B	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.405	-
EMEF Internacional	A	-	-	-	-	-	-	443	-	-	6.911	2.287
EMEF/Siemens - ACE	A	-	-	-	-	-	-	1.896	-	-	2.503.661	614.489

a) Inclui o montante de 64.589 euros referentes à especialização de gastos

b) Inclui o montante de 17.925 euros referentes à especialização de gastos

c) Inclui o montante de 65.152 euros referentes à especialização de gastos

Por outro lado, o quadro seguinte regista as remunerações auferidas pelos membros do Conselho de Administração no período de 2013<sup>3</sup>:

Órgãos Sociais	Remuneração	Despesas de Representação	Abonos por Deslocação	Subsídio de Refeição Isento	Subsídio de Refeição Sujeito	Encargos Sociais	Código do Regime de Seg. Social
José Manuel Sancho Pontes Correia (Vogal)	8.207	3.313	685	310	330	2.977	Reg. 669

Foram ainda suportados os seguintes gastos com trabalhos especializados no período corrente:

Auditoria e consultoria Fiscal	
Auditoria Externa	10.648
Consultoria Fiscal	7.552
Orgão de Fiscalização	5.395

## 42. GARANTIAS BANCÁRIAS

Garantias Bancárias	31-12-2013	31-12-2012
Garantias bancárias recebidas	672.956	1.089.738
Garantias bancárias dadas	687.569	687.569
	<b>1.360.524</b>	<b>1.777.307</b>

<sup>3</sup> Cessação de funções em 14 de março de 2013.

Os compromissos acima identificados não constam das demonstrações financeiras apresentadas.

#### 43. LOCAÇÕES OPERACIONAIS

O total dos futuros pagamentos para as locações operacionais existentes à data de 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 são os que a seguir se apresentam:

Locações operacionais	31-12-2013	31-12-2012
Menos de um ano	56.761	48.507
Entre um e cinco anos	82.715	64.087
	<b>139.476</b>	<b>112.594</b>

#### 44. MATÉRIAS AMBIENTAIS

Durante o ano de 2013 foram desenvolvidas diversas ações com o envolvimento da Área de Segurança, Qualidade e Ambiente - SQA, com a colaboração quer dos responsáveis locais e com a intervenção do então Coordenador Geral do Ambiente da EMEF, das quais se destacam:

- A operacionalização de planos de monitorização e comunicação de dados às Entidades Oficiais, nomeadamente Planos de Gestão de Solventes, Registo Anual de Resíduos no portal SIRAPA (Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente) e monitorização de efluentes gasosos e líquidos;
- Ações de formação externas e internas (no Parque Oficial Centro), tendo em vista a futura qualificação de operadores de Gases Fluorados de Efeito de Estufa (GFEE);
- Consolidação e integração de informação para resposta ao inquérito anual do INE – “Gestão e Proteção do Ambiente”;
- Recolha e organização de dados para o Relatório de Sustentabilidade do Cliente CP;
- Colaboração na proposta para início do procedimento, via CCP, no âmbito de diálogo concorrencial, para subscrição de apólice de Seguro de Responsabilidade Ambiental.

Prosseguiu-se a monitorização e gestão do contrato global de resíduos, abrangendo todos os Órgãos oficiais da EMEF. A avaliação deste contrato/serviço continuou a revelar um desempenho positivo.

Como tem sido habitual, o programa anual de auditorias internas global, gerido pela SQA central, contemplou, para além da avaliação dos requisitos ligados à norma NP EN ISO 9001, NP 4427 e HST, também contemplou a avaliação de requisitos ambientais.

Foram desenvolvidas ações decorrentes dos “Acordos de Racionalização dos Consumos de Energia” (ARCE) aprovados pela DGEG (Direção Geral de Energia e Geologia), na sequência de auditorias energéticas antes realizadas por entidade oficialmente credenciada. Estes Acordos são aplicáveis às



instalações do Entroncamento e de Guifões e têm em vista aumentar a eficiência energética e cumprir a legislação aplicável.

No domínio de ambiente, durante o ano de 2013, registou-se um gasto de 75.978 euros onde cerca de:

- 90,5% Com atividades de gestão de resíduos (encaminhamento de resíduos para destino adequado e limpezas de ETAR e Separadores de Hidrocarbonetos);
- 8,6% Com a gestão das águas residuais (nomeadamente realização de análises a efluentes líquidos);
- 0,9% Com a gestão das emissões gasosas (caracterização de efluentes gasosos);
- Relativamente ao ano anterior, o valor gasto em matérias ambientais em 2013 diminui cerca de 8%, graças ao bom desempenho do contrato de gestão de resíduos.

#### 45. CONTINGÊNCIAS

Protocolarmente, acordaram o ML e a EMEF em 14 de maio de 2009, que o ML demoliria um edifício propriedade da EMEF para instalar o estaleiro de apoio às obras de construção da estação intermodal da Reboleira e, reconstruiria no prazo máximo de 6 meses após a conclusão da Estação, um edifício equivalente, assumindo todos os custos de reconstrução até ao montante de 2.250.000 euros. Estimava-se que a obra estivesse concluída em 30 de maio de 2012. Contudo, a obra está suspensa por indicação Governamental com vista à sua reavaliação por parte do Metropolitano de Lisboa, pelo que não é expectável que a construção venha a ocorrer dentro do prazo inicialmente previsto.

#### 46. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Não são conhecidos factos relevantes após o termo do período que possam ter impacto nos resultados apresentados.



Lisboa, 31 de março de 2014

**Diretora Financeira**

Dra Sónia Maria Vieira Caneira Cunha Leão

**Técnico Oficial de Contas**

Dra Paula Cristina Tavares Serra Ribeiro

**O Conselho de Administração**

**Presidente:**

Dra. Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

**Vogal:**

Dra. Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente



# RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO



## I. Missão, objetivos e Políticas

A EMEF tem como visão ser a referência nacional em material circulante ferroviário.

Tradicionalmente ligada ao setor dos transportes ferroviários, a EMEF assume a missão de criar valor para os clientes, colaboradores e acionista. É o reconhecimento da missão da empresa que a faz mover, que lhe confere sentido e que funciona como elemento agregador do esforço que cada um despende no seu dia-a-dia de trabalho.

A concretização daqueles objetivos latos, são vertidos em políticas enformadas por um conjunto de princípios traduzidos pelo:

- Desenvolvimento da atividade voltada para os clientes;
- Criação de condições de segurança para os trabalhadores e para o material circulante ferroviário;
- Proteção do ambiente;
- Gestão da atividade com alcance na sustentabilidade económico-financeira e continuidade das operações de modo independente.

No âmbito da estratégia definida para a empresa e, atendendo até à estratégia para o setor, em julho de 2013 procedeu-se à reorganização da empresa e da sua forma de gestão com base em 5 princípios, a saber:

- a. Orientação para o cliente e para o mercado – a empresa tem de estar orientada para o mercado e ser capaz de responder a nível nacional e internacional a novos desafios de negócio. Para isso é necessário construir uma forte dinâmica comercial e criar na restante estrutura as condições indispensáveis para acompanhar essa dinâmica, que passam pelo aumento da produtividade, da orientação para resultados, do alinhamento e cooperação e da flexibilidade;
- b. Aposta na competitividade – a EMEF para ser competitiva a nível global, terá de ser capaz de rentabilizar o know-how interno e simultaneamente aumentar a eficiência interna do seu processo de produção, otimizando procedimentos e racionalizando custos;
- c. Gestão por objetivos e orientação para resultados – terá também de ser introduzida uma dinâmica de gestão por objetivos e orientação para resultados, que permitam ter toda a organização alinhada com a estratégia da empresa;
- d. Alinhamento e cooperação – fomento de uma cultura de cooperação entre as diversas unidades orgânicas, em particular as áreas da produção pelas sinergias existentes;
- e. Flexibilidade – promoção de uma cultura mais dinâmica, flexível e adaptável à mudança. Este é um factor crítico de sucesso para o aumento da competitividade da empresa.

A reorganização acima referida decorreu de forma gradual e com estabilidade, encontrando-se sedimentada. Porém, os seus frutos só se poderão aferir a partir do próximo exercício económico.



Em termos de objetivos, foram monitorizados quatro indicadores globais que expressam, na sua globalidade, um desempenho acima da meta estabelecida.

Objetivo	Indicador	Fórmula de cálculo	Real	Meta	Desvio
Viabilidade económica	Taxa de rendibilidade dos ativos	Resultado Líquido / Ativo total *100	-0,08	-0,17	52%
Eficiência Produtiva	Produtividade do trabalho	Valor Acrescentado Bruto / Efetivo médio de Pessoal [10 <sup>3</sup> €]	26	25	6%
Qualidade Produtiva	Índice de Fiabilidade (global) - Nº incidentes por milhão de quilómetros	$\frac{\sum \text{do nº de incidentes do material circulante por milhão de kms (x10^6)}}{\sum \text{do nº de Km percorridos [MKm]}}$	5,7	5,9	-4%
Satisfação do Cliente	Índice de Indisponibilidade - Unidades de material circulante não disponíveis para Rotação	$(\text{Parque Operativo-Disponibilidade às 08:00h})/\text{Parque Afeto x 100 [\%]}$	3,4%	3,6%	-6%

Os fatores chave de que dependem os resultados da empresa são os seguintes:

- os resultados da EMEF dependem da continuidade da manutenção do mesmo nível de prestação de serviços e do seu pagamento atempado por parte dos seus clientes;
- a EMEF tem procurado alargar o âmbito da sua clientela e dos serviços que presta de forma a diminuir a dependência dos grandes operadores nacionais, com esse fito a EMEF tem participado em novos projetos fora do âmbito do setor, granjeando parcerias com intervenientes de relevo no setor internacional dos transportes e assume-se no mercado em concorrência com outros prestadores de serviços de manutenção, nacionais e estrangeiros;
- apesar dos constrangimentos da conjuntura socioeconómica atual e, bem assim, os inerentes à natureza pública desta empresa, a EMEF tem laborado no sentido de conseguir maior intervenção no mercado ferroviário internacional.

## II. Estrutura de capital

O capital social é de 8.100.000 euros, dividido e representado por 8.100.000 ações no valor nominal de um euro cada uma. O mesmo encontra-se integralmente realizado, em dinheiro e outros valores constantes da escrituração social. As ações serão nominativas ou ao portador, podendo ser escriturais ou representadas por títulos de 1, 5, 10, 50, 100, 500, 1.000 e 5.000 ações. As ações serão reciprocamente convertíveis, a pedido e por conta dos acionistas.

O titular das ações é a CP – Comboios de Portugal, EPE, inexistindo limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das mesmas.

Não existem acordos parassociais que restrinjam a sociedade.

### III. Participações sociais e obrigações detidas

No final de 2013, a EMEF tinha participação financeira nas seguintes entidades empresariais:

#### Participações Financeiras

Designação	EMEF
EMEF/SIEMENS ACE	51% do resultado líquido
NOMAD TECH	35% das quotas

O EMEF/SIEMENS ACE é um agrupamento complementar de empresas que foi constituído em 2009 pela EMEF e pela SIEMENS e tem por objeto a sinergia e otimização das atividades das entidades agrupadas no que respeita à manutenção das Locomotivas Elétricas LE5600 e LE4700, ao abrigo do Contrato entre o ACE e a CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

A NOMAD TECH é uma sociedade por quotas constituída em novembro de 2013 entre a EMEF e a NOMAD Digital com o objetivo de fornecer soluções de Telegestão Ferroviária – como a Manutenção Baseada na Condição (MBC) e Eficiência Energética – para o mercado ferroviário a nível mundial.

Refira-se a existência da EMEF Internacional, S.A. que foi constituída pela EMEF e CP para desenvolver a atividade de fabrico, reabilitação, reparação e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários numa perspetiva internacional. Esta empresa foi liquidada em 11 de junho de 2012 e cessou a atividade em 10 de maio de 2013.

Paralelamente a EMEF possui as seguintes participações de natureza associativa ou fundacional:

#### Entidades em que a EMEF é sócio efetivo ou fundador

Entidade	Ano adesão	Valor da participação	Observações
INEGI - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	2006	2.500	A EMEF é sócio efetivo do Instituto com a subscrição no montante de 2.500€, a que correspondem 500 unidades de participação.
FMNF - Fundação Museu Nacional Ferroviário	2007	31.944	A EMEF é entidade equiparada a fundador. A contribuição da EMEF foi em espécie, sob a forma da prestação do serviço de recuperação de placa giratória da rotunda de locomotivas.

#### Entidades em que a EMEF é associada

Entidade	Ano adesão	Fundamentação
NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém	1996	Em 4-Out-1996 a CE da EMEF deliberou autorizar a inscrição da EMEF nesta associação, pelo facto de a sede social da empresa se situar no Entroncamento e pelo facto de, com esta adesão a empresa ter acesso às vantagens de adesão automática à AIP, facilidade de acesso a fundos estruturais instituídos no QCA e empréstimos a juros bonificados através de protocolo celebrado com o BES
IPQ - Instituto Portugues para a qualidade	1995	A EMEF está inscrita atualmente como correspondente da Classe B. As vantagens são as seguintes: receção de normas gratuitas (portuguesas, europeias e ISO) que sejam emitidas em cada ano e descontos na aquisição de normas em geral; necessário para o Sistema de Gestão da Qualidade e Certificação do mesmo.
ANEME - Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas	2007	Em 1-Fev-2007 a CE da EMEF deliberou a reinscrição nesta Associação pelo facto de possibilitar o usufruto de vantagens na internacionalização, quer para a Argentina, quer para Moçambique.
APNCF - Associação Portuguesa para a Normalização e Certificação Ferroviária	1996	A EMEF é entidade equiparada a associado fundador.

Não foram prestadas a outras entidades quaisquer garantias financeiras nem foram assumidas dívidas ou passivos de outras entidades.

As relações significativas de natureza comercial existentes entre a EMEF e o acionista único (CP, EPE) são divulgadas no capítulo VII (transações com partes relacionadas e outras) deste relatório.

No que respeita aos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses e no estrito cumprimento dos princípios de bom governo das empresas públicas, previstos no DL 133/2013, mormente no seu artigo 51º, os Administradores da EMEF abstêm-se de intervir em decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente, as despesas por si realizadas são aprovadas por outro Administrador. Ainda, os Administradores da empresa não detêm quaisquer participações patrimoniais na mesma nem relações com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesses.

## IV. Órgãos sociais e comissões

### A. MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

#### Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Remuneração Anual (€)	
			Fixada (1)	Bruto Pago(€) (2)
2013-2015	Presidente	Maria Romana da Cunha Paulino Correia de Vasconcelos	0	0
	Secretário	Maria Filipa Alves Marvão Lucas Martins	0	0

(1) - Valor da Senha de presença fixada; (2) - Antes de reduções remuneratórias

Não existem deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada.

## B. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

A estrutura da administração e fiscalização da sociedade é composta por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

Os órgãos sociais são eleitos pela Assembleia Geral sem prejuízo de eventuais decisões da acionista única.

O Conselho de Administração é composto por dois membros executivos do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, E.P.E., eleitos em Assembleia Geral, por um período de três anos.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação Legal da atual Nomeação	Nº de Mandatos exercidos na sociedade	Observações
2013-2015	Presidente	Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	Deliberação da AG	1	Não remunerado
	Vogal	Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente	Deliberação da AG	1	Não remunerado
2012	Presidente	Alfredo Vicente Pereira	Deliberação da AG	1	Não remunerado
2010-2012	Vogal	José Manuel Sancho Pontes Correia	Deliberação da AG	1	

Na falta ou impedimento definitivos de qualquer administrador procede-se à cooptação de um substituto, a ratificar na seguinte Assembleia Geral. O mandato do novo administrador terminará no fim do período para o qual o administrador substituído tinha sido eleito.

## Curricula vitae resumidos

### ***DRA. CRISTINA MARIA DOS SANTOS PINTO DIAS (Presidente)***

Mestrado em Economia e Política da Energia e do Ambiente, ISEG, 1995, Licenciada em Economia pela Universidade Técnica de Lisboa, (ISEG), 1985-1990, e Pós-Graduação em Altos Estudos de Transportes no Instituto Superior de Transportes, ISTP, 1999-2000.

Vice-presidente do Conselho de Administração da Comboios de Portugal, E.P.E. desde fevereiro do corrente ano e Administradora na mesma empresa entre junho de 2010 e fevereiro 2013.

Atualmente os Pelouros sob sua responsabilidade direta são: Unidades de Negócio do Transporte Urbano, da CP Lisboa e da CP Porto, Direção dos Sistemas de Informação, Direção de Material e a Autoridade de Segurança da Exploração.

Presidente da EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamentos Ferroviários, SA, desde março de 2013

Presidente do TIP-Transportes Intermodais do Porto, ACE desde março de 2013.

Administradora na OTLIS-Operadores de Transportes da Região de Lisboa, desde julho 2010.

Exerceu o lugar de Diretora de Direção do Desenvolvimento Organizacional e Gestão da Mudança na CP (de Fevereiro 2005 a Junho 2010).



Membro do Conselho de Administração da Comissão Instaladora da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa (2004/2005).

Assessora para as áreas dos Transportes, Economia e Finanças do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação do XV Governo Constitucional – do Professor Doutor António Carmona Rodrigues (2003/2004).

Até 2004 foram exercidos vários cargos de direção em institutos e empresas públicas de relevo no contexto nacional.

Docente no Instituto Superior Economia e Gestão na pós-graduação Leadership & Management, na disciplina de Gestão da Mudança e autora de vários Artigos de opinião publicados no Caderno Mensal \_ Transporte Público-Mobilidade Inteligente, num jornal diário.

***DRA. MARIA ISABEL DE JESUS DA SILVA MARQUES VICENTE (Vogal)***

Licenciada em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).

Vogal executiva do Conselho de Administração da CP, EPE, com os pelouros económico e financeiro, desde fevereiro de 2013

Vogal executiva do Conselho de Administração da EMEF, SA; Administradora única da ECOSAÚDE, SA; Gerente da SAROS, Lda; Vogal do Conselho de Administração da FMNF, em representação da CP, EPE, desde março de 2013.

Vice-Presidente e Vogal do Conselho Diretivo do IMTT com os pelouros financeiro e de organização e gestão, entre outubro de 2007 e Fevereiro de 2012. No âmbito destas funções foi, por inerência, Vogal do Conselho Executivo da AMTL-IP.

Vice-Presidente do Conselho de Administração da Portugal Vela 2007, SA, empresa pública que organizou os campeonatos do mundo de vela, em 2007, com o pelouro financeiro e de organização de novembro de 2005 a outubro de 2007.

Chefe de Gabinete na Secretaria de Estado do Tesouro e das Finanças de março a julho de 2005.

Subdiretora Geral do Tesouro tendo sob a sua responsabilidade as funções do Departamento de Intervenção Financeira do Estado, designadamente, no âmbito do Setor Empresarial do Estado, de julho de 2001 a março de 2005.

Adjunta na Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças para a área do Setor Empresarial do Estado, de outubro de 2000 a julho de 2001.

Inspetora de Finanças na Inspeção Geral de Finanças, IGF, no serviço de Auditoria ao Setor Empresarial do Estado entre setembro de 1991 a outubro de 2000.

Inspetora Administrativa na Inspeção Geral da Administração do Território, IGAT, de 1988 a setembro de 1991.



Técnica Superior no Ministério das Finanças e do Plano, no Departamento Central de Planeamento de 1985 a 1988.

Funcionária administrativa na Direção Geral de Viação, de 1974 a 1985.

Na área académica, entre 1986 e 2011, foi docente no Instituto Superior de Novas Profissões, INP, atualmente incorporado no Instituto Superior de Gestão, tendo lecionado várias disciplinas da Área Financeira.

***DR. ALFREDO VICENTE PEREIRA (Presidente)***

Desde fevereiro 2012 a março de 2013 – Presidente do Conselho de Administração da EMEF. Licenciado em Economia em 1985 e mestrado em Economia (parte letiva) pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), pós-graduado em Modern Finance for the Global Executive (2002) pela Yale School, Connecticut, EUA, e em Management avance (1990) pelo HEC/CIFAG, Paris e Lisboa. Desde junho de 2010 é Vice-Presidente da CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

No seu percurso profissional, foi entre 2005 e junho 2010, Vice-Presidente da REFER, E.P.E. – gestão da infraestrutura ferroviária.

Anteriormente foi Vogal Executivo do Conselho de Administração do Hospital de Santa Maria, consultor no Hospital Pulido Valente, S.A., no quadro da transformação dos hospitais em S.A..

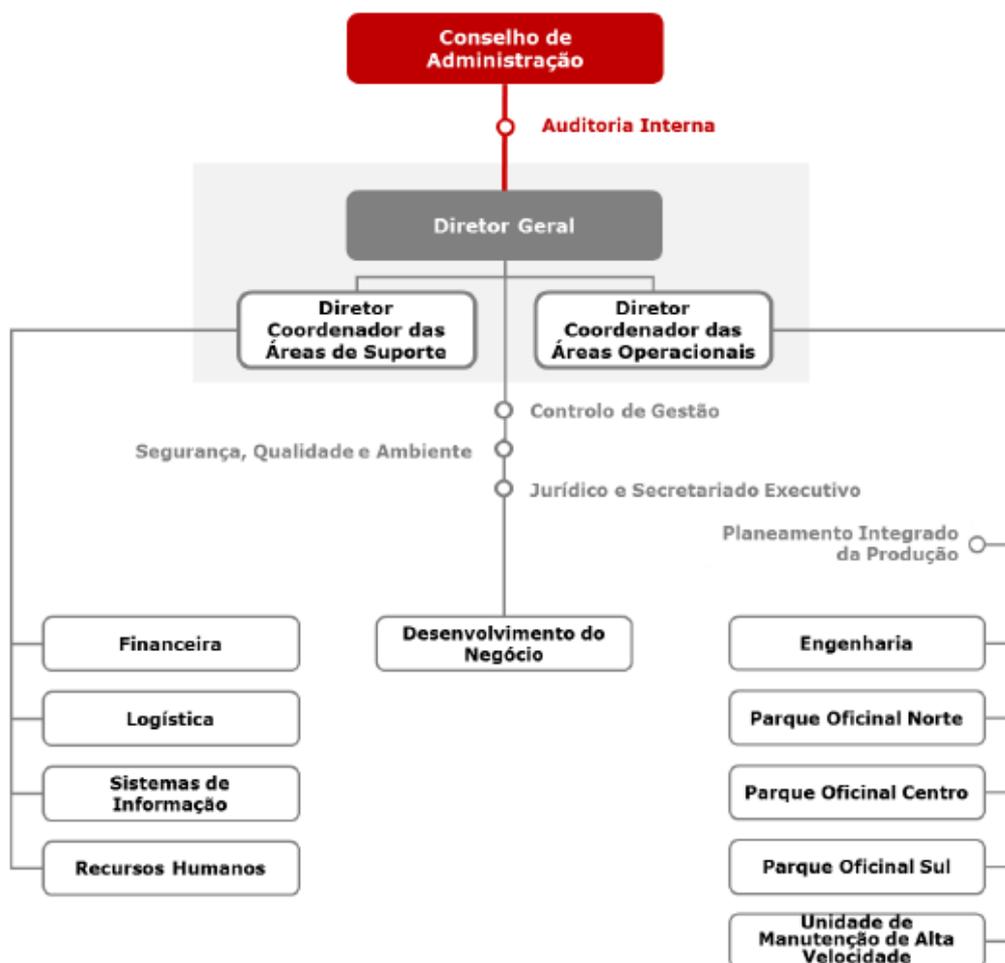
Enquanto Diretor Executivo das Águas de Portugal para o Brasil, foi Presidente das empresas PROLAGOS, Águas do Brasil. Assumiu também as funções de administrador executivo, nas empresas SPEL – Sociedade Portuguesa de Explosivos, na EGF, sub-holding da IPE para a área de Resíduos Sólidos Urbanos, na Fundação de Oeiras, na PESCRUL, na IPETEX, na COMETNA, sendo igualmente membro dos Conselhos de gestão da VALORSUL e da GENERG. Na área académica foi docente no ISEG, entre 1985 e 1988, e no Instituto Superior de Gestão (ISG) entre 1993 e 1999 e posteriormente entre 2003 e 2009 como professor convidado.

***ENG. JOSÉ MANUEL SANCHO PONTES CORREIA (Vogal)***

Desde junho de 2010 até março 2013 – Vogal Executivo do Conselho de Administração da EMEF. Licenciado em Engenharia Civil (Urbanização e Transportes), pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa.

No seu percurso profissional exerceu, entre outras, funções de Chefe do Serviço de Horários da CP, de representante da CP na Comissão de Horários da UIC e no Fórum Train-Europe, de Representante da CP e do Ministério dos Transportes na Comissão Permanente da Hora, de Responsável pela Equipa de Implementação do Serviço Alfa Pendular da CP, de Vogal da Comissão Executiva da UVIR (Unidade de Viagens Interurbanas e Regionais), de Responsável pela gestão das infraestruturas ferroviárias e projetos ramais, de Diretor Coordenador da CP – Longo Curso e de Representante na Comissão de Passageiros (UIC) e no Grupo de Trabalho de Passageiros (CER). Exerceu, ainda, funções de Administrador Executivo da empresa FERBRITAS, S.A., Empreendimentos Comerciais e Industriais e de Responsável técnico pela exploração e comercialização dos Agregados produzidos nas Pedreiras de Monte das Flores e Castelo Ventoso.

## Organograma da empresa



Foram realizadas pelo Conselho de Administração 45 reuniões durante o ano de 2013. A assiduidade dos membros do Conselho de Administração é muito elevada e todas as ausências estão justificadas.

Os atuais membros do Conselho de Administração da EMEF acumulam as funções de administradores da acionista, não sendo remunerados pela primeira.

O órgão da sociedade competente para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos é a Assembleia Geral e não existem critérios pré-determinados para a mesma avaliação.

Não existem comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados.

## C. FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da sociedade compete a um Conselho Fiscal composto por um presidente, dois vogais efetivos e um suplente e a um Revisor Oficial de Contas ou a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, todos eleitos, em Assembleia Geral, pelo período de um ano.

### Conselho Fiscal

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação Legal da atual Nomeação	Nº de Mandatos exercidos na sociedade	Observações
2013	Presidente	Arlindo José Crespo Rodrigues	Deliberação da AG	1	
	Vogal	Ana Maria dos Santos Malhó	Deliberação da AG	1	
	Vogal	Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro	Deliberação da AG	2	
	Suplente	Carla Manuela Serra Geraldes	Deliberação da AG	2	
2011-2012	Presidente	Alfeu Pimentel Saraiva	Deliberação da AG	1	
	Vogal	Marta Maria Alpoim de Sousa e Silva de Miranda Pereira	Deliberação da AG	1	

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Remuneração Anual	
			Fixada (1)	Bruto Pago(€) (2)
2013	Presidente	Arlindo José Crespo Rodrigues	0	0
	Vogal	Ana Maria dos Santos Malhó	0	0
	Vogal	Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro	0	0
	Suplente	Carla Manuela Serra Geraldes	0	0
2011-2012	Presidente	Alfeu Pimentel Saraiva	0	0
	Vogal	Marta Maria Alpoim de Sousa e Silva de Miranda Pereira	0	0

(1) - Valor bruto anual fixado; (2) - antes de reduções remuneratórias

## Curricula vitae resumidos

### **DR. ARLINDO JOSÉ CRESPO RODRIGUES (Presidente)**

Licenciado em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa, Pós-Graduação no âmbito da Função de Pessoal, ministrado pelo ex-Instituto para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos, atual Instituto Superior de Gestão e Frequência do 2.º Curso Geral de Gestão em 1989, ministrado pela Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Economia.

Presidente do Conselho Fiscal da EMEF e da CP Carga, desde março de 2013.

Exerceu diversas funções na CP, EPE, nomeadamente como Diretor responsável pela DCC - Direção de Contratualização, Compras e Serviços Gerais (abril de 2011 a março de 2013), Diretor-Coordenador da CP - Serviços (Unidade de Serviços Partilhados da CP) (2010 a março 2011), Membro da Direção Executiva da CP-Lisboa (2008 a 2010) e Vogal da Comissão Executiva da USGL – Unidade de Suburbanos da Grande Lisboa (2002 a 2008).

Representante da C.P. na OEINERGE (Agência Municipal de Energia e Ambiente de Oeiras) exercendo funções como Presidente do Conselho Fiscal da referida entidade (2010-2012).

Administrador-Delegado da SESI – Sociedade de Ensino Superior e Investigação, S.A., de 2001 a maio de 2002.



Vogal Executivo do Conselho de Administração da PEC-TEJO – Indústria de Produtos Pecuários de Lisboa e Setúbal, S.A, tendo exercido em acumulação funções de Vogal Não Executivo da PEC - Produtos Pecuários de Portugal, SGPS, de 1998 a 2001.

Administrador da PORTUCEL INDUSTRIAL – Empresa Produtora de Celulose, S.A. e PORTUCEL FLORESTAL – Empresa de Desenvolvimento Agro-Florestal, S.A., de 1997 a 1998.

Presidente da Mesa das Assembleias Gerais das Empresas: RAIZ – Instituto de Investigação da Floresta e Papel, Portucel Viana, Portucel Embalagem, Portucel Tejo, Portucel Recicla, Gescartão e Tecnocel, de 1995 a 1999.

Vogal do Conselho de Administração da Papéis INAPA, S.A. como representante da Portucel SGPS, de 1995 a 1997.

Administrador da PORTUCEL – Empresa de Celulose e Papel de Portugal, SGPS, S.A. – Empresa Holding do Grupo Portucel - bem como funções como Vogal dos Conselhos de Administração das Empresas: Portucel Industrial, Portucel Florestal e Gescartão, SGPS, S.A., de 1993 a 1997.

Presidente do Conselho de Administração da Companhia do Papel do Prado, em acumulação com os cargos no Grupo Portucel, de 1994 a 1997.

Administrador da DOCAPESCA, Portos e Lotas, S.A., de 1990 a 1993.

Vogal da Comissão de Gestão da DOCAPESCA/Sociedade Concessionária da Doca de Pesca de Pedrouços e do SLV – Serviço de Lotas e Vendagem, de 1988 a 1990.

Vogal do Conselho Fiscal das Companhias Reunidas de Congelados e Bacalhau, S. A. (C.R.C.B.S.A.), de 1986 a 1988.

Chefe de Gabinete do Secretário de Estado das Pescas, de 1985 a 1988.

Assessor no âmbito do Ministério do Mar em 1985.

#### ***DRA. ANA MARIA DOS SANTOS MALHÓ (VOGAL)***

Licenciada em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa, pós graduada em Corporate Finance pelo INGED-ISCTE Executive Education.

Vogal do Conselho Fiscal das empresas: EMEF- Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. e CP Carga – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadoria, S.A, desde março de 2013.

Diretora Financeira da CP, responsável pelas áreas de gestão financeira e tesouraria, desde 2011.

Responsável da Gestão Financeira - Finanças Corporativas com a missão de gerir os recursos financeiros e otimizar as condições de financiamento do Grupo, negociando condições de empréstimos e gerindo os contratos de financiamento e instrumentos de gestão de risco, de 2007 a 2011.



Responsável da Gestão Financeira do Curto Prazo do GGFC, assegurando os contactos com as Instituições Bancárias para a contração de empréstimos, visando a otimização dos recursos financeiros disponíveis, de 2003 a 2007.

Técnico Licenciado do Gabinete de Gestão Financeira, participando na montagem de operações de financiamento externo e gerindo e controlando os diversos contratos de financiamento e contratos derivados, de 1998 a 2003.

Desempenhou funções de análise e avaliação de crédito na CETELEM- Sociedade Financeira de Aquisição a Crédito, de 1996 a 1998.

Membro do Board of Directors da Eurofima - European Company for the Financing of Railroad Rolling Stock.

***DR. JOAQUIM EDUARDO PINTO RIBEIRO (VOGAL)***

Mestre em Contabilidade pelo Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (pré-Bolonha), Licenciado em Contabilidade e Administração pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, ramo de Auditoria. Em 2010/2011 frequentou ainda a pós-graduação em direito da Empresas pela Universidade de Coimbra.

Revisor Oficial de Contas desde 1997, Certified Public Accountant (CPA), inscrito no Estado do Colorado, USA, desde 2009 e Chartered Accountant (ACA) no Reino Unido e no país de Gales desde 2013. Técnico Oficial de Contas desde 1992.

Desenvolveu a sua atividade em multinacionais de auditoria, com diferentes graus de responsabilidade onde adquiriu uma experiência de 24 anos em auditoria, dos quais 16 como Revisor Oficial de Contas, desempenhando as suas funções em algumas das maiores empresas nacionais e internacionais, distribuídas por vários setores de atividade.

O Conselho Fiscal é um órgão independente da administração e o seu funcionamento e funções estão definidos nos estatutos da Empresa.

O atual Conselho foi eleito na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 15 de março de 2013, tendo, no período em causa, reunido por 4 vezes com a presença de todos os seus membros.

Para além disso os seus membros, individualmente ou em conjunto, têm acompanhado a atividade da Empresa, nomeadamente através da leitura das atas do Conselho de Administração e relatórios da situação financeira e contabilísticos enviados pela mesma. Têm acompanhado o andamento dos trabalhos de auditoria e revisão.

Também analisaram e deram parecer sobre o PAO (Plano de Atividades Operacional) elaborado pela Empresa para 2014.



Seguiram de perto a questão relacionada com o desenvolvimento da nova política contabilística dos inventários, nomeadamente os critérios da sua contabilização e apuramento de imparidades e impacto nas demonstrações financeiras do ano.

#### D. REVISOR OFICIAL DE CONTAS (ROC)

A EMEF tem como revisor oficial de contas a empresa Horwath & Associados, SROC, Lda., inscrita na OROC com o n.º 186 e registado na CMVM com o n.º 9171, e é representada pela senhora Dra. Sónia Bulhões Costa Matos Lourosa, ROC n.º 1128.

A sociedade Horwath & Associados, SROC, Lda foi nomeada como SROC responsável pela Certificação Legal de Contas pela primeira vez em Assembleia Geral de 30/03/2012 até ao fim do mandato que terminou em 31/12/2012 e veio a ser reeleita em 15/3/2013 para o exercício de 2013.

Cabe especialmente ao Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, além das competências constantes da lei, proceder a todos os exames e verificações necessárias à revisão e certificação legal das contas.

A sociedade Horwath & Associados, SROC, para além de responsável pela revisão e certificação legal de contas da EMEF e de outras empresas do Grupo CP, presta serviços de auditoria às contas individuais da CP e das empresas do Grupo CP, bem como às contas consolidadas da CP para os exercícios de 2011 a 2013.

#### ROC

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação Legal da atual Nomeação	Nº de Mandatos exercidos na sociedade	Observações
2013	SROC	Horwath & Associados, SROC, Lda		2	

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Remuneração Anual	
			Fixada (1)	Bruto Pago(€) (2)
2013	SROC	Horwath & Associados, SROC, Lda	5.395	5.395

(1) - Valor bruto anual fixado; (2) - antes de reduções remuneratórias

O valor atual foi resultado de concurso público cujo critério de adjudicação foi o preço mais baixo e que o valor não sofreu qualquer incremento face ao ano anterior (2012). Refira-se que até ao ano 2010 o valor pago à SROC responsável pela certificação legal de contas ascendeu a 7.500€.

#### E. AUDITOR EXTERNO

Tal como anteriormente referido, a EMEF tem como auditor externo a empresa Horwath & Associados, SROC, Lda., inscrito na OROC com o n.º 186 e registado na CMVM com o n.º 9171, e é representada pela senhora Dra. Sónia Bulhões Costa Matos Lourosa, ROC n.º 1128.



O montante da remuneração anual paga em 2013 foi o seguinte:

Remunerações paga à SROC (inclui contas individuais e consolidadas)	(€)	(%)
Valor dos Serviços de revisão de contas	5.395	34%
Valor dos Serviços de consultoria fiscal	0	0%
Valor de outros serviços que não revisão de contas	10.648	66%
<b>Total pago pela empresa à SROC</b>	<b>16.043</b>	

Esta empresa não presta serviços de auditoria a qualquer das entidades participadas pela EMEF.

Quanto aos valores pagos por entidades que integram o grupo CP a informação pode ser consultada no Relatório & Contas da CP, empresa mãe.

## V. Organização interna

### A. ESTATUTOS E COMUNICAÇÕES

Os estatutos são alterados por decisão do acionista único.

### B. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

Para além de um modelo de governo que se descreveu anteriormente, a EMEF dispõe de:

- Organigrama, missão e atribuições de cada órgão e delegação de poderes;
- Conjunto de normas internas integradas no sistema da qualidade, bem como outras, relativas nomeadamente a controlo interno, não integradas nesse sistema;
- Auditoria interna

As áreas funcionais de Auditoria Interna e Gestão de Risco são asseguradas pela empresa mãe através do seu Gabinete de Auditoria Interna, Avaliação de Risco, Qualidade e Ambiente, cujo âmbito abrange o Grupo CP;

- Controlo de Gestão

Uma das alterações promovidas pelo novo modelo organizacional da empresa foi a criação de uma Área de Controlo de Gestão, na dependência direta do Diretor Geral, dedicada à monitorização constante da atividade da EMEF e cujas principais atribuições são as seguintes:



- a. elaborar o Plano anual da empresa, envolvendo a definição de programas e ações, em estreita colaboração com as diferentes áreas e unidades organizativas;
- b. assegurar o controlo de execução dos programas e orçamentos aprovados procedendo à análise dos respetivos desvios e identificando as situações que requerem medidas corretivas;
- c. acompanhar a execução anual do Plano de Empresa, visando o conhecimento atempado do grau de realização das atividades programadas e dos orçamentos e identificando as situações que requerem a tomada de medidas corretivas e/ou adicionais para fazer face aos desvios que importa gerir;
- d. assegurar a produção e distribuição de relatórios periódicos normalizados sobre a execução física e orçamental da empresa e de cada unidade orgânica.

São ainda efetuadas atividades de controlo, nomeadamente nas contagens físicas de inventários e nas operações de abate de inventários e de ativos fixos tangíveis da empresa.

A atividade da EMEF está exposta aos fatores de risco inerentes, como sejam, o risco de crédito e de liquidez e o risco de taxa de juro, associado aos fluxos de caixa, decorrentes de financiamentos obtidos, não oferecendo no entanto riscos financeiros relevantes.

A gestão do risco é conduzida em conformidade com as determinações do Despacho 101/09 – SETF e com base em princípios de preservação de autonomia financeira da empresa, potenciadora do seu equilíbrio financeiro e da remuneração do capital.

## C. REGULAMENTOS E CÓDIGOS

A empresa, para além da legislação geral aplicável às sociedades comerciais de atividade industrial e empresas públicas, rege-se por um conjunto alargado de regulamentos, de que se salientam os seguintes:

### **Regulamentos Internos**

1. Estatutos da Sociedade
2. Acordos de Empresa
3. Código de Ética
4. Regulamento de funcionamento interno da Comissão de Ética
5. Manual da Qualidade
6. Política da Qualidade Ambiente e Segurança



7. Procedimentos Funcionais do Ambiente
8. Procedimentos Funcionais da Qualidade
9. Manual de Recursos Humanos
10. Política de Recursos Humanos
11. Procedimentos de Recursos Humanos
12. Regulamento de Categorias Profissionais
13. Regulamento de Gestão da Frota Automóvel
14. Condições Gerais de Aquisição de Bens e Serviços
15. Regulamento de Controlo de Alcoolémia
16. Manual de Procedimentos de Segurança e Higiene no Trabalho

#### **Regulamentos Externos**

1. Portaria 53/71 de 3 de fevereiro - alterada pela Portaria n.º 702/80 de 22 de setembro - Regulamento geral de segurança, higiene e saúde no trabalho nos estabelecimentos industriais, e outros regulamentos relacionados de vários âmbitos (ruído laboral, substâncias químicas, segurança contra incêndios, equipamentos de trabalho ...)
2. Decreto-Lei 243/86 de 20 de Agosto - Regulamento Geral de Higiene e Segurança do Trabalho nos Estabelecimentos Comerciais, de Escritórios e Serviços, e outros regulamentos relacionados (equipamentos dotados de visor, segurança contra incêndios, ...)
3. Decreto-Lei n.º 78/2004, de 03 de abril - Regime de prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera
4. Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, com as alterações previstas no Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho - Regime geral de gestão de resíduos
5. Decreto-lei n.º 09/2007, de 17 de janeiro - Regulamento geral do ruído
6. Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março - Estatuto do Gestor Público
7. Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro - Código dos Contratos Públicos
8. Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de abril - Regula o sistema de gestão dos consumos intensivos de energia
9. Decreto-lei n.º 147/2008, de 29 de julho - Regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais
10. Despacho n.º 438/10-STEF, de 10 de maio - Orientações relativas à aquisição de serviços de valor superior a € 125.000,00 e à aplicação das normas de contratação pública
11. Decreto-Lei n.º 27/2011 de 17 de Fevereiro condições técnicas que contribuem para o aumento da segurança do sistema ferroviário e de circulação segura



12. Regulamento (UE) n.º 445/2011 da Comissão, de 10 de maio - Sistema de certificação das entidades responsáveis pela manutenção de vagões de mercadorias
13. Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho - Altera e Republica a Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro - Gestão das Águas superficiais e subterrâneas.
14. Decreto-Lei n.º 169/2012 de 1 de Agosto - Sistema da Indústria Responsável (SIR)
15. Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro - revogou o Decreto-Lei n.º 558/99 -Regime jurídico do Setor público empresarial e empresas públicas e a Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março - Princípios do bom governo das empresas do setor empresarial do Estado
16. Lei n.º 3/2014 de 28 de janeiro - republica a Lei n.º 102/2009 de 10 de setembro - Regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, com enquadramento no Código do Trabalho, e outros regulamentos relacionados

#### **Código de Ética**

A EMEF orienta a sua atividade com total respeito pelos princípios da responsabilidade social e do desenvolvimento sustentado. Neste sentido, a adoção de comportamentos eticamente corretos e referencia indeclinável no plano interno e no relacionamento com Clientes, Fornecedores e com a comunidade em geral.

O Código de Ética consubstancia a assunção de um conjunto de Valores e Princípios que definem padrões de comportamento, moldam a identidade e imagem da EMEF e são a referência para todos aqueles que, direta ou indiretamente com ela contactam.

Mereceu parecer favorável da Comissão de Trabalhadores da EMEF, foi publicitado junto dos trabalhadores e enviado a Autoridade para as Condições do Trabalho, nos termos da Lei, pelo que constitui regulamento interno da Empresa.

O Código de Ética e, assim, entendido e assumido como um compromisso, por todos os colaboradores e órgãos sociais da EMEF, sem exceção. Aplica-se a todos os colaboradores da EMEF, independentemente do seu vínculo laboral e da posição hierárquica que ocupem.

#### **D. SÍTIO DA INTERNET**

E disponibilizada no site da EMEF a seguinte informação:



Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	x			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	x			
Organigrama	x			
Orgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identificação dos órgãos sociais	x			Disponível no R&C
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	x			Disponível no R&C
Identificação de comissões existentes na sociedade	x			Disponível no R&C
Identificar sistemas de controlo de riscos	x			Disponível no R&C
Remuneração dos órgãos sociais	x			Disponível no R&C
Regulamentos Internos e Externos	x			Disponível no R&C
Transacções fora das condições de mercado			x	
Transacções relevantes com entidades relacionadas	x			Disponível no R&C
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	x			Disponível no R&C
Código de Ética	x			
Relatório e Contas	x			
Provedor do cliente			x	

Legenda: S – Sim; N – Não; N.A. – Não aplicável

## VI. Remunerações

### A. COMPETÊNCIAS PARA A DETERMINAÇÃO

A competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais é da Assembleia Geral.

### B. COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES

Não existe uma comissão de fixação de remunerações.

### C. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

Atendendo ao facto de os membros dos órgãos sociais exercerem funções na empresa mãe estes não são remunerados exceto quanto ao ROC – Horwath & Associados, SROC, Lda - cujos honorários são de valor anual de 5.395€ nos termos do respetivo contrato de prestação de serviços.

### D. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

O montante anual da remuneração auferida pelos membros dos órgãos de administração da sociedade pode ser consultado no Relatório & Contas da CP, empresa mãe.

## VII. Transações com partes relacionadas e outras

As transações com entidades relacionadas foram as seguintes:

### Informação sobre transações relevantes com entidades relacionadas

(euros)

Empresa	Aquisições de Bens e Serviços	Vendas, Prestação de Serviços e Outros Rendimentos
CP, EPE	5.928.718	36.610.747
CP CARGA	287.733	4.967.729
ECOSAÚDE	75.275	0
FERNAVE	1.405	2.303
EMEF INTERNACIONAL	199	0
EMEF/SIEMENS, ACE	32.703	3.181.681
NOMAD TECH	0	543.460

As transações são suportadas por contratos celebrados entre as partes, encomendas, faturação e seu pagamento/recebimento. São organizadas reuniões entre as partes para avaliação do nível de cumprimento das respetivas obrigações.

Apesar de não se encontrar legalmente vinculada à aplicação dos procedimentos pré-contratuais previstos no CCP, a EMEF desde 2011 que cumpre instrução da tutela no sentido de aplicar os mesmos procedimentos nas suas aquisições, sejam de bens, sejam de serviços e, bem assim, na celebração de contratos de empreitada. O mesmo sucedeu em 2013, não obstante a aplicação das regras do CCP se afigurar contraproducente para atividade comercial da EMEF por vários motivos, dos quais se destacam: (i) impossibilidade de garantir aos seus clientes tempos de aprovisionamento úteis; (ii) impossibilidade de firmar preços para apresentação de propostas aos potenciais clientes, porquanto a aquisição dos materiais só pode depender de subsequentes concursos públicos, cujos tempos de conclusão e resultados são sempre imprevisíveis; (iii) a publicitação dos critérios técnicos de escolha de determinados fornecedores permitem a estes aumentar os seus preços com prejuízo para a EMEF; e (iv) a recusa de vários fornecedores internacionais em cumprir as obrigações de prestação de caução, ou mesmo de inscrição na plataforma eletrónica, origina o aparecimento de intermediários com necessário aumento de preços para a EMEF.

No cumprimento dos preceitos aplicáveis, as adjudicações realizadas foram publicitadas nos termos e pelos meios legalmente estabelecidos.

A empresa tem instituídos procedimentos internos de contratação estabelecidos na delegação de poderes e funções relativas à autorização de despesa.



Não se praticou qualquer ato ou celebrou qualquer contrato de valor superior a 5 M€.

Os fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos são os seguintes:

(euros)

Empresa	Valores sem IVA
CP, EPE	4.581.114
REFER PATRIMÓNIO - ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO IMOBILIÁRIA SA	663.786
VADECA AMBIENTE - PRESERVAÇÃO E CONTROLE SA	530.759
CHARON - PRESTACAO SERVICOS DE SEGURANCA E VIGILANCIA SA	519.716

## VIII. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental

### *Responsabilidade económica*

No desenvolvimento da atividade no ano de 2013, a EMEF deu continuidade ao cumprimento de critérios de eficiência quer através duma expressiva contenção de gastos, quer através de uma criteriosa racionalização de recursos, processos e procedimentos bem como diligenciou no sentido de desenvolver o mercado externo e interno.

### *Responsabilidade ambiental*

A EMEF garante o seu compromisso com o Ambiente através da sua Política de Qualidade, Ambiente e Segurança, possuindo um Sistema de Gestão da Qualidade certificado desde o ano de 2000 conforme norma NP EN ISO 9001.

De forma a dar cumprimento ao acima exposto, o programa anual de auditorias internas global contemplou, para além dos requisitos ligados às normas NP EN ISO 9001, NP 4427 e à Segurança Ocupacional, também a avaliação de requisitos de Gestão Ambiental, contribuindo para a melhoria do desempenho ambiental da EMEF.

Durante o ano de 2013 foram desenvolvidas diversas ações envolvendo quer a Área de Segurança, Qualidade e Ambiente central, quer os responsáveis locais, com intervenção do então Coordenador Geral do Ambiente da EMEF. Destacam-se as seguintes:

- Gestão de resíduos

Monitorização e gestão do contrato global de resíduos em vigor, abrangendo todos os Órgãos oficiais da EMEF. A avaliação deste contrato/serviço feita até ao momento, continuou a revelar um desempenho positivo com visível melhoria face à situação antes existente.

O contrato mencionado tinha data de término em Setembro de 2013, tendo existido prorrogação da vigência do mesmo até à finalização de novo processo de concurso público para a gestão dos resíduos.

- Monitorização de efluentes líquidos e gasosos

A nível local, procedeu-se à monitorização dos efluentes líquidos e gasosos, prevista em procedimentos de ambiente e em requisitos legais, tendo sido tomadas medidas corretivas, sempre que necessário.

- Sistema de gestão de consumos intensivos de energia (SGCIE)

Em 2013 foram desenvolvidas ações decorrentes dos “Acordos de Racionalização dos Consumos de Energia” (ARCE) aprovados pela DGEG (Direção Geral de Energia e Geologia), na sequência de auditorias energéticas antes realizadas por entidade oficialmente credenciada. Estes Acordos são aplicáveis às instalações do Entroncamento e de Guifões e têm em vista aumentar a eficiência energética e a cumprir a legislação aplicável. Foram ainda realizados os REP – Relatórios de Execução e Progresso referentes aos anos 2011 – 2012. Estes relatórios foram entregues e aprovados pelas entidades oficiais.

- Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior

Após medições realizadas em 2013, na sequência de trabalho de contratação e desenvolvimento de processo pelo ex-GGOP, foi recebido na EMEF o certificado de Desempenho Energético e da Qualidade do Ar Interior do edifício da Reboleira, com a etiqueta de desempenho energético B- (o melhor desempenho corresponde à classe A+, seguidas das classes A, B, B- e seguintes).

- Gestão dos fluidos dos equipamentos de ar condicionado

Foram realizadas ações de formação externas e internas (no POC), tendo em vista a futura qualificação de operadores de Gases Fluorados de Efeito de Estufa (GFEE).

- Comunicação interna e externa

Difusão interna de legislação ambiental.

Integração de dados para inquérito do INE “Gestão e Proteção do Ambiente 2012”.

Consolidação e comunicação de dados destinados ao relatório de sustentabilidade da CP, EPE.

## Responsabilidade Social

### Princípio da Igualdade de Género

O Código de Ética reprovava de forma expressa qualquer tipo de discriminação, de coação ou de assédio nomeadamente em razão do sexo e existe uma Comissão de Ética à qual pode ser reportada qualquer ocorrência, reclamação ou situação irregular que possa constituir violação das normas constantes do mesmo Código.

O processo de recrutamento externo garante a igualdade de oportunidade e de tratamento a todos os candidatos.

Na EMEF as políticas salariais e de formação têm presente o princípio da não discriminação entre mulheres e homens.

As competências dos colaboradores e das colaboradoras da EMEF são reconhecidas de modo igual nos processos de promoção e progressão na carreira e acesso a cargos direção ou de chefia.

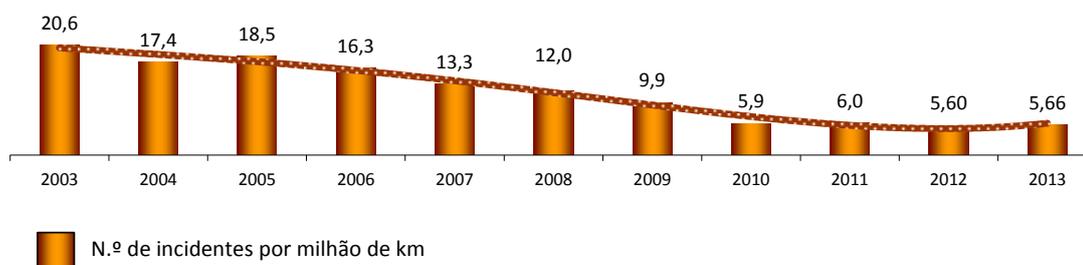
Em termos absolutos o número de mulheres em cargos de chefia desceu em 2013, relativamente a 2012, porém, percentualmente verificou-se uma subida. Tal subida percentual, ilustrada no mapa seguinte, decorre da diminuição dos cargos de chefia da Empresa em consequência da reorganização implementada.

Nível de qualificação	Sexo								Total	
	Feminino				Masculino					
	2012	%	2013	%	2012	%	2013	%	2012	2013
Quadros superiores	26	22%	27	24%	90	78%	85	76%	116	112
<i>Diretores</i>	<b>3</b>	<b>18%</b>	<b>3</b>	<b>18%</b>	<b>14</b>	<b>82%</b>	<b>14</b>	<b>82%</b>	<b>17</b>	<b>17</b>
<i>Chefes de Área</i>	<b>13</b>	<b>24%</b>	<b>9</b>	<b>36%</b>	<b>41</b>	<b>76%</b>	<b>16</b>	<b>64%</b>	<b>54</b>	<b>25</b>
Quadros intermédios	0	0%	0	0%	105	100%	97	100%	105	97
Profissionais altamente qualificados e qualificados	21	2%	22	3%	866	98%	836	97%	887	858
Profissionais semiqualeificados	1	100%	1	100%	0	0%	0	0%	1	1
Profissionais não qualificados	0	0%	0	0%	1	100%	1	100%	1	1
<b>Totais</b>	<b>48</b>	<b>4%</b>	<b>50</b>	<b>5%</b>	<b>1.062</b>	<b>96%</b>	<b>1019</b>	<b>95%</b>	<b>1.110</b>	<b>1.069</b>

### Apoio a clientes e grau de satisfação

Em 2013, a fiabilidade média do material circulante motor (Incidentes/milhão de Km cuja responsabilidade foi considerada da EMEF) diminuiu cerca de 1% face a 2012, mas que se traduz num aumento de apenas 0,06 incidentes por milhão de quilómetros.

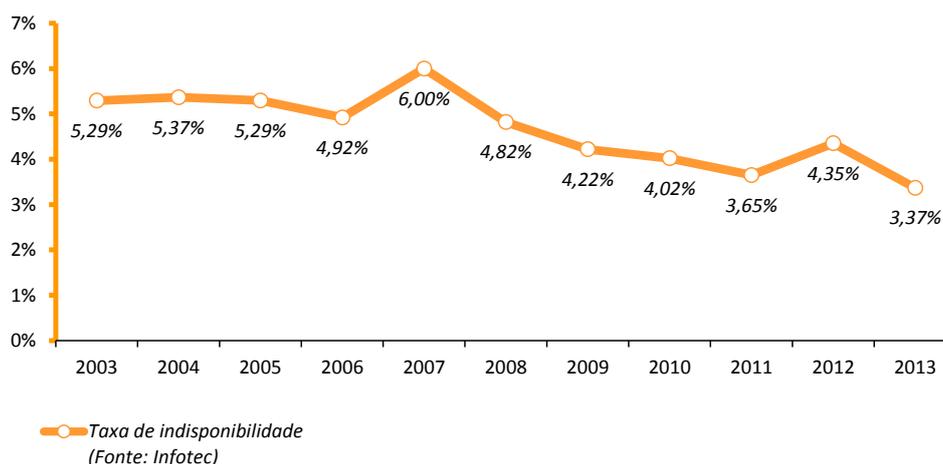
### Fiabilidade global EMEF, por ano



NOTA: Dados do portal INFOTEC registados como “incidentes”. Não se encontram contabilizados os incidentes e quilómetros percorridos relativos a unidades de material circulante que se encontrem em período de garantia do fabricante, nem os relativos a locotratores e ao material rebocado de passageiros e mercadorias.

A (in)disponibilidade está associada à “capacidade de resposta” da EMEF em entregar diariamente as unidades de material circulante necessárias à prestação do Serviço de transporte pelo Cliente. Em 2013 verifica-se uma descida de cerca de 0,98% face a 2012, sendo o valor mais baixo (melhor) dos últimos 10 anos. Estes dados são continuamente monitorizados pela EMEF, com vista a identificar necessidades de melhorias e à disponibilização do material circulante de acordo com as necessidades dos Clientes.

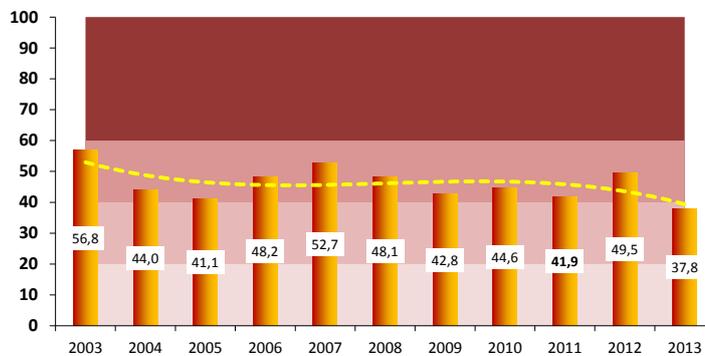
### Indisponibilidade global EMEF, por ano



### Higiene e Segurança no trabalho

As figuras seguintes apresentam a evolução dos valores anuais, dos últimos 10 anos, de alguns dos mais relevantes indicadores de acidentes de trabalho.

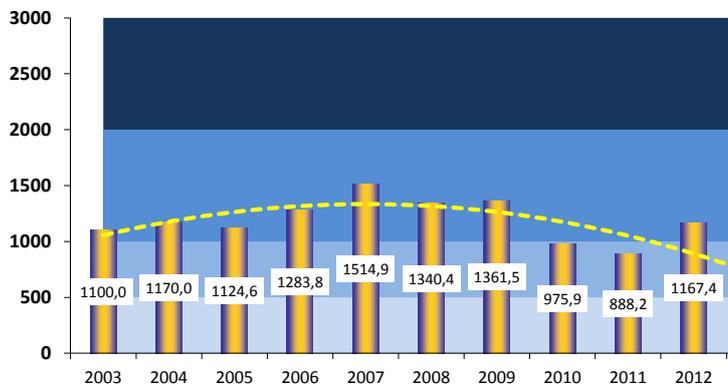
Evolução do Índice de Frequência (If) da EMEF  
2003 - 2013



$$If = \frac{(n^{\circ}. \text{acidentes com baixa}) \times 10^6}{n^{\circ}. \text{horas homem trabalhadas}}$$

- Nível de If Mau (Classificação Organização Mundial de Saúde)
- Nível de If Médio
- Nível de If Bom
- Nível de If Muito bom
- Índice de frequência (global)
- Linha de tendência

Evolução do Índice de Gravidade (Ig) da EMEF  
2003 - 2013



$$Ig = \frac{(n^{\circ}. \text{dias úteis perdidos}) \times 10^6}{n^{\circ}. \text{horas homem trabalhadas}}$$

- Nível de Ig Mau (classificação Organização Mundial de Saúde)
- Nível de Ig Médio
- Nível de Ig Bom
- Nível de Ig Muito bom
- Índice de gravidade (global)
- Linha de tendência

Desde 2005 até 2013, verificou-se alguma oscilação nos valores dos indicadores dos índices de frequência (If) e de gravidade (Ig), mas com tendência global de melhoria.

Estes índices, em 2013, apresentaram o melhor valor dos últimos 10 anos.

Em 2013, o índice de frequência e o índice de gravidade melhoraram cerca de 23,7% e de 47,6% respectivamente em relação a 2012.

Embora o número médio de horas trabalhadas por trabalhador tenha aumentado 4,4% em 2013 face a 2012 e por isso tenha aumentado a sua exposição aos riscos do trabalho, por outro lado o n.º global de horas trabalhadas e o n.º de acidentes de trabalho diminuíram respetivamente 2,8% e 16,4% face a 2012.

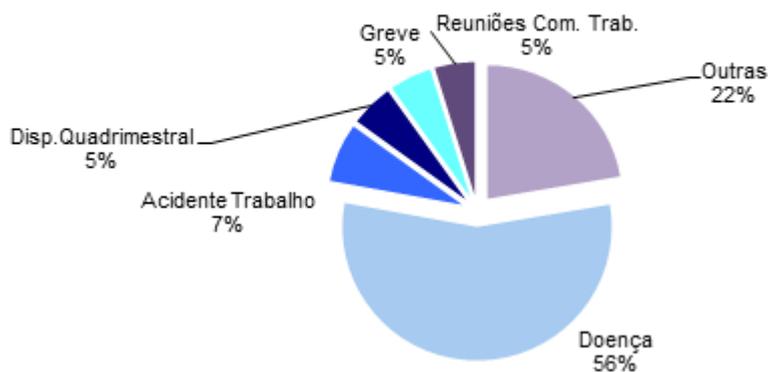
O índice de avaliação da gravidade (Iag) reflete o n.º de dias úteis perdidos, em média, por acidente de trabalho. O valor deste índice, em 2013, é também o melhor dos últimos 10 anos, apresentando uma diminuição média de 7,4 dias de baixa por acidente de trabalho, face ao valor de 2012.

### *Gestão do capital humano*

#### **Absentismo**

Em 2013 o absentismo situou-se nos 6,83%, descendo 0,77 relativamente a 2012. A principal causa do absentismo na EMEF continuou a ser a *doença*, tendo subido relativamente ao ano transato. Em contrapartida, verificou-se uma descida acentuada na causa “acidente de trabalho”.

**Motivos de Absentismo  
2013**



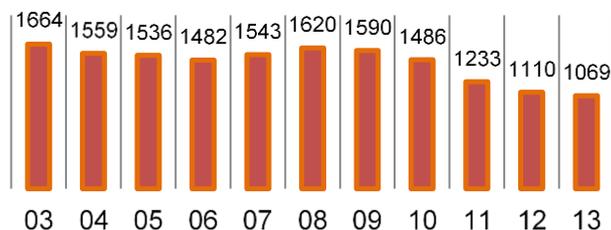
#### **Empregabilidade**

Durante o ano de 2013 continuou o ajustamento dos recursos humanos à carga de trabalho e à reorganização operada na Empresa.

Em 31 de Dezembro de 2013 o efetivo da EMEF situou-se nos 1069 colaboradores, dos quais 95% eram homens e 5% eram mulheres.

A evolução do efetivo na última década foi a seguinte:

### Evolução do Efetivo



Ano	Homens	Mulheres
2012	1.062	48
2013	1.019	50

Na mesma data todos os colaboradores da EMEF estavam a ela vinculados através de contrato de trabalho sem termo, existindo, ainda, 13 colaboradores com contrato de cedência ocasional, 1 trabalhador com acordo de comissão de serviço e outro com acordo de cedência de interesse público, entrados no decurso de 2013 no âmbito da reorganização da Empresa.

### Vínculo Laboral

	2012				2013			
	Homens	Mulheres	TOTAL	%	Homens	Mulheres	TOTAL	%
Contrato de trabalho sem termo - colaboradores (as) admitidos (as) diretamente para a EMEF	420	24	444	40,00%	403	21	424	39,70%
Contrato de trabalho sem termo - colaboradores (as) transitados (as) da CP para a EMEF	640	24	664	59,80%	607	23	630	58,90%
Trabalhadores Cedidos/Comissão de Serviço/Cedência de Interesse Público	1	0	1	0,10%	9	6	15	1,40%
Contrato de Trabalho a termo	1	0	1	0,10%	0	0	0	0,00%
<b>Total</b>	<b>1062</b>	<b>48</b>	<b>1110</b>	<b>100,00%</b>	<b>1019</b>	<b>50</b>	<b>1069</b>	<b>100,00%</b>

Continuou a verificar-se em 2013 uma diminuição do efetivo com ajustamento progressivo à diminuição da carga de trabalho. Saíram da Empresa 54 trabalhadores, 21 dos quais por mútuo acordo, 13 por transmissão da posição contratual para a Nomad Tech e os restantes pelos motivos detalhados no quadro seguinte.

### Motivo das Saídas 2013

	2012			2013		
	Homens	Mulheres	TOTAL	Homens	Mulheres	TOTAL
Caducidade Cont.Ced.Temp.Ocas.	0	1	1	1	0	1
Denúncia-Cess.p/Iniciativ.Trab	15	1	16	7	1	8
Falecimento	0	0	0	3	0	3
Reforma por Invalidez (+2/3)	5	0	5	6	0	6
Reforma por Velhice (normal)	0	0	0	2	0	2
Revogação p/ Mútuo Acordo	82	4	86	20	1	21
Transmissão Posição Contratual	0	0	0	11	2	13
Caducidade CT a Termo	16	0	16	0	0	0
<b>Total</b>	<b>118</b>	<b>6</b>	<b>124</b>	<b>50</b>	<b>4</b>	<b>54</b>

A idade média situou-se nos 46,5 anos e a antiguidade média nos 23,4 anos. Ambas subiram cerca de um ano relativamente a 2012.

### Idade Média

	2012			2013		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Colaboradores (as) admitidos (as) diretamente para a EMEF	38,3	35,1	35,3	36,2	40,5	36,5
Colaboradores (as) transitados (as) da CP para a EMEF	55,1	52,5	52,6	53,3	56	53,4
Colaboradores (as) Cedidos/Comissão de Serviço/Cedência de Interesse Público	50	0	50	47,9	41,2	45,3
<b>Total</b>	<b>46,7</b>	<b>45,6</b>	<b>45,7</b>	<b>46,5</b>	<b>47,7</b>	<b>46,5</b>

### Antiguidade Média

	2012			2013		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Colaboradores (as) admitidos (as) diretamente para a EMEF	9,8	9,4	9,8	10,9	10,6	10,9
Colaboradores (as) transitados (as) da CP para a EMEF	31,1	33,5	31,2	31,9	34,3	31,9
Colaboradores (as) Cedidos/Comissão de Serviço/Cedência de Interesse Público	29	0	29	18,4	13,5	17,2
<b>Total</b>	<b>22,6</b>	<b>21,4</b>	<b>22,5</b>	<b>23,4</b>	<b>22,1</b>	<b>23,4</b>

A caracterização do pessoal da EMEF em termos de habilitações literárias, por género e por vínculo laboral, é a seguinte:

#### Habilitações literárias

	Homens	Mulheres	Total
<b>Ensino Básico</b>	49,50%	1,20%	50,70%
<b>Ensino Secundário</b>	37,20%	0,90%	38,20%
<b>Ensino Superior</b>	8,60%	2,50%	11,10%

Verificou-se, em 2013 e em termos percentuais uma ligeira subida nos grupos “Ensino Superior” e “Ensino Básico” e uma descida no grupo “Ensino Secundário”. Estas modificações deveram-se essencialmente à saída de colaboradores (as) com habilitações literárias equivalentes ao ensino secundário.

#### Habilitações literárias

	2012			2013		
	Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Superior	Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Superior
Colaboradores (as) admitidos (as) diretamente para a EMEF	12,50%	19,30%	8,30%	12,10%	20,20%	7,40%
Colaboradores (as) transitados (as) da CP para a EMEF	30,50%	26,60%	2,70%	38,60%	17,80%	2,50%
Colaboradores (as) Cedidos/Comissão de Serviço/Cedência de Interesse Público	0,10%	0,00%	0,00%	0,00%	0,20%	1,20%
<b>Total</b>	<b>43,10%</b>	<b>45,90%</b>	<b>11,00%</b>	<b>50,70%</b>	<b>38,20%</b>	<b>11,10%</b>

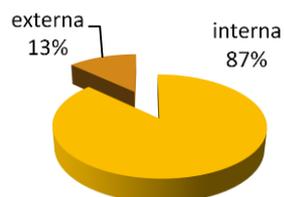
#### Formação

No âmbito do desenvolvimento de competências profissionais a EMEF manteve em 2013 a orientação para a formação interna, utilizando fundamentalmente os recursos internos.

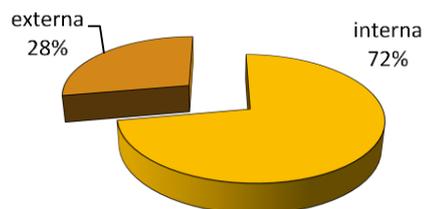
Iniciou-se a extensão da aplicação da “Matriz de Competências”, metodologia já utilizada na Gestão de Competências dos colaboradores afetos à manutenção dos comboios pendulares, à execução das várias atividades desenvolvidas na empresa, encontrando-se em fase de conclusão os trabalhos relativos à área de manutenção e reparação de material rebocado de mercadorias.

Realizaram-se 316 ações de formação ao longo do ano de 2013, das quais 273 ações de formação interna (72%) e 43 ações de formação externa (28%).

**Formação interna/externa em 2012**

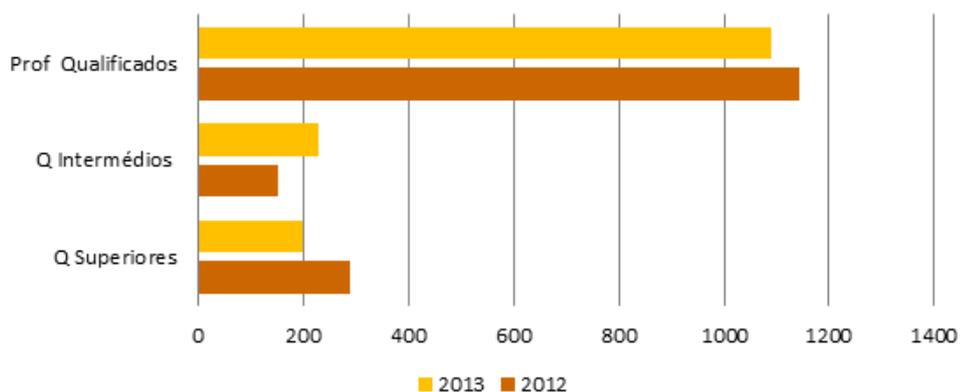


**Formação interna/externa em 2013**



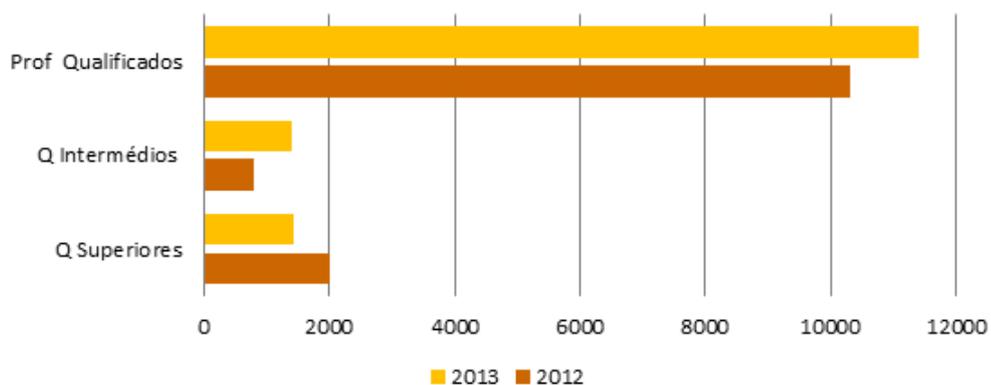
Nessas ações de formação participaram 1.518 formandos, distribuídos pelos seguintes níveis de qualificação:

**Nº de Participantes em ações de formação**



Foram ministradas 14.209 horas de formação, assim distribuídas:

**Horas de formação por nível de qualificação**



### ***Sistema de Gestão de Recursos Humanos***

A EMEF dispõe de um Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SGRH) certificado pela APCER com base na Norma Portuguesa 4427:2004, que se encontra interligado com o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), também certificado. Em 2013 foi efetuada pela APCER a segunda auditoria de acompanhamento à certificação do Sistema de Gestão de Recursos Humanos conforme a mesma Norma Portuguesa, que foi concluída com sucesso.

A EMEF, durante o ano de 2013, continuou a colaborar regularmente com o IEFP e com outras entidades ligadas à Formação Profissional, no âmbito da concessão de estágios curriculares, assegurando a componente de formação prática em contexto de trabalho.

Foram efetuadas reuniões regulares com a Comissão de Trabalhadores da Empresa.

No âmbito da conciliação entre a vida profissional e a vida familiar e pessoal dos colaboradores e colaboradoras, são disponibilizados horários flexíveis sempre que compatíveis com as funções a desempenhar.

No mesmo âmbito, os colaboradores e colaboradoras têm direito a ser dispensados do serviço um período normal de trabalho, por quadrimestre, sem retribuição, ao abrigo do disposto na legislação em vigor sobre “efeitos das faltas justificadas”.

No âmbito da saúde e apoio social, a EMEF assegura aos seus colaboradores e colaboradoras:

- O pagamento de um subsídio complementar ao subsídio de doença atribuído pela Segurança Social;
- O pagamento integral do vencimento líquido quando afetados (as) por incapacidade total temporária emergente de acidente de trabalho.
- Um seguro de saúde;
- Um seguro de acidentes pessoais.

No que se refere ao princípio da Igualdade de Género, encontra-se em vigor na EMEF um Código de Ética que reprovava de forma expressa qualquer tipo de discriminação, de coação ou de assédio nomeadamente em razão do sexo.

Existe, também uma Comissão de Ética a quem pode ser reportada qualquer ocorrência, reclamação ou situação irregular que possa constituir violação das normas constantes do Código de Ética.

Entre os documentos utilizados no Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SGRH) salientam--se os seguintes Procedimentos documentados, que asseguram a igualdade de oportunidade e de tratamento a todos os candidatos e colaboradores:

- Recrutamento, Seleção, Admissão e Acolhimento de Recursos Humanos;
- Carreiras;
- Formação;
- Controlo de práticas não conformes.



## IX. Avaliação do Governo societário

No exercício em apreço, a EMEF não foi objeto de quaisquer recomendações.

Prosseguindo o esforço de reestruturação e consolidação do processo de mudança iniciado há alguns anos e face aos resultados apresentados pelos diversos indicadores e demais informação constante no presente relatório, é entendimento do Conselho de Administração, que a EMEF deu cumprimento aos princípios de Bom Governo estabelecidos.

Nas vertentes económica, financeira, social e ambiental, os indicadores apresentam-se globalmente acima do previsto, indicando o cumprimento dos princípios de Bom Governo, tendo sido alcançadas melhorias na sua competitividade e qualidade, com respeito pelos princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e respeito pelos utilizadores do transporte ferroviário e dos clientes.

Lisboa, 31 de março de 2014

O Conselho de Administração

Presidente: Dr.<sup>a</sup> Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Vogal: Dr.<sup>a</sup> Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente



# RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

### Introdução

1. Em cumprimento do disposto na alínea a), do ponto 1, do artigo 22.º dos Estatutos da EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. e da alínea g) do número 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, examinámos o “Relatório e Contas de 2013 da Empresa”, compreendendo estas últimas as “Demonstrações Financeiras e Notas”, as quais incluem o “Balço em 31 de dezembro de 2013” (que evidencia um total de 42 686 862 euros (quarenta e dois milhões seiscentos oitenta e seis mil oitocentos e sessenta e dois euros) e um Capital Próprio de 5 592 460 euros (cinco milhões quinhentos e noventa e dois mil quatrocentos e sessenta euros), incluindo um resultado líquido negativo do período de 3 390 285 euros (três milhões trezentos e noventa mil duzentos e oitenta e cinco euros), a “Demonstração de resultados”, a “Demonstração dos fluxos de caixa” e as “Notas às Demonstrações Financeiras”.

### Responsabilidades

2. Nos termos da alínea e) do artigo 19.º dos Estatutos da Empresa é da competência do Conselho de Administração a apresentação do relatório e contas e respetivas demonstrações financeiras. As mesmas deverão apresentar de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, bem como a adoção de políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. Estando a Empresa sujeita, de acordo com a legislação societária em vigor, à certificação legal das contas, foi nomeada a sociedade de revisores oficiais de contas, Horwath & Associados, SROC, S.A., com sede no Porto e inscrita na OROC sob o número 186, a emissão da certificação legal das contas de acordo com o decreto-lei 487/99, de 16 de novembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 224/2008, de 20 de novembro.
4. A referida certificação legal das contas para o período findo em 31 de dezembro de 2013, datada de 10 de abril de 2014, foi emitida na modalidade, sem reservas e com ênfases.
5. Nas ênfases mencionadas o revisor oficial de contas chama a atenção para o facto de que as contas de 2012 terem sido reexpressas retrospectivamente, em resultado da reposição não expectável do abono de promoções de 2010, da alteração da política de reconhecimento de imparidades dos inventários e ainda o facto de que a casa-mãe da Empresa ser o seu principal cliente, pelo que a continuidade da Empresa está fortemente dependente desta.



6. A nossa responsabilidade está definida nos Estatutos da Empresa e consiste na emissão de parecer sobre o relatório e contas do Conselho de Administração e, de um modo geral, na fiscalização da sua atividade administrativa.
7. A nossa responsabilidade inclui também a aferição do cumprimento das orientações legais vigentes para o Sector Empresarial do Estado, nomeadamente, o cumprimento das reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, bem como a aferição do cumprimento da exigência constante no n.º 1 do artigo 54.º do RJSP, que estabelece que as empresas públicas devem apresentar anualmente relatórios de boas práticas de governo societário.

### Âmbito

8. O âmbito da nossa ação fiscalizadora foi realizado com base nos Estatutos da Empresa e na legislação societária em vigor, nomeadamente o artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais.
9. Para tanto a nossa atividade consistiu nomeadamente em:
  - a) Fiscalizar a administração da sociedade;
  - b) Vigiar pela observância da lei e do contrato de sociedade;
  - c) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
  - d) Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas;
  - e) Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
  - f) Fiscalizar a eficácia do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna;
  - g) Cumprir as demais atribuições constantes da lei ou dos Estatutos da Empresa, designadamente dar parecer ao Plano de Atividades e Orçamento da Empresa.

### Verificação prevista nas instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2013 da DGTF

10. Confirmamos que a Empresa cumpriu com as obrigações legais vigentes para o Sector Empresarial do Estado, nomeadamente, o cumprimento das reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro.



CONSELHO FISCAL

11. Confirmamos que o "Relatório e Contas da EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. inclui o relatório de boas práticas de governo societário de acordo com a legislação vigente.

**Parecer**

12. Considerando as análises e trabalhos efetuados, somos de parecer que o Relatório e Contas da EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A., o qual inclui o relatório de boas práticas de governo societário, está de acordo com a legislação vigente.
13. Assim, somos de parecer que a Assembleia-geral da EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A., aprove:
- a) O relatório de gestão e as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013;
  - b) A proposta de aplicação de resultados constante do relatório de gestão.

Lisboa, 11 de Abril de 2014.

O CONSELHO FISCAL

(Arlindo José Crespo Rodrigues)  
Presidente

(Ana Maria dos Santos Malhó)  
Vogal

Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro, ROC  
Vogal



# CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2013, (que evidencia um total de 42.686.862 Euros e um total de capital próprio de 5.592.460 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 3.390.285 Euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. em 31 de dezembro de 2013, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

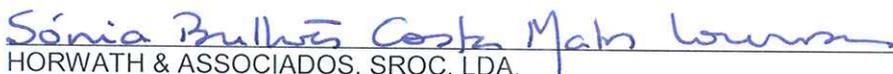
#### Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

#### Ênfases

9. Em 2013, na sequência da assinatura de um contrato quadro com a CP – Comboios de Portugal E.P.E., no âmbito do qual se regem as prestações de serviços de manutenção integral da sua frota, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Empresa a alteração dos critérios de reconhecimento da imparidade dos inventários, conforme divulgado na nota 5 – “Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas, erros e reexpressões efetuadas”, do Anexo às demonstrações financeiras. Consequentemente as demonstrações financeiras de 2012 foram reexpressas, tendo-se verificado uma redução na rubrica de inventários, no montante de 1.841.714 euros, e um aumento na rubrica de resultados transitados negativos, no mesmo montante.
10. Adicionalmente, as demonstrações financeiras de 2012 foram também reexpressas no que diz respeito ao abono das promoções de 2010, congeladas desde esse ano, para as quais não havia expectativa de reposição. Em 2013, esta situação foi desbloqueada pelas entidades competentes, conforme divulgado na nota 5 – “Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas, erros e reexpressões efetuadas”, do Anexo às demonstrações financeiras. O impacto nas demonstrações financeiras de 2012 traduziu-se no aumento da rubrica de outras contas a pagar no montante de 548.885 euros, relativos dos anos de 2010, 2011 e 2012, num aumento da rubrica de gastos com o pessoal no montante de 191.835 euros, referentes à parte proporcional do ano de 2012, numa diminuição do resultado líquido do período de 2012 no mesmo montante e num aumento na rubrica de resultados transitados negativos no montante de 357.050 euros.
11. As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com o pressuposto da continuidade das operações, conforme divulgado na nota 3.4 – “ Principais pressupostos relativos ao futuro”, do Anexo às demonstrações financeiras. No entanto, entendemos que a sua continuidade continua a depender do suporte financeiro do acionista único, da capacidade de renovação dos contratos de prestação de serviços com o seu principal cliente e acionista único, do sucesso futuro das suas operações e da capacidade de obtenção de recursos financeiros externos.

Porto, 10 de abril de 2014

  
HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por Sónia Bulhões Costa Matos Lourosa (ROC 1128)